

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

WALKIRIA GLANERT MAZETTO

**DO ESTADO DE “ARMÁRIO” PARA “PROBLEMA PÚBLICO”:** ANÁLISE  
**SOBRE O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE VISIBILIDADE ESTATÍSTICA DA**  
**POPULAÇÃO LGBT NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE**  
**BELO HORIZONTE/MG – SUAS-BH**

Belo Horizonte  
2023

WALKIRIA GLANERT MAZETTO

**DO ESTADO DE “ARMÁRIO” PARA “PROBLEMA PÚBLICO”:** Análise sobre o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte/MG – SUAS-BH

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Renan Springer Freitas

Belo Horizonte  
2023

301	Mazetto, Walkiria Glanert.
M476d	Do estado de “armário” para “problema público”
2023	[manuscrito] : análise sobre o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte/MG – SUAS-BH / Walkiria Glanert Mazetto. - 2023.
	156 f. : il.
	Orientador: Renan Springer de Freitas.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Sociologia – Teses. 2. Pessoas LGBTQ+ - Teses.
	3. Assistência social – Teses. I. Freitas, Renan Springer de.
	II .Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de junho de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado da discente **Walkiria Glanert Mazetto**, intitulada: "DO ESTADO DE "ARMÁRIO" PARA "PROBLEMA PÚBLICO": Análise sobre o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte/MG – SUAS-BH". A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as): **Renan Springer de Freitas** (Orientador - DSO/UFMG), **Cláudio Santiago Dias Júnior** (DSO/UFMG) e **Alessandra Sampaio Chacham** (PUC Minas). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (x)

Reprovação da Defesa( )

**Belo Horizonte, 23 de junho de 2023.**

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Renan Springer de Freitas, Membro**, em 23/06/2023, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Santiago Dias Junior, Professor do Magistério Superior**, em 23/06/2023, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Sampaio Chacham, Usuário Externo**, em 27/06/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2344222** e o código CRC **7EF1A38E**.

À Rhany Mercês, Isadoras (*in memoriam*) e a todes as Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersex, Queer, Pessoas Não-binárias, Panssexuais, Crossdressers, Drag Queens, e (+), como forma de demonstrar o meu lugar de escuta, admiração, respeito e gratidão por tantos ensinamentos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo **aos (as) criadores (as) do Universo**, porque sem eles, elas e elus nada seria possível. As luzes da sabedoria me guiaram, me deram forças, coragem e saúde para vencer esta jornada e chegar até aqui.

Sou imensamente grata aos meus **Pais, Tito e Claci Mazetto**, em primeiro lugar pela vida, pela educação, pelo amor infinito, pelo apoio em todos os momentos, mesmo que o preço na maior parte do tempo seja conviver com a distância e a saudade. Obrigada por me estimular a sonhar e a alçar voos sem o egoísmo de me querer debaixo das asas, por ser ninho e trampolim ao mesmo tempo! Obrigada! Amarei vocês eternamente 2+1!

Ao meu amor **Leandro de Moraes Rezende**, agradeço de uma forma muito especial por ser meu companheiro de todas as horas, meu melhor amigo, parceiro, confidente, amante, noivo e em breve meu marido. Obrigada por ser compreensivo comigo nos momentos que precisei priorizar os estudos e me apoiando sempre nessa busca por conhecimento e aprimoramento profissional. Amo-te muito, muito, muito!

Agradeço ao meu **irmão, Wilker Mazetto**, que sempre me apoia em todas as minhas escolhas, acredita em mim e me incentiva a lutar pelos meus sonhos. Também agradeço o apoio de toda **a minha família e amigas (os)** que sempre estão presentes e torcendo por mim. Aos meus compadres e irmãos de coração **Rafael Ranieri, Pedro Henrique Ribeiro, Lucas Emanuel Braz e Paulo Vieira** agradeço imensamente pelo apoio diário dentro e fora do “apartamento 202”. Amo muito vocês!

Agradeço a todas (os) colegas deste Curso por esta caminhada juntas (os), especialmente **Hellen Mattos, João Vitor Carvalho, Inara Emídio, Julia Morais e Paulo Antonio de Mello**, que são os melhores “achados” deste curso. Obrigada pela amizade, troca de experiências, conhecimentos, especialmente, pela força dada um (a) para a outra (o) nas horas que pensamos em desistir! “Seguramos a barra” juntas (os) e estamos chegando finalmente a este momento grandioso de conclusão, mas não de fim!

Ao **CRLGBT-BH** pela minha atual vivência profissional que me motivou aprofundar meus conhecimentos no campo de gênero e diversidade sexual, culminando nesta dissertação. Agradeço a **toda minha equipe de trabalho** que sempre foi solidária “quebrando muitos e muitos galhos” para que eu conseguisse dar conta de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Obrigada **Elizabeth Marques, Junior Gonçalves, Sônia Barbosa, Samuel Wadge, Joel Dias, Gustavo Magalhães e Wagner Lopes** pelas nossas trocas e acolhidas diárias. Em

especial, agradeço à **Alexia Dutra** por nossas trocas cotidianas, a sua gentileza, análise contextual e conhecimento dialético foram essenciais nesta reta final da pesquisa. Obrigada!!

Agradeço imensamente aos agentes públicos do SUAS-BH que em alguma medida contribuíram com a minha trajetória nesta pesquisa, em especial aos que aceitaram o convite para serem entrevistados (as). Agradeço ao **Carlos Firmino do setor de pesquisa do SUAS-BH** por facilitar o processo burocrático da pesquisa e também **toda equipe da GVISO** que pelo acesso aos dados do SIGPS e contribuições com a etapa exploratória da pesquisa, especialmente **Lívia Rosa, Cida Almeida e Luciana Teixeira**. Agradeço também aos gestores da Proteção Social Especial, **Enrico Braga e Camila Batista** por todo apoio e disponibilidade em contribuir com a pesquisa e facilitar o meu acesso ao campo.

Ao **Hernani Passos Candido**, meu amigo, mentor e coorientador extra-oficial, faltam-me palavras para demonstrar o tamanho da minha gratidão por tudo que você fez por mim. Graças aos seus ensinamentos, imensa gentileza, cuidado e acolhimento, fui aprovada em dois programas de mestrado nas primeiras colocações. Meu querido, você me preparou e me conduziu para conseguir chegar até aqui e suportar essa difícil jornada. A sua pedagogia é impecável e o seu talento para a docência é inegável. Admiro-te muito!

À **Diva Matuk**, minha terapeuta, obrigada por cuidar da minha saúde mental neste processo e por ser tão disponível, dócil, cuidadosa e cirúrgica em suas análises. Nos meus momentos de surtos, crises e desesperos você sempre chegou com “seu jeitinho Diva de ser” e me acolheu, me auxiliou a encontrar o caminho e acalmou meu coração. Muito obrigada!

Agradeço as **professoras (es) e servidoras (es) da UFMG** que contribuem com a construção do conhecimento nas ciências sociais e humanas. Em especial, as professoras **Nina Rosas** e **Thais Duarte** (*in memoriam*) pela gentileza, acolhida e cuidado, vocês são referências do tipo de docência que eu acredito e me espelho.

Por último e com merecido destaque, agradeço ao Professor **Renan Springer de Freitas** pela orientação na construção deste trabalho. Obrigada professor por aceitar o desafio de reconstruir uma nova jornada em tão pouco tempo e compartilhar a sua sabedoria comigo. “Trocamos o pneu com o carro andando” e conseguimos chegar ao destino final desta viagem!

Aprendi com meus pais que o conhecimento sempre é uma das nossas maiores riquezas e é por isso, que neste momento venho agradecer a todas (os) que ao longo da minha trajetória acadêmica contribuíram com a minha formação profissional e crescimento pessoal, criticando, apoiando ou elogiando para que eu me tornasse mais rica a cada dia.

“[...]

**Permita que *EU* fale, não as minhas cicatrizes**

Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes

Que nem devia tá aqui

Permita que *EU* fale, não as minhas cicatrizes

**Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?**

**Alvos passeando por aí**

Permita que *EU* fale, não as minhas cicatrizes

**Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência**

**É roubar o pouco de bom que vivi**

Por fim, permita que *EU* fale, não as minhas cicatrizes

***Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes***

***É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir***

[...]”

(Trechos da música AmarElo- Emicida, part. Pablllo Vittar e Majur)



## RESUMO

O presente Trabalho procura demonstrar o modo como a população LGBT conseguiu, em alguma medida, sair do “Estado de Armário” para se tornar um “Problema Público” no curso de um longo processo histórico de aquisição de visibilidade em bancos de dados públicos. Elegeu-se como universo de análise a Política Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte- PBH, que compõe o Sistema Único de Assistência Social- SUAS em nível nacional, chamado de SUAS-BH. Esta escolha ocorreu em virtude desta política já possuir os campos de orientação sexual e identidade de gênero no principal banco de dados oficial, intitulado Sistema de Informação e Gestão de Programas Sociais - SIGPS. No entanto, não são campos de preenchimento obrigatório pelos (as) agentes públicos e apresentam taxa de preenchimento de apenas 1% em relação ao quantitativo geral de cadastros. Partiu-se do pressuposto que a visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH hoje resulta de um processo histórico de constituição de agenda pública e institucional inerente a cultura de problemas públicos. O objetivo da pesquisa consistiu em compreender o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH. Para tanto, objetivou-se analisar quais são as políticas, órgãos e serviços (governamentais e não governamentais) que estiveram ou estão envolvidos neste processo, como se relacionam, quais os focos potenciais de conflitos, como as tensões aparecem e são (ou não) resolvidas. A metodologia utilizada foi a qualitativa, por meio da pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Ainda, valeu-se da observação participante, considerando a imersão profissional da autora, o que estabeleceu um recorte empírico da investigação científica. A pesquisa documental teve por objetivo investigar os mais diversos documentos institucionais do SUAS-BH que permitissem comparar o discurso oficial governamental com os dados estatísticos encontrados e a opinião dos (as) 29 agentes públicos entrevistados (as). O tratamento do material foi feito através de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa indicaram que o processo de visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH se expressa em três aspectos gerais: 1) Aspectos históricos: demonstrou-se este processo de constituição de agenda LGBT e como se interseccionou tardiamente no SUAS-BH se comparado às demais políticas públicas. Constataram-se avanços ao tempo que hoje este segmento já se expressa como público-prioritário em normativas do SUAS-BH. No entanto, apresentaram-se dois aspectos que imprimem barreiras e dificuldades, sendo: 2) Aspectos estruturais: dificuldades operacionais em relação aos bancos de dados; qualificação técnica e normativas específicas; relações entre o Estado e o terceiro setor; instrumentalização estatística e a vigilância socioassistencial; e 3) Aspectos simbólicos ou culturais: posturas individuais, opiniões, estigmas, questões religiosas, valores éticos, morais, concepções políticas, ideológicas, modos de vida, questões geracionais, etc. Conclui-se que a visibilidade estatística da população LGBT existente no SUAS-BH hoje resulta de um processo histórico de constituição de agenda pública e institucional inerente a cultura de problemas públicos que avançou a partir da pressão do ativismo social LGBT passando de “estado de coisas” para um problema público, mas que tem esbarrado em aspectos estruturais e simbólicos da dinâmica estatal que sinalizam que a visibilidade estatística LGBT é um campo em disputa de poder na arena política.

**Palavras-chave: Visibilidade LGBT. Políticas Públicas. Assistência Social. Invisibilidade Estatística.**

## ABSTRACT

This work aims to demonstrate how the LGBT population has, to some extent, moved from the "Closeted State" to becoming a "Public Issue" through a long historical process of gaining visibility in public databases. The analysis universe chosen was the Municipal Social Assistance Policy of the City Hall of Belo Horizonte - PBH, which is part of the National Unified Social Assistance System - SUAS, known as SUAS-BH. This choice was made because this policy already includes fields for sexual orientation and gender identity in the main official database, called the Social Programs Information and Management System - SIGPS. However, these fields are not mandatory for filling out by public officials and have a filling rate of only 1% in relation to the overall number of registrations. It is assumed that the statistical visibility of the LGBT population in SUAS-BH today is the result of a historical process of constituting a public and institutional agenda inherent to the culture of public issues. The research objective was to understand the process of acquiring statistical visibility of the LGBT population in SUAS-BH. Therefore, the aim was to analyze which policies, agencies, and services (governmental and non-governmental) have been or are involved in this process, how they relate to each other, what potential areas of conflict exist, and how tensions arise and are (or are not) resolved. The methodology used was qualitative, through documentary research and semi-structured interviews. Additionally, participant observation was employed, considering the author's professional immersion, which provided an empirical focus for the scientific investigation. The documentary research aimed to investigate various institutional documents of SUAS-BH, allowing a comparison between the official governmental discourse, the statistical data found, and the opinions of the 29 public officials interviewed. The material was treated through content analysis. The research results indicated that the process of LGBT statistical visibility in SUAS-BH is expressed in three general aspects: 1) Historical aspects: this process of LGBT agenda formation was demonstrated, showing how it intersected late in SUAS-BH compared to other public policies. Progress has been made, and this segment is now identified as a priority public in SUAS-BH norms. However, two aspects that pose barriers and difficulties were identified: 2) Structural aspects: operational difficulties regarding databases, technical qualifications and specific norms, relations between the state and the third sector, statistical instrumentalization, and social assistance surveillance; and 3) Symbolic or cultural aspects: individual attitudes, opinions, stigmas, religious issues, ethical and moral values, political and ideological conceptions, lifestyles, generational issues, etc. In conclusion, the existing statistical visibility of the LGBT population in SUAS-BH today is the result of a historical process of constituting a public and institutional agenda inherent to the culture of public issues, which has advanced through the pressure of past LGBT social activism, transforming it from a "state of affairs" into a public problem. However, this process has encountered structural and symbolic aspects of the state's dynamics that indicate that LGBT statistical visibility is a field of power dispute in the political arena.

**Keywords: LGBT visibility. Public policies. Social Assistance. Statistical Invisibility.**

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### QUADROS

QUADRO 1- SERVIÇOS DO SUAS PESQUISADOS .....	28
QUADRO 2 - GERÊNCIAS DO SUAS PESQUISADAS .....	29
QUADRO 3 - PERFIL DOS(AS) GESTORES (AS) ENTREVISTADOS.....	76
QUADRO 4 PERFIL DOS(AS) TRABALHADORES (AS) ENTREVISTADOS .....	77
QUADRO 5- CATEGORIAS DE ASPECTOS DA VISIBILIDADE ESTATÍSTICA LGBT NO SUAS-BH .....	80
QUADRO 6- ASPECTOS HISTÓRICOS DA VISIBILIDADE ESTATÍSTICA LGBT NO SUAS-BH.....	81
QUADRO 7 - ASPECTOS ESTRUTURAIS DA (IN)VISIBILIDADE ESTATÍSTICA LGBT NO SUAS-BH .....	103
QUADRO 8 - ASPECTOS SIMBÓLICOS OU CULTURAIS DA (IN)VISIBILIDADE ESTATÍSTICA LGBT NO SUAS-BH .....	122

### FIGURAS

FIGURA 1- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SUASS/PBH.....	53
FIGURA 2- TELA DO SIGPS- CADASTRO DO CIDADÃO.....	62
FIGURA 3 – BANCO DE DADOS DO IPSHDR .....	143
FIGURA 4- PLANILHA DE QUALIFICAÇÃO DO SEAS (GOOGLE DRIVE)- ADRA..	143
FIGURA 5 – BANCO DE DADOS UTILIZADO PELOS CENTROS POP (CÁRITAS BRASILEIRA) .....	144

### TABELAS

TABELA 1- QUANTIFICAÇÃO DAS (OS) SUJEITOS (AS) DA PESQUISA.....	32
---	----

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros ACT UP – AIDS Coalition to Unleash Power

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ASSTRAV – Associação das Transexuais, Travestis e Transgêneros do Estado de Minas

CELLOS-MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais

CMDH – Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos

CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor

CRDS – Centro de Referência da Diversidade Sexual

CRGLBT – Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

CRLGBT – Centro de Referência de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência de Assistência Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CRP – Conselho Regional de Psicologia

DECRIN - Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes de Racismo, Xenofobia, LGBTfobia e Intolerâncias Correlatas

DLGBT – Diretoria de Políticas para a População LGBT

DPMG – Defensoria Pública de Minas Gerais

DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

GAPA – Grupo de Apoio e Prevenção contra a AIDS

GGB – Grupo Gay da Bahia

GGBH – Grupo Gay de Belo Horizonte

GLB – Grupo de Lésbicas da Bahia

GLBTTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

HIV - Virus da Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Avançada

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LGBTFOBIA - Lesbofobia, Gayfobia, Bifobia e Transfobia

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social  
MPF- Ministério Público Federal  
MPMG - Ministério Público de Minas Gerais  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
ONG's – Organizações Não-Governamentais  
OSC – Organizações da sociedade civil  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAEFI – Serviço de Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos  
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte  
PNS - Pesquisa Nacional de Saúde  
PT – Partido dos Trabalhadores  
SEAS – Serviço Especializado em Abordagem Social  
SMADC – Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania  
SMASAC – Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania  
SSMSA – Secretaria Municipal de Saúde  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUASS – Subsecretaria de Assistência Social  
SUDC – Subsecretaria de Direito e Cidadania  
UAI – Unidade de Acolhimento Institucional  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
1- CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA.....	23
1.1 O percurso da pesquisa.....	23
1.2 - Apresentação do campo .....	25
1.3. Método de Coleta de Dados.....	29
1.3.1 Pesquisa documental .....	29
1.3.2 Entrevistas .....	31
2- CAPÍTULO II- O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE VISIBILIDADE LGBT NA HISTÓRIA: DAS LUTAS SOCIAIS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	33
2.1- Do “estado de coisas” aos problemas públicos: O processo de constituição e institucionalização da agenda LGBT .....	33
2.2- O ativismo e a agenda LGBT na história: principais marcos e conquistas .....	37
2.3 - A política LGBT em Belo Horizonte – MG: pioneirismo e intersetorialidade .....	45
3-CAPÍTULO III - A INTERSECÇÃO DAS AGENDAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA POLÍTICA LGBT: A VISIBILIDADE E O LUGAR DE "PÚBLICO PRIORITÁRIO" EM PROCESSO .....	50
3.1 O SUAS- BH: aspectos gerais, estrutura organizacional e o Terceiro Setor.....	50
3.2- O LGBT no SUAS nacional: revolução de direitos, escassez de números.....	55
3.3 - O LGBT no SUAS-BH: do pioneirismo às lacunas estatísticas.....	60
4- CAPÍTULO IV- A LUTA POR VISIBILIDADE ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO LGBT: CONQUISTAS, DESAFIOS NO CAMPO DE COLETA, PRODUÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES .....	67
4.1 - O protagonismo do movimento LGBT na produção de dados no Brasil.....	67
4.2 - Respostas Estatais e desafios para a coleta de dados e mensuração da População LGBT: princípio da auto-declaração e o estigma LGBT .....	69
5- CAPÍTULO V- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	75
5.1. Perfil das (os) Agentes Públicos (as) Sujeitos (as) da Pesquisa .....	76
5.2 Aspectos e Categorias de Análise .....	80
5.3) Aspectos históricos da visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH .....	81
5.3.1- Memórias e marcos temporais sobre a população LGBT no SUAS-BH.....	83
5.3.2- A qualificação técnica dos agentes públicos do SUAS-BH na história.....	88
5.3.3- A história dos bancos de dados do SUAS-BH contada pelos (as) Agentes Públicos .....	94
5.3.4 - A história dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH .....	99

5.4) Aspectos estruturais da (in)visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH.....	102
5.4.1 - Dificuldades operacionais dos bancos de dados do SUAS-BH.....	103
5.4.2 - “Se não tem uma orientação, qualquer caminho serve”.....	109
5.4.3- Relação entre o Estado e Terceiro Setor .....	114
5.4.4- Contradições entre a instrumentalização estatística existente e a função da vigilância socioassistencial .....	118
5.5) Aspectos simbólicos ou culturais da invisibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH.....	122
5.5.1 - Postura individual em relação à obrigatoriedade da coleta de dados sobre Orientação Sexual e Identidade de gênero .....	123
5.5.2 - Dificuldades em relação aos princípios que norteiam a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH.....	126
5.5.3 Barreiras relacionadas ao preconceito e discriminação ao LGBT na postura dos (as) agentes públicos.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	133
REFERÊNCIAS .....	136
APÊNDICES .....	142
ANEXOS.....	151

## INTRODUÇÃO

A necessidade de estimativa do tamanho da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais- LGBT no Brasil já vem sendo discutida há alguns anos pelos movimentos sociais que apontam que a ausência de dados sociodemográficos e pesquisas em âmbito nacional que incluem perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero, bem como as subnotificação realizadas pelos Órgãos públicos, corrobora com a manutenção da invisibilidade das pessoas LGBT para as políticas públicas. Sem estas perguntas, torna-se impossível saber quantas pessoas se identificam como LGBT ou quantas existem em uma determinada região.

Isso dificulta a compreensão dos desafios e necessidades destas pessoas, bem como a avaliação da eficácia das políticas e programas destinados a apoiá-las, contribuindo para a exclusão social e a marginalização de pessoas LGBT. Mesmo que hoje em dia a bandeira LGBT esteja sendo vista em muitos espaços públicos e privados, a ausência de dados oficiais e estatísticas que permitam a execução de políticas públicas é um fenômeno que pouco se ouve falar fora de espaços de ativismo social. Este cenário é o que vem sendo denominado de (in)visibilidade estatística da população LGBT e esta pesquisa visa dar luz a essa temática através da análise sociológica.

Historicamente, o protagonismo nas produções estatísticas e monitoramentos das violações de direitos LGBT tem sido dos movimentos sociais que vem coletando dados artesanalmente das mídias, *internet* e informações pessoais e publicando em relatórios e dossiês anualmente, a exemplo do Grupo Gay da Bahia – GGB (2021), a Associação Nacional de Transexuais e Travestis - ANTRA (2022) e o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), que se tornaram grandes núcleos de pesquisa, realizando levantamento de dados e mapeamentos de demandas específicas da população LGBT no Brasil. Estas pesquisas e documentos elaborados pelos movimentos sociais vêm indicando recorrentemente que o Brasil está no topo do ranking mundial de violações de direitos da população LGBT, sendo o país com mais mortes reportadas de pessoas LGBT e geralmente são as transexuais e travestis que estão mais vulneráveis a mortes violentas, com requintes de crueldade. Esses dados são alarmante e traduzem uma das expressões mais trágicas do preconceito e da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, comumente chamada de LGBTfobia<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Lesbofobia, Gayfobia, Bifobia e Transfobia- LGBTfobia, de modo geral, o termo LGBTfobia, vem da



Contudo, não se pode dizer que não há avanços no processo de aquisição de visibilidade da população LGBT em bases de dados públicos, mesmo que ínfima. Em 2019, pela primeira vez o Instituto de Pesquisa Econômica Avançada – IPEA destacou a questão da ausência de dados da população LGBT ao produzir o Atlas da Violência no Brasil (2019) tecendo críticas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas- IBGE por não coletar informações sobre orientação sexual e identidade de gênero em seus *surveys*. Recentemente, após ação ajuizada pelo Ministério Público Federal - MPF, foi realizada a primeira pesquisa pelo IBGE que incluiu a pergunta sobre Orientação Sexual. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS realizada em 2019, publicada em 2022 e indicou que no Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram homossexuais. Apesar de ser um avanço importante, ressalta-se que a PNS deixou de fora o campo da identidade de gênero, assim, excluiu da pesquisa a população transexual, travesti e pessoas não-binárias

Contraditoriamente aos resultados da PNS e de forma inédita, os pesquisadores Spizzirri, Eufrásio, Abdo, C.H.N. *et al.* (2022) Universidade Estadual Paulista- UNESP e da Universidade de São Paulo- USP, publicaram o primeiro mapeamento da diversidade sexual e de gênero no país a partir de uma amostra representativa da população brasileira, similar ao que é feito nas pesquisas eleitorais. A pesquisa publicada na revista científica *Nature Scientific Reports* identificou que 12% da população brasileira se declara LGBT, o que corresponde a 19 milhões de brasileiros. Os resultados da pesquisa também demonstraram que os indicadores socioeconômicos são precários e os altos índices de violência entre pessoas LGBT são preocupantes e evidenciaram ainda mais a desigualdade e a vulnerabilidade enfrentadas pelo grupo. Os autores Spizzirri, Eufrásio, Abdo, C.H.N. *et al.* (2022) ressaltam que muitas pessoas LGBT ainda enfrentam medo e estigma<sup>2</sup> ao falar sobre sua orientação sexual ou identidade de gênero o que pode levar à subnotificação na pesquisas, assim, é provável que os percentuais encontrados podem estar subestimados.

---

concepção de fobia, que é medo ou aversão a algo ou a alguém. O termo LGBTfobia ganha uma visão muito ampla, que alguns autores definem como estrutural, pois é utilizado para designar uma dinâmica que envolve o preconceito, a discriminação, a humilhação, a ofensa, a extorsão, a violência física, psicológica, moral, patrimonial, os maus-tratos, etc. contra pessoas LGBT. Esta dinâmica acontece na esfera pública e privada, muitas vezes sustentada por discursos morais e religiosos, e que por sua vez, tornam a vivência LGBT um condicionante de acesso e exercício de direitos, como educação, saúde, trabalho, segurança, habitação, alimentação, dentre outros. A LGBTfobia é um termo comumente utilizado na literatura que trata sobre pessoas LGBT Junqueira( 2007) Green (2006:2014:2018) Facchini (2005), Quinalha, (2022) Pedra (2020), dentre outros.  
<sup>2</sup> GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 1988.

Os autores Carvalho e Barreto (2021) fizeram uma análise sobre a invisibilidade das pessoas LGBT em bases de dados, a partir da publicação da PNS (2019) e destacaram também que o princípio da autodeclaração para o segmento LGBT é atravessado pela LGBTfobia estrutural. Ainda, estes autores apontam que a forma que se pergunta para as pessoas sobre a orientação sexual e identidade de gênero no Brasil precisa ser muito cuidadosa, pois pode incorrer em situações de constrangimentos e má interpretações nas respostas dos participantes e ressaltam: “O ato de autodeclarar a orientação sexual a alguém, quando esta difere da heterossexual, não é algo simples em um país sabidamente LGBTfóbico, podendo ser considerado um ato político”(pg.4061).

Com base nisso, a discussão sobre as possibilidades existentes de produzir estatísticas confiáveis sobre o grupo LGBT se faz relevante. De acordo com Januzzi (2016) é por meio de informações estatísticas que se torna possível pautar agendas políticas, qualificar debates públicos, subsidiar decisões técnicas e políticas, assim, “a disponibilidade da informação estatística de boa qualidade e regularidade potencializam as chances de sucesso de políticas e programas” (p. 2). Nenhum Estado pode prescindir das estatísticas, independente de qual seja sua ambição civilizatória, pois sem informações estatísticas não é possível comparar e avaliar os efeitos da ação ou inação das políticas públicas. Isso posto, a presente pesquisa se desdobra na observação desse contexto em que existem alguns avanços no campo da aquisição de visibilidade da população LGBT nas bases de dados oficiais dos Órgãos públicos.

A escolha deste tema se deu, primeiramente, em virtude da minha atuação profissional como Assistente Social no Centro de Referência LGBT – CRLGBT da PBH, desde março de 2018 até a presente data. O CRLGBT é vinculado à Subsecretaria de Direito e Cidadania – SUDC da PBH e visa o enfrentamento da violência LGBTfóbica e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Assim, esse tema foi escolhido em decorrência de um processo de observação participante no CRLGBT e da constatação de inúmeras dificuldades enfrentadas no desenvolvimento de ações, especialmente na articulação com a rede de atendimento a esse público, bem como pela ausência de informações e dados estatísticos, diante do cenário problemático de LGBTfobia que se apresenta atualmente.

Com base nisso, entre 2019 a 2020 realizou-se uma pesquisa através do curso de especialização *Lato-Sensu* em “Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento” no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG, onde foi inventariado a produção de dados existentes sobre identidade de gênero e orientação sexual em Belo Horizonte, considerando

oito (8) áreas diferentes, a saber: Educação, Saúde, Assistência Social, Direito e Cidadania (nível municipal); Segurança Pública; Ministério Público, Defensoria Pública de Minas Gerais (nível estadual); e o IBGE. Os resultados obtidos indicaram que, em geral, a invisibilidade estatística da população LGBT está presente em todas as áreas citadas, contudo, a pesquisa deixou uma série de lacunas, pois não foi possível analisar com maior profundidade este fenômeno.

Para compreender esse fenômeno sob a ótica da sociologia, elegeu-se como universo de análise nesta pesquisa a Política Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte- PBH, que compõe o Sistema Único de Assistência Social- SUAS em nível nacional, chamado de SUAS-BH. Esta política pública visa prover os mínimos sociais e as necessidades básicas da população que dela necessitar, conforme Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS - Lei n ° 8.742/1993. A população LGBT é chamada de “público prioritário” nesta política, contudo, a visibilidade desse segmento no principal banco de dados oficial do SUAS-BH, intitulado de Sistema de Informação e Gestão de Programas Sociais - SIGPS é pouco expressiva. O SIGPS é um banco de dados utilizado para registro de informações das (os) usuárias (os) do SUAS-BH e se baseia no conceito de “Prontuário Eletrônico do Cidadão”. Os campos sobre orientação sexual e identidade de gênero existem desde a implantação do sistema em 2008, contudo, não são campos de preenchimento obrigatório pelos agentes públicos e geralmente não são preenchidos ou são subnotificados.

Conforme informações fornecidas pela Gerência de Vigilância Socioassistencial-GVISO<sup>3</sup>, responsável por gerenciar os dados e informações no SUAS-BH, no universo de 2.348.020 pessoas cadastradas no SIGPS, apenas 2028 pessoas tiveram algum tipo de preenchimento dos campos relacionados a identidade de gênero e orientação sexual em seus cadastros, sendo menos de um (1) % do total de cadastros. Considerando somente o universo de 2028 pessoas cadastradas no SIGPS foi identificado que os percentuais de “não resposta” nestes campos são bastante expressivos, sendo 70 % para identidade de gênero e 32% para orientação sexual.

Com base nos dados do SIGPS foi possível identificar quais são os serviços do SUAS-BH que registram informações sobre orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS. Observou-se que a população LGBT no SUAS-BH se encontra em maioria nos serviços de atendimento à população em situação de rua, sendo 47%, assim, mais visível nestes serviços

---

<sup>3</sup> Informações fornecidas por e-mail em 22/09/2022 em etapa exploratória da pesquisa.

assistenciais. Contudo, as unidades de acolhimento institucional não apresentaram registros sobre a identidade de gênero e orientação sexual das pessoas atendidas, sendo a população LGBT totalmente invisível no SIGPS. Por sua vez, já em campo, descobriu-se que não são todos os serviços que utilizam o SIGPS no SUAS-BH e existem bancos de dados extra-oficiais sendo utilizados pelos serviços de execução indireta (terceiro setor) e que este contexto possui influência direta na forma com que vem acontecendo o ciclo da informação nesta política pública, assim, refletindo na qualificação e quantificação da população LGBT atendida pelo SUAS-BH.

Deste modo, o objetivo desta pesquisa é compreender o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH, de como saiu de um lugar de invisibilidade total para a visibilidade que existe hoje. Para tanto, objetivou-se analisar quais são as políticas, órgãos e serviços (governamentais e não governamentais) que estiveram ou estão envolvidos neste processo, como se relacionam, quais os focos potenciais de conflitos, como as tensões aparecem e são (ou não) resolvidas.

Para isso, a metodologia de pesquisa utilizada foi a qualitativa. Primeiramente, valeu-se da observação participante durante todo o processo de elaboração e execução da mesma, considerando a imersão profissional da autora desta dissertação, há mais de uma década no âmbito da execução e avaliação de políticas sociais da Prefeitura de Belo Horizonte, e há cinco anos na Política LGBT, o que estabelece um recorte empírico da investigação científica. Tratando-se de uma investigação que teve como recorte empírico a análise de políticas públicas, foi necessário o emprego da pesquisa documental, que é utilizada como recurso da pesquisa social por meio da coleta e análise de um amplo espectro de documentos, entre os quais os documentos públicos, produzidos pelos governos nacionais e locais.

Ainda, para a realização desta pesquisa foram também realizadas entrevistas semiestruturadas com 29 agentes públicos que atuam em 18 serviços do SUAS-BH, com perguntas abertas do tipo temáticas de forma que pudessem desenvolver livremente seu discurso. Nesse sentido, considerando a quase absoluta inexistência de registros escritos sobre o processo de inserção da agenda LGBT no SUAS-BH, bem como sobre a produção de dados e informações sobre este grupo nesta referida política, buscou-se recolher a história pregressa de tais movimentações e sujeitos, por intermédio das entrevistas, articulando-as à nossa

escrita e interpretação. Por sua vez, o tratamento do material levantado foi feito através de análise de conteúdo<sup>4</sup>.

Antes de avançarmos, considera-se relevante contextualizar aqui a ampla composição da terminologia LGBT, LGBTT, LGBTQI, LGBT+, LGBTQI+, LGBTQIA+, LGBTQIAP+, dentre outras, ressaltando que não há consenso sobre a utilização da sigla pelo movimento social hoje, a saber: (L) Lésbicas; (G) Gays; (B) Bissexuais; (T) Transexuais, Travestis, Transgêneros; (Q) *Queer*; (I) Intersexo; (A) Assexual ou Agênero, (P) Pansexual e o (+) incluindo outras representações de diversidade de gênero e sexual como, *Drag Queen*, *Crossdresser*, Não-binário, Demissexual, dentre outros. O termo LGBT é composto por expressões de identidade e orientação sexual, qual seja, a atração afetivossexual por alguém e que pode ser classificada como heterossexual, homossexual (lésbicas e gays), bissexual, assexual e pansexual. Também pela identidade de gênero, que é a forma como as pessoas se identificam e que inclui categorias como cisgênero, transgênero, transexual, travesti, pessoas não binárias, *queer*, dentre outras (YOGYAKARTA, 2007)<sup>5</sup>.

Sobre as letras, siglas e terminologias empregadas, a antropóloga Regina Facchini (2005), em seu texto “Sopa de Letrinhas” apresenta este histórico atrelado ao contexto do movimento social, em que é decorrente da multiplicação de categorias destinadas a nomear o sujeito político do movimento: GLT (gays, lésbicas e travestis) e GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros) são siglas propostas em diálogo crítico com outras, como GLS (que preservava certa ambiguidade classificatória em nome da inclusão); ou HSH (homens que fazem sexo com homens), das políticas de saúde (que buscava contornar o problema da falta de coincidência entre comportamentos e identidades sexuais), dentre outras. Ainda, havia discussões sobre as discriminações internas do próprio movimento social, e as implicações ao longo da história que acabaram delineando a terminologia LGBT, dando visibilidade primeiro às mulheres Lésbicas e posteriormente aos Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.

---

<sup>4</sup> BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

<sup>5</sup> O conceito de diversidade sexual e de gênero tratado nesta dissertação vai de encontro com os Princípios de Yogyakarta (2007), na compreensão de orientação sexual “como à capacidade de cada pessoa de ter atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas”. Por identidade de gênero: “[...] experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento [...]” (p.06). Ainda, corrobora-se com a concepção de estudiosas da área como Scott (1986) que aponta gênero como uma estrutura social e uma estrutura de poder; e Butler (2003) que compreende gênero como um conjunto de normas e regras instituídas, mantidas e repetidas sobre o corpo que regulam a heterossexualidade como compulsória na sociedade.

Deste modo, justifica-se que a escolha em utilizar o termo LGBT neste trabalho é em virtude das diretrizes da última Conferência Municipal de Políticas para a População LGBT de Belo Horizonte- MG (2015), contudo, destaca-se que não se considera hierarquia entre os grupos que compõe este segmento, tampouco se perdeu de vista a discussão entorno dos termos que incluem as demais categorias. Há indicativos que a terminologia mais adequada seria a LGBTQIAPNB+, pois é a que representa a maior gama da diversidade sexual e de gênero, mas não há um consenso sobre isso na literatura tampouco no ativismo social.

Face ao exposto, destaca-se que o texto desta dissertação está organizado em cinco capítulos de forma a alinhar processos históricos elementares e repletos de clivagens com o objeto da pesquisa. O objetivo da discussão realizada nos quatro primeiros capítulos é subsidiar a realização de uma análise comparativa do discurso oficial das normativas e documentos publicados, com o discurso dos (as) agentes públicos cuja missão e desafio é executar tudo que foi trazido ao longo deste texto.

Assim, apresenta-se no primeiro capítulo intitulado “Metodologia de Pesquisa” o percurso traçado pela pesquisadora, posteriormente, contextualiza-se o campo pesquisado e as estratégias de coleta de dados, o *corpus* da pesquisa e o método de análise de dados empregado. Optou-se por iniciar esta dissertação apresentando a metodologia utilizada, pois os resultados da pesquisa documental estão incorporados ao longo de todo o trabalho e contribuiu com a escrita dos capítulos de modo geral, agregando informações que fazem parte do histórico da agenda LGBT no SUAS-BH e do percurso da produção de dados e o ciclo da informação nesta política pública.

Logo, no segundo capítulo denominado “O processo e aquisição de visibilidade LGBT na história: das lutas sociais à institucionalização de políticas públicas”, realiza-se inicialmente uma breve discussão acerca da constituição de problemas públicos com o objetivo central de alicerçar a análise da agenda LGBT no processo histórico do qual o SUAS-BH também está inserido. Desta forma, utiliza-se uma abordagem historiográfica<sup>6</sup> para analisar o contexto de surgimento do ativismo LGBT no país, na década de 1970, discutindo as características centrais de suas fases, a partir de formulações já produzidas. Além disso, apresenta-se discussão sobre a incorporação das demandas de tais movimentos nas agendas pública e institucional brasileira. Com esse intuito, o capítulo é finalizado com uma discussão

---

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

sobre a conformação da política governamental LGBT na capital mineira e a intersectorialidade com diversas políticas públicas, dentre elas, a assistência social.

Na sequência, o terceiro capítulo desta dissertação cujo título é “A intersecção das agendas da política de assistência social e da política LGBT: a visibilidade e o lugar de “público prioritário” em processo” versa sobre alguns aspectos da constituição da política de assistência social no Brasil, retoma-se inicialmente os avanços e resquícios do passado ainda presentes no SUAS, bem como, apresenta-se o contexto de Belo Horizonte, a organização administrativa atual e a expressiva relação com o terceiro setor. Por último, apresenta-se como a visibilidade LGBT no SUAS vem aumentando, porém lentamente, com aspectos contraditórios, mas com algumas conquistas no campo estatístico no SUAS-BH.

Por sua vez, o quarto capítulo nomeado como “A luta por visibilidade estatística da população LGBT: conquistas, desafios no campo de coleta, produção de dados e informações” apresenta a discussão do ativismo LGBT sobre invisibilidade estatística, para então sinalizar as recentes respostas estatais e os desafios postos para a visibilidade de minorias e grupos vulneráveis em bancos de dados e pesquisas censitárias. Desta forma, destacam-se quais são as especificidades do grupo LGBT, considerando a discussão metodológica nacional e internacional existente.

Finalmente, o quinto capítulo intitulado “Análise e discussão dos resultados” dedica-se a apresentar a análise reflexiva e crítica dos resultados da pesquisa de campo, articulada ao que foi discutido nos capítulos anteriores. Assim, apresenta-se a forma como a metodologia de análise de conteúdo foi empregada nesta pesquisa, por meio da análise indutiva e temática, pois os códigos e categorias emergiram dos dados coletados. Desta forma, a partir da exposição desse movimento de categorização, apresentam-se separadamente os três aspectos gerais da visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH que foram analisados e discutidos, sendo: 1) Aspectos históricos; 2) Aspectos estruturais e 3) Aspectos simbólicos ou culturais;

Ao final deste trabalho, são realizadas algumas considerações sobre o alcance dos objetivos da investigação, bem como sobre os avanços e desafios postos para visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH.

## 1- CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta pesquisa a metodologia utilizada foi qualitativa, por ser a mais adequada para responder o objeto. Inicia-se ressaltando que a observação participante esteve presente durante todo o processo de elaboração e execução, considerando a imersão profissional da autora desta dissertação, o que estabeleceu um recorte empírico da investigação científica. Ainda, duas estratégias foram empregadas na etapa de coleta de dados, sendo a pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas do tipo temáticas.

O tratamento do material levantado foi feito através de análise de conteúdo. Essa fase final é considerada uma técnica para o tratamento de dados e informações que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Na fase da pré-análise, realizou-se a leitura exaustiva do material obtido na pesquisa documental, bem como por meio da transcrição das entrevistas com o objetivo de torná-los operacionais e, assim, sistematizar as ideias iniciais. Na etapa seguinte foi realizada a exploração do material, ou seja, o refinamento das análises foi facilitado através de processo de codificação e categorização, através de análise temática ou categorial. A análise dos resultados será apresentada separadamente no capítulo V.

### 1.1 O percurso da pesquisa

O processo de constituição do *corpus* desta pesquisa teve diversas alterações e a escolha em pesquisar o SUAS-BH não estava no horizonte inicial da pesquisadora. O projeto inicial tinha outra pergunta de pesquisa, outros objetivos e um campo de investigação muito maior, do qual ao longo do processo de construção da pesquisa, foram modificados de acordo com a realidade possível de ser investigada em uma pesquisa de mestrado. Entretanto, a temática “(in)visibilidade estatística da população LGBT nas Políticas Públicas” se manteve como fio condutor.

Inicialmente, pretendia-se investigar oito áreas (Políticas públicas) que atuam com a população LGBT em Belo Horizonte - MG, a saber: Educação, Saúde, Assistência Social, Direito e Cidadania (nível municipal); Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública de Minas Gerais (nível estadual); e como instituição específica acerca da temática, o IBGE. Contudo, devido a dificuldade em pesquisar um



campo tão vasto, optou-se por concentrar a pesquisa em apenas uma, a assistência social. Esta escolha se deu devido a aproximação da pesquisadora com a referida política pública, facilitando assim o processo de entrada no campo.

Diante disso, considerando as possibilidades de bancos de dados existentes dentro da REDE-SUAS, escolheu-se o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico-BH<sup>7</sup>, pois é considerado hoje o principal instrumento de identificação e caracterização da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica no Brasil. Assim, através dele, os indivíduos e famílias inscritas poderão ter acesso a diversos programas e benefícios, de acordo com seu perfil. Sendo assim, a trajetória no campo teve início quando foi feito pela primeira vez o projeto considerando este novo foco da pesquisa e para ter mais acesso às informações sobre o referido banco de dados, encaminhou-se o projeto por e-mail com a solicitação de acesso às informações para o setor intitulado “Pesquisa SUAS”, vinculado à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente - GGTEP, da PBH. Este setor é responsável pela autorização dos projetos de pesquisa, assinatura de termo de Compromisso e Carta de Anuência.

Em paralelo, foi feito contato telefônico com o Gerente da Gerência de Gestão de Transferência de Renda e Cadastro Único, da PBH, para fazer a apresentação e explicitação sobre o projeto de pesquisa e se aproximar do campo. O referido gerente foi muito solícito e foi agendada uma reunião informalmente, sem a característica de entrevista. A reunião ocorreu em 13 de junho de 2022 no espaço da gerência (Av. Afonso Pena 342 | 2º andar | Centro | BH/MG), onde após apresentar brevemente os objetivos, o referido gestor informou que atua com o CadÚnico desde a sua implantação em 2002. O gestor contou um pouco da história da implementação deste cadastro no município, bem como alguns desafios atuais, também forneceu um artigo de sua autoria e uma cópia impressa do questionário do CadÚnico.

Entretanto, ali naquela conversa foi percebido que talvez este banco de dados não fosse interessante para a proposta de investigação, pois apesar de já ter o campo de nome social desde 2015, o mesmo ainda não possui as variáveis de identidade de gênero e orientação sexual. Na oportunidade, questionou-se essa questão para o gestor e o mesmo disse que existe um debate no âmbito do governo federal sobre essa inclusão de

---

<sup>7</sup> Criado por meio do Decreto Federal nº 9.364 de 24 de outubro de 2001. O Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Seu disciplinamento encontra-se no Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e sua regulamentação na portaria nº 376 de 16 de outubro de 2008

variáveis no CadÚnico, mas que ainda não foi efetivada até então.

Em face de esta constatação, avaliou-se que seria melhor utilizar um banco de dados que tem estas variáveis para análise, assim, elegeu-se o SIGPS conforme relatado na introdução. Na oportunidade, pediu-se a suspensão da análise pelo setor de "Pesquisa Suas", reestruturou-se novamente o projeto e foi encaminhada uma nova versão para o referido setor (por e-mail) que aprovou a realização da pesquisa ainda em agosto de 2022. Após eleger o SIGPS como campo de pesquisa neste mesmo período também houve uma tentativa de tornar esta pesquisa quantitativa, assim, solicitaram-se os dados da população LGBT cadastrada no SUAS-BH para GVISO para então analisar a viabilidade de um estudo de progressão da visibilidade LGBT, desde a criação do SIGPS em 2008 até a atualidade.

Contudo, após análise da planilha fornecida com os dados brutos de janeiro a agosto de 2022, bem como da realização de reunião com a equipe técnica da GVISO em setembro de 2022, com objetivo de a possibilidade de utilização destes dados, observou-se que a metodologia quantitativa não tinha condições de ser empregada. A referida gerência informou que não conseguiria emitir os dados ano a ano para análise, que os campos haviam passado por modificações em 2019, com problemas na integralização deles, também não sabiam responder sobre a forma de coleta dos dados pelos agentes públicos, pois não havia uma padronização, tampouco orientações para o preenchimento de dados. Além disso, informaram que estes dados não costumavam ser solicitados por nenhum serviço ou gerência, e, para fornecê-los seria necessário que algum analista da GVISO realizasse este trabalho para fornecer à pesquisadora e por estarem com acúmulo de demandas e equipes reduzidas, demoraria a priorizar esta ação.

Diante deste percurso de melhor adequação do objeto de pesquisa, bem como da metodologia a ser utilizada, novos contornos foram sendo dados para que então, chegasse-se na escolha final pela metodologia qualitativa e com recorte de campo de pesquisa final conforme será apresentado a seguir.

## **1.2 - Apresentação do campo**

Insta salientar que na fase exploratória da pesquisa, após a análise dos dados do SIGPS fornecidos pela GVISO, elegeu-se como campo de pesquisa os serviços e equipamentos públicos do SUAS-BH que se destacaram em maior e menor visibilidade

da população LGBT no SIGPS, com finalidade comparativa, sendo estes os serviços que compõem a rede de atenção às pessoas em situação de rua, da Proteção Social Especial de média e alta complexidade. O SUAS-BH possui uma série de serviços, programas e projetos socioassistenciais que são organizados em níveis de complexidade e serão apresentados brevemente de forma separada no capítulo III, sendo que, neste texto serão apresentados somente aqueles que fizeram parte do *locus* da pesquisa.

Deste modo, selecionaram-se na média complexidade do SUAS-BH os serviços com maior visibilidade estatística da população LGBT, a saber: Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS, Centros de atendimento especializado no atendimento a pessoas em situação de rua - CREAS-POP (adulto) e o Centro de atendimento especializado à criança e adolescente em situação de rua (Centro Pop- Miguilim), Serviço de Atenção ao Migrante-BH Resolve e Serviço de Proteção e Atendimento a Famílias e Indivíduos-PAEFI. Por sua vez, elegeram-se os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, ou seja, as Unidades de Acolhimento Institucional- UAI's, pois apresentaram completa invisibilidade estatística do público LGBT no SUAS-BH, com base nos dados do SIGPS do ano de 2022.

Após todas as aprovações da realização da pesquisa em relação ao Comitê de Ética da UFMG e do setor de Pesquisa do SUAS-BH, todos os serviços de média e alta complexidade selecionados na pesquisa foram convidados a participar, tanto através de reunião virtual e presencial com gestores (as) e trabalhadores (as), bem como por e-mail ou contato telefônico. Algumas unidades ou serviços não responderam, algumas outras autorizaram a realização das entrevistas, mas teve-se dificuldade de agenda para a realização das entrevistas no prazo estabelecido pela pesquisadora para a coleta de dados, sendo: Albergue Tia Branca I e II; e Abrigo Pompéia. Por sua vez, as UAI's para Crianças e Adolescentes tiveram pouca adesão à pesquisa, uma destas UAI's<sup>8</sup> respondeu ao convite por e-mail dizendo que “*por acolher crianças de 6 a 11 anos acreditava que não poderia contribuir com a pesquisa*”, sinalizando que a discussão sobre identidade de gênero e orientação sexual não é um assunto comumente tratado com crianças em situação de medida protetiva de acolhimento institucional, tampouco com os prestadores destes serviços.

Diante do exposto, considerando a disponibilidade das (os) agentes públicos e o tempo de pesquisa de campo disponível, foi possível conhecer além do trabalho

---

<sup>8</sup> A identidade desta instituição e das (os) respectivos agentes públicos serão preservadas.

executado pela PBH diretamente, também o trabalho executado indiretamente por 5 (cinco) instituições parceiras do SUAS-BH, a saber: 1) Instituto de Promoção Social Humana Darcy Ribeiro - IPSHDR; 2) Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais- ADRA; 3) Sociedade de São Vicente de Paulo; 4) Cáritas Brasileira e 5) Casa de Caridade Herdeiros de Jesus.

Conforme a entrada da pesquisadora em campo foi sendo realizada alguns novos contornos foram sendo dados para pesquisa, pois foi somente em campo que se tomou conhecimento de que todos os serviços da alta complexidade são executados indiretamente por instituições terceirizadas e que nem todas possuem acesso ao SIGPS<sup>9</sup> especialmente a rede de acolhimento de adultos e famílias. Deste modo, observou-se que algumas destas instituições parceiras do SUAS-BH utilizam somente um sistema de planilhas no Google Drive e outras compraram sistemas próprios de informações para se autogestionar, pois segundo relatos coletados *in loco*, a PBH não forneceu acesso ao SIGPS para estas instituições até o momento.

Diante deste panorama apresentado para a pesquisadora já em campo, observou-se a necessidade de entender mais das relações institucionais que existem entre Estado e terceiro setor e as clivagens existentes. Assim, neste momento da pesquisa que o objetivo geral a ser investigado ganhou o contorno atual, compreendendo que há questões institucionais que envolvem a produção e gestão de dados e informação no SUAS-BH que tem raízes mais profundas do que até o momento pareciam ter. Assim, o objetivo desta pesquisa se delimitou em compreender o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH, analisando quais são as políticas, órgãos e serviços (governamentais e não-governamentais) que estiveram ou estão envolvidos neste processo, como se relacionam, quais os focos potenciais de conflitos, como as tensões aparecem e são (ou não) resolvidas.

Deste modo, buscou-se também conhecer as estratégias utilizadas pelas instituições parceiras do SUAS-BH para produzir informações e analisar os bancos de dados extra-oficiais que são usados no cotidiano para produzir informações úteis para os serviços. Face ao exposto, no quadro 1 a seguir, apresenta-se a lista dos 15 serviços do SUAS-BH que compuseram esta pesquisa, considerando a instituição executora, público-alvo, nível de complexidade do SUAS e os banco de dados utilizados:

---

<sup>9</sup> Alguns respondentes mostraram os bancos de dados, contaram a história e autorizaram a análise e o registro de algumas fotos, conforme anexo no final deste trabalho.

**QUADRO 1- SERVIÇOS DO SUAS PESQUISADOS**

Nome do Serviço	Executora	Público-alvo	Complexidade do SUAS	Banco de dados
<b>Abrigo São Paulo</b>	Sociedade de São Vicente de Paulo	Homens e mulheres adultos; e famílias;	Alta	Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Abrigo Maria Maria</b>	Cáritas Brasileira	Mulheres adultas	Alta	Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Acolhimento de Adultos e Famílias - Hotel Minas Pampulha</b>	IPSHDR	Famílias (adultos, crianças e idosos)	Alta	Sistema Próprio terceirizado e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Abrigo Anitta Gomes- II</b>	IPSHDR	Homens adultos	Alta	Sistema Próprio; Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Casa Esperança III</b>	ADRA	Adolescentes de 12 a 17 anos - Feminino	Alta	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Lar Esperança Francisca de Paula de Jesus III</b>	Casa de Caridade Herdeiros de Jesus.	Adolescentes de 12 a 17 anos - Feminino	Alta	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>SEAS - Noroeste</b>	ADRA	Pessoas e famílias em situação de rua	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>SEAS - Centro- Sul</b>	ADRA	Pessoas e famílias em situação de rua	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>SEAS - Leste</b>	ADRA	Pessoas e famílias em situação de rua	Média	SIGPS; Google Drive- Planilhas e docs.
<b>SEAS - Barreiro</b>	ADRA	Pessoas e famílias em situação de rua	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>SEAS - Venda Nova</b>	ADRA	Pessoas e famílias em situação de rua	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>SEAS - Noroeste</b>	ADRA	Pessoas e famílias em situação de rua	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>PAEFI - Oeste</b>	PBH	Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Centro Pop - Lagoinha</b>	ADRA	Adultos em situação de rua	Média	Sistema próprio (CPOP); Google Drive- Planilhas e docs.
<b>Centro Pop - Miguilim</b>	ADRA	Crianças e Adolescentes em situação de rua	Média	SIGPS e Google Drive- Planilhas e docs.

Quadro 1- Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em resumo, dos 15 serviços do SUAS-BH pesquisados, todos fazem uso do Google Drive (docs. e planilhas) como forma de organização interna. Dos serviços de alta complexidade, dois fazem uso somente das ferramentas Google como sistema de informatização, dois possuem um sistema próprio e dois fazem uso do SIGPS, que são os que atendem somente adolescentes. Já os serviços de média complexidade, todos fazem uso do SIGPS, exceto o Centro Pop- Lagoinha, que utiliza um sistema próprio,

intitulado “C-POP”. Ainda, além dos serviços apresentados acima, também participaram da pesquisa agentes públicos que atuam em três gerências<sup>10</sup>, conforme quadro 2 a seguir, e todas acessam para consulta o SIGPS, e também trabalham com o Google Drive- Planilhas e docs, bem como outros sistemas da Rede SUAS<sup>11</sup>.

**QUADRO 2 - GERÊNCIAS DO SUAS PESQUISADAS**

Nome do Serviço	Executora	Público-alvo	Função do SUAS
Gerência de Gestão de Serviços de Alta Complexidade- GGSAC	PBH	Gestão dos serviços e da política para pessoas com direitos violados e em situação de rompimento de vínculos familiares ou comunitários	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
Gerência de Gestão de Serviços de Média Complexidade - GGSMC	PBH	Gestão dos serviços e da política para pessoas com direitos violados e em situação de fragilidade de vínculos familiares ou comunitários	Proteção Social Especial de Média Complexidade
Gerência de Vigilância Sócio Assistencial - GVISO	PBH	Gestão da informação, monitoramento e vigilância socioassistencial	Gestão do SUAS- Vigilância Socioassistencial

Quadro 2- Fonte: Elaborado pela autora (2023)

### 1.3. Método de Coleta de Dados

#### 1.3.1 Pesquisa documental

A primeira estratégia de coleta de dados utilizada foi a pesquisa documental, que teve por objetivo investigar normativas, resoluções, leis, portarias, orientações técnicas, diretrizes, dentre outros documentos institucionais do SUAS-BH que permitissem comparar o discurso oficial governamental com os dados estatísticos encontrados e a opinião dos (as) agentes públicos entrevistados (as). Desta forma, ao

<sup>10</sup> Comumente chamados de “nível central” SUAS-BH, pois são os agentes públicos que fazem a gestão da política de assistência social no município, não atendem diretamente ao público e ficam localizados no espaço da SMASAC (Afonso Pena, 342, Centro- Belo Horizonte).

<sup>11</sup> Conforme informação disponível no sítio do MDS, a Rede SUAS é o “Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social. Reconhecida institucionalmente pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), é desenvolvida de acordo com os processos que cercam a efetivação da política de Assistência Social no Brasil. A gestão da informação integra a agenda estratégica do Ministério da Cidadania”. Insta salientar que de modo geral, estes sistemas são utilizados a nível nacional e operados em sua maioria pelos gestores, a saber: Sistema de Autenticação e Autorização - SAA (senhas); o CadSUAS – Sistema de Cadastro do SUAS; o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS; Registro Mensal de Atendimentos- RMA, que é o sistema onde são registradas informações sobre as famílias atendidas nos CRAS e CREAS; o SIMPETI, que é o sistema que destina-se ao acompanhamento das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-AEPETI; o SUASweb, que é o sistema de funcionalidades específico para a gestão do SUAS, dentre outros. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snass/inicio.html>>. Acesso em 03/05/2023.

analisar o sítio institucional da PBH<sup>12</sup> é possível encontrar alguns documentos publicados como: boletins, notas técnicas, orientações técnicas, levantamentos de dados, diagnósticos, livros sobre o SUAS, planos municipais, dentre outros<sup>13</sup>. Estes documentos, em geral, contêm informações sobre a rede de atendimento: à criança e adolescente, à pessoa idosa, ao enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes, combate à violência contra as mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, orientação de preenchimento de dados sobre raça e cor, etc.

No entanto, não foram encontrados documentos no sítio institucional do SUAS-BH específicos ao atendimento ao público LGBT, tampouco que oriente a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero. Nestes documentos analisados encontraram-se dois que estabelecem alguns parâmetros de atendimento a população LGBT, especificamente em situação de rua, na Resolução 030/2017 do Conselho Municipal de Assistência Social, ou LGBT vítima de discriminação e ou preconceito, sendo o documento intitulado “Orientações técnicas para o aprimoramento dos processos de trabalho e de gestão do CREAS, 2020”. O único documento encontrado em busca no sítio do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS<sup>14</sup> que regula a nível nacional o atendimento da população LGBT no SUAS é a Resolução Conjunta CNAS e CNCND/LGBT Nº 01/2018 “Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS”.

Além desta busca realizada nos sítios institucionais, também se realizou busca de documentos complementares em sítios de busca na *internet* (Google) utilizando as palavras-chave: “Dados”, “Estatísticas”; “LGBT”; “Assistência Social”, ”SIGPS; SUAS”; “orientação sexual”; “Identidade de Gênero” “Belo Horizonte”. Nestas buscas realizadas não foram encontrados nenhum documento complementar para subsidiar esta investigação. Por último, em campo foram coletados documentos extraídos do SIGPS (planilhas com dados sobre orientação sexual e identidade de gênero), bem como

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social>

<sup>13</sup> A saber: Estudo e desenvolvimento do indicador de acessibilidade dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (2017); Plano de reestruturação e operacionalização da Vigilância Socioassistencial do SUAS\_BH 2018-2021; Nota Técnica - Revisão de territorialização do SUAS em Belo Horizonte (2019) Levantamento de dados para expansão do Programa Maior Cuidado (2019); Orientação técnica para o registro dos dados referentes a raça-cor no cadastro de cidadãs e cidadãos no Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais – SIGPS (2020); Relatório da Vigilância Socioassistencial sobre as denúncias de violações de direitos encaminhadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos ao SUAS\_BH (2020); dentre outros.

<sup>14</sup> <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-combate-a-discriminacao-lgbt/CNASECNCND2018>

informações dos questionários que compõe o “cadastro do cidadão” no aplicativo do SIGPS e em outros bancos de dados extra-oficiais. A leitura analítica dos documentos encontrados que versam sobre o objeto desta pesquisa estão incorporados ao longo deste texto, assim, justifica-se o capítulo metodológico ser o primeiro.

### 1.3.2 Entrevistas

A segunda estratégia de coleta de dados utilizada como levantamento de informações foi a entrevista semiestruturada, com perguntas abertas do tipo temáticas para que as (os) entrevistadas (os) pudessem desenvolver livremente seu discurso. Assim, para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa o público eleito para ser entrevistado foram os agentes públicos (trabalhadores e gestores) que atuam nos serviços de atendimento à população de rua (média complexidade, bem como os que atuam nos serviços de acolhimento institucional (alta complexidade). Já em relação à amostra, destaca-se que não houve um número pré-determinado de entrevistas a serem realizadas, buscou-se encontrar um padrão, ou seja, momento no trabalho em que as respostas se repetem e a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado. Deste modo, considera-se que a amostra utilizada foi intencional.

Para acessar o público entrevistado, a PBH forneceu Carta de Anuência, através de procedimento interno de solicitação para um setor específico intitulado "Pesquisa Suas" (por e-mail). Após o fornecimento deste documento, solicitou-se também a autorização do Comitê de Ética da UFMG, conforme as normativas vigentes. Assim, após as devidas autorizações, foi realizado contato com os gestores dos serviços por e-mail e telefone e foi apresentada a pesquisa por escrito. A pesquisa foi muito bem recebida pelos gestores do nível central do SUAS-BH, que ofertaram inclusive espaços coletivos para que a pesquisadora estivesse pessoalmente para realizar apresentação oral da pesquisa para as (os) agentes públicos que estão atuando nas regionais. Assim, em dezembro/2022 a pesquisadora esteve presente em duas reuniões em que participaram mais de 70 pessoas em cada encontro, aproveitou-se a oportunidade para sensibilizá-los a aderir a pesquisa. Deste modo, as entrevistas foram sendo agendadas e realizadas presencialmente no local de trabalho dos agentes públicos, exceto uma das entrevistas que foi realizada *on-line*, via Google meet.



Conforme pode ser observado na Tabela 1 a seguir, ao todo foram realizadas 29 entrevistas com agentes públicos do SUAS-BH <sup>15</sup> no período de dois meses (dezembro/2022 a janeiro de 2023). Destas entrevistas, foram realizadas 12 entrevistas com gestores e 17 com trabalhadores (as) dos SUAS-BH. Destes 12 gestores (as), 5 (cinco) atuam em serviços de média complexidade, 6 (seis) em serviços de alta complexidade e 01 (um) atua na área de Gestão Geral do SUAS-BH. Por sua vez, das (os) 17 trabalhadores (as) entrevistadas (os), 10 atuam nos serviços de média complexidade, 06 (seis) nos serviços de alta complexidade e 01 (um) na área de Gestão Geral do SUAS-BH.

**TABELA 1- QUANTIFICAÇÃO DAS (OS) SUJEITOS (AS) DA PESQUISA**

GESTORAS (ES)		TRABALHADORAS (ES)		TOTAL
Alta Complexidade	6	Alta Complexidade	6	12
Media complexidade	5	Media complexidade	10	15
Gestão do Suas	1	Gestão do Suas	1	2
<b>12</b>		<b>17</b>		<b>29</b>

Fonte: Elaboração própria (2023)

As questões orientadoras constituíram três blocos temáticos de perguntas em um enredo contínuo, em geral sendo: 1) Perfil dos Agente Públicos; 2) Sobre a Pauta LGBT no SUAS-BH; 3) Sobre a produção de dados e informação sobre a população LGBT no SUAS-BH, conforme roteiro anexo ano final do texto. Destas 29 entrevistas, 27 foram gravadas e 02 (duas) não tiveram a autorização para gravação, sendo registradas somente no caderno de campo. A média de duração das entrevistas foi de 30 a 40 minutos cada uma e todas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra pela pesquisadora. Ao todo, somou-se mais de 300 páginas de transcrições e posteriormente foram codificadas e categorizadas para análise conforme será apresentado no capítulo V.

<sup>15</sup> Por compreender que o perfil dos (as) Agentes Públicos apresenta dimensões e aspectos importantes para análise dos resultados, optou-se por concentrá-los na secção do referido capítulo V.

## **2- CAPÍTULO II- O PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE VISIBILIDADE LGBT NA HISTÓRIA: DAS LUTAS SOCIAIS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Neste capítulo, iniciou-se com uma breve discussão acerca da constituição de problemas públicos, situando as lutas e conquistas do movimento LGBT em prol de seus direitos, bem como da elaboração de políticas públicas visando à promoção da cidadania LGBT. Em sequência, situa-se Belo Horizonte neste contexto, considera-se a criação do CRLGBT como uma resposta estatal às lutas do movimento LGBT, bem como, apresenta-se brevemente como é desenvolvido atualmente o trabalho deste equipamento público municipal e a sua interface com as demais políticas, em especial com o SUAS-BH, campo de análise nesta pesquisa.

### **2.1- Do “estado de coisas” aos problemas públicos: O processo de constituição e institucionalização da agenda LGBT**

Analisar a visibilidade ou a invisibilidade da população LGBT em banco de dados públicos, implica necessariamente compreender os processos históricos de constituição de agenda pública e agenda institucional inerente a cultura de problemas públicos<sup>16</sup> no Brasil. Assim, compreender a forma como se constituem as agendas públicas no Brasil é relevante, pois mesmo com as inúmeras conquistas atuais que serão discutidas a seguir, percebe-se que ainda é um desafio vislumbrar grandes mudanças no cenário político e jurídico brasileiro para este grupo historicamente marginalizado por romper com a norma social.

Diante disso, colabora com a análise a autora Camila Souza (2015), ao discutir sobre o processo de constituição das políticas públicas<sup>17</sup> para a população LGBT no Brasil. Esta autora postula que uma situação pode existir por muito tempo sem

---

<sup>16</sup> Neste texto utiliza-se o termo “problema público”, contudo, compreendem-se as conceituações de problemas sociais, problemas públicos ou problemas políticos como sinônimos percebidos como parte de um processo de transformar problemas ou situações sociais em agendas de políticas públicas.

<sup>17</sup> Compreende-se política pública como processos de colocar o governo em ação através de estabelecimento de agenda, consideração de alternativas, formulação de alternativas para decisão e implementação da decisão (SOUZA, 2006).

necessariamente se tornar um problema público que merece intervenção estatal, é o que a autora nomeia de “Estado de Coisas<sup>18</sup>” (SOUZA, 2015):

Algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. Quando este estado de coisas passa a preocupar as autoridades e se toma uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um "problema político." (Pg. 03)

Assim, observa a autora que existe um longo processo já transcorrido para que as pautas do movimento LGBT chegasse a mobilizar autoridades governamentais e entrassem para a agenda política. A referida autora chama este processo de “sair de um estado de coisas para um problema político”.

[..] um estado de coisas geralmente se transforma em problema político quando mobiliza ação política, seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos dotados de fortes recursos de poder, seja ação de atores individuais estrategicamente situados. Dessa forma, apenas “ao deixar de ser um estado de coisas e se transformar em um problema político, uma questão ou demanda toma-se um input, passando a incluir-se na agenda governamental” (SOUZA, 2015, apud RUA, 2009).

Corroborando com a análise sobre este campo de constituição de agenda LGBT, o sociólogo norte-americano Joseph Gusfield (1981) em seu livro "Cultura dos Problemas Públicos", explora como as questões públicas são construídas e negociadas na sociedade. Gusfield argumenta que as questões públicas não são simplesmente problemas objetivos que exigem soluções técnicas, mas sim construções sociais que refletem as preocupações e valores das pessoas em uma determinada cultura. Este referido autor usa exemplos de debates públicos, como a lei seca nos Estados Unidos na década de 1920 e a luta pelo controle da poluição nos anos 1960 e 1970, para ilustrar como as questões públicas são moldadas por interesses políticos, culturais e econômicos.

Gusfield (1981) também discute o papel da mídia e de outros atores sociais na construção e negociação de questões públicas e argumenta que a cultura dos problemas públicos é influenciada por uma série de fatores, incluindo a história, a tradição, a religião, a ciência e a tecnologia. Assim, uma situação se torna um “problema público”, quando adquire uma dimensão “societal”, ou seja, é assunto de conflitos, de controvérsia, de debate de opiniões no espaço público, requerendo ser tratada pela ação coletiva dos poderes públicos, das instituições ou dos movimentos sociais. Deste modo,

---

<sup>18</sup> O título desta dissertação faz uma analogia a este processo de saída do Estado de Coisa, como Estado de Armário, de forma a chamar atenção para um termo comumente usado para o grupo LGBT e sinalizar um processo de saída do armário no campo da cultura dos problemas públicos.

determinados aspectos são fundamentais na construção dos problemas públicos: a determinação das causas da situação problemática e a questão da “ownership”, ou seja, quem tem o poder para definir o problema e a quem pertence resolvê-lo.

Dessa forma, para Gusfield (1981), a cena pública é composta por uma ordem simbólica de acordo com as formações culturais e alguns de seus usos políticos. Assim, o autor defende que os debates públicos devem ser vistos como oportunidades para entender melhor a cultura e os valores de uma sociedade, em vez de simplesmente como exercícios técnicos de resolução de problemas. Este sociólogo convida o leitor a refletir a complexidade das dinâmicas sociais e culturais para compreender processos históricos que hoje se refletem na visibilidade ou invisibilidade de determinados grupos sociais.

Gusfield (1981) postula que os problemas públicos são construídos para serem resolvidos, ou seja, a partir do momento que uma situação sai “do estado de coisas” e passa a ser um problema público, o Estado necessita intervir e propor uma solução técnica. No entanto, muitas vezes, as soluções técnicas são insuficientes para resolver completamente os problemas subjacentes, já que estes são enraizados em fatores sociais e culturais mais amplos. Ainda, Gusfield (1981) alerta em sua obra que esta “cultura de problemas públicos” por ele observada tem implicações para a política e para a sociedade em geral, na medida em que ao expandir o papel do Estado na solução de problemas sociais, também pode limitar a capacidade da sociedade de resolver problemas de forma autônoma. Além disso, também pode levar à marginalização de grupos sociais que não são capazes de transformar suas questões em problemas públicos, ou seja, desmobilizados politicamente ou com pouca força política.

Os autores Capella (2006), Silva e Melo (2000) e Souza (2003) chamam esta capacidade de transformar questões sociais em problemas públicos de “poder de barganha” na arena política. Estes autores colaboram com a análise de Gusfield (1981) e Souza (2015), trazendo para a cena o debate da constituição da agenda de políticas públicas no Brasil ao compreenderem também um contexto nacional permeado de jogos de interesses na administração pública. Deste modo, a priorização de agendas, conforme destaca Silva & Mello (2000, p.9) “[...] pode ser melhor representada como um jogo entre implementadores onde papéis são negociados, os graus de adesão ao programa variam, e os recursos entre atores são objeto de barganha”.

Colaborando com essa idéia de jogo político, a autora Capella (2006) *apud* John Kingdon (2003) sobre como as agendas políticas governamentais – *agendas setting* são

formuladas e alteradas, destaca a existência de um ‘fluxo de políticas’ e afirma que este segue sua própria dinâmica e regras e as coalizões são construídas a partir de um processo de barganha e negociações. Neste fluxo são considerados três elementos, que são o clima ou humor nacional, forças políticas organizadas (arena política), e as mudanças dentro do próprio governo (p. 26 e 27).

Deste modo, para Capella (2006) é fundamental discutir como os problemas são conceituados no processo de formulação de políticas, como as questões ganham relevância e a forma de seleção de alternativas é fundamental para compreender a dinâmica estatal no Brasil (p. 45). Assim, observa-se que a priorização e a implementação de agendas LGBT no Brasil podem ser interpretadas dentro deste processo de cultura de problemas públicos, bem como de jogo político de interesses, barganhas e negociações. Sobre isso, observa-se que o padrão cisheteronormativo da sociedade tem influência direta no que irá se tornar um problema público ou não, assim, a conjuntura de (in)visibilidade do segmento LGBT hoje é fruto deste padrão estrutural de uma sociedade em constante disputas de poder.

Por muitos anos os problemas da população LGBT foram discutidos em diversas esferas, mas permaneceram somente no “estado de coisas” sem conseguir avançar para entrar na agenda governamental. Este longo processo é conceituado por Souza (2015) *apud* Bachrach e Baratz (1979) como “não-decisão”, ou seja, a ausência de decisão sobre uma questão que foi incluída na agenda política. Sobre isso, Souza (2015) destaca:

[...] Isso seria, mais propriamente, resultado do emperramento do processo decisório, como o que acontece no legislativo brasileiro no qual toda e qualquer proposição pró-LGBT é vetada ou embargada pela bancada religiosa e conservadora da câmara. Assim, não-decisão significa que determinadas temáticas que ameaçam fortes interesses, ou que contrariam os códigos de valores de uma sociedade - e, da mesma forma, ameaçam interesses - encontram obstáculos diversos e de variada intensidade à sua transformação de um estado de coisas em um problema político - e, portanto, à sua inclusão na agenda governamental (pg. 4)

Com base no exposto, compreende-se que é a partir do avanço do ativismo social LGBT e da inserção enquanto grupo de pressão nas estruturas sociais que suas demandas e necessidades de implementação de políticas públicas, têm passado de “estado de coisas” para um problema público. Insta salientar o papel do ativismo social LGBT no encabeçamento da discussão de diversidades de gênero e sexual na sociedade ao longo da história, trazendo uma pauta da esfera privada para a pública e colocando o assunto na pauta política, conforme destaca a autora Berenice Bento (2017)

[...] os movimentos sociais em torno da diversidade sexual retiraram a discussão da sexualidade da alcova dos lares, dos divãs dos psicanalistas, para os espaços públicos. Foi na pedagogia dos movimentos sociais que aprendemos que a melhor proteção é a visibilidade política. Nas últimas décadas, há uma ruptura com os discursos que qualificam as sexualidades não heterossexuais como doenças. Essa despatologização deslocou o debate sobre sexualidade para o âmbito dos direitos humanos. (p. 210).

Contudo, pondera-se que esse processo não se materializa rapidamente, tampouco sem obstáculos, pois mesmo após um problema se tornar público e entrar para a agenda política, os campos de forças seguem em constante disputa, são cíclicos e a depender da conjuntura podem ter momentos de avanços e retrocessos. Insta salientar que as principais análises referentes às políticas públicas LGBT destacam-se por meio de críticas que envolvem este processo de “estado de armário” até se transformar em problema público, inserindo-se na agenda governamental e traduzido em políticas públicas. Nesse sentido, os trabalhos de MELLO ET AL. (2012, 2014), MELLO E MAROJA (2012), PEREIRA (2017), PRADO E SOUSA (2017) E VIANNA (2015) são referências neste campo de estudo de políticas LGBT e ambos sinalizam que o principal marco de construção, elaboração e implementação governamental foi o Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTs e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil Sem Homofobia”- BSH (BRASIL, 2004).

Deste modo, na seção a seguir será apresentado como se deu este processo histórico de constituição da agenda LGBT.

## **2.2- O ativismo e a agenda LGBT na história: principais marcos e conquistas**

Inicia-se exaltando que é interessante para esta pesquisa uma apresentação breve sobre o surgimento do ativismo organizado LGBT, bem como os principais marcos e conquistas, pois não é possível entender como a comunidade LGBT ganhou alguma visibilidade estatística sem um entendimento de como foi a luta deste grupo por direitos, dignidade e respeito à diferença na história. Revisitar essa história permite compreender porque a visibilidade LGBT na política de assistência social é tardia em relação a outras políticas públicas brasileiras.

Deste modo, cabe destacar que um marco inicial importante na luta por direitos

da população LGBT no mundo é a Rebelião de Stonewall (Stonewall Riot) de 1969<sup>19</sup> que ocorreu nos Estados Unidos. Esta rebelião é sinalizada como fundadora do ativismo LGBT no mundo, em um contexto em que os bares eram pontos de encontro e espaços importantes de articulação social e política, por serem locais noturnos, mais reservados, em regiões mais isoladas da cidade, onde era possível estabelecer redes de amizade, sexuais e circuitos de subcultura LGBT.

De acordo com Franco (2014) “No dia 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn localizado em Greenwich Village, nos Estados Unidos, gays, lésbicas, travestis e drag queens se rebelaram contra a polícia que fazia cercos violentos a bares gays da cidade de Nova York” (p.2), tornado-se assim um marco histórico contemporâneo essencial ao movimento LGBT e frequentemente utilizado como título de lugares e eventos. Sabe-se que é por este motivo que o dia 28 de junho é comemorado o Dia Internacional do Orgulho LGBT em diversas partes do mundo até hoje.

A partir deste marco, formou-se uma aliança que constituiu posteriormente o Gay Liberation Front (GLF), entidade que exerceu nos Estados Unidos e no mundo grande influência na prática política de ativistas homossexuais. Na perspectiva de protestar contra o preconceito e relembrar a insurreição do dia 28 de junho, supracitada, os homossexuais, no ano de 1970, realizaram em Nova York (e outros lugares do mundo) as primeiras marchas gays, as Stonewall Riots, precursoras das paradas LGBT atuais. Tornou-se um fenômeno cada vez mais frequente em diversos países e cidades do mundo. Com base nisso, pesquisadores e militantes compreendem as Stonewall Riots como o berço do movimento gay contemporâneo (PRADO; MACHADO, 2008).

Deste modo, foi entre as décadas de 1960 e 1970 que a emergência de uma subcultura gay urbana o então “movimento Gay” passa a ter consonância com as lutas dos movimentos feministas, em um momento de efervescência da ditadura militar em diversos países, bem como no Brasil, passando a ganhar espaço na luta por espaço político e direitos civis. O movimento feminista lésbico surge na mesma época,

---

<sup>19</sup> Escolheu-se neste texto contar essa história a partir dos principais marcos que são consensuais na literatura de diversidade de gênero e sexual e que possibilitam compreender e interpretar as estratégias e agendas de mobilização LGBT em especial no contexto brasileiro contemporâneo (SIMÕES & FACCHINI, 2009; GREEN et al, 2018; FRANCO, 2014; PRADO & MACHADO, 2008, dentre outros). Por sua vez, vale considerar que outros autores como Quinalha (2022) problematiza a Rebelião de *Stonewall* em 1969 como “mito fundador” do ativismo LGBT, inserindo-a em um contexto cultural e político norte americano e destaca em sua obra um capítulo específico sobre a Alemanha no século XIX, o que ele compreende como o epicentro do “protoativismo” LGBT no mundo.

ganhando força sucessivamente com a participação das travestis e transexuais.

No contexto brasileiro, Facchini (2005) defende que o movimento LGBT pode ser dividido em três momentos<sup>20</sup>, sendo que é no segundo momento que a visibilidade ganha força em virtude das ações focadas na saúde. Assim, o primeiro momento é conhecido como “Movimento Homossexual Brasileiro - MHB” que foi marcado pelo surgimento do Grupo Somos, em São Paulo em 1978, conhecido como um conjunto de associações e entidades com o objetivo de defender os direitos relacionados a livre orientação sexual. No mesmo ano de 1978 no Rio de Janeiro, ganha destaque o Jornal “Lampião da Esquina”, que teve papel fundamental com a circulação de suas edições neste período e dar visibilidade as pautas do movimento homossexual. Conforme citado na introdução, a força política inicial do movimento homossexual explica a terminologia GLS utilizada na época, da qual a população Trans e Travesti era invisível.

Por sua vez, o segundo momento se configura em meados de 1980 com o surgimento de outras organizações, a exemplo da primeira ONG com foco nos homossexuais na Bahia, intitulada de Grupo Gay da Bahia - GGB, que buscou direcionar a campanha em prol da despatologização da questão homoafetiva<sup>21</sup>, bem como foi pioneira na visibilidade estatística LGBT no Brasil produzindo dados e informações até hoje. Ainda, na década de 1980, ocorreu o registro do primeiro caso de vírus da imunodeficiência humana (HIV) em São Paulo, dando início ao diagnóstico de epidemia dessa doença no Brasil. Essa nova enfermidade, a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), até então desconhecida, trouxe consigo grande discriminação para a população LGBT. Denominada de “5H”, em referência aos homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos e hookers (prostitutas ou michês em inglês), relacionando diretamente o vírus da imunodeficiência humana à população homossexual masculina, ao trabalho sexual, à etnia e ao uso de determinados entorpecentes (FACCHINI, 2005).

Assim, a visibilidade LGBT ganha força a partir das primeiras ações governamentais direcionadas à população LGBT que foram construídas no âmbito das políticas de saúde associadas ao enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. É relevante ponderar que a saúde é pioneira em ações para o grupo LGBT, no entanto, o enfoque

---

<sup>20</sup> Outros autores já consideram que estamos no quarto ou quinto momento com a implementação de políticas públicas e a “revolução de direitos”, ver Quinalha (2022)

<sup>21</sup> Surgem também outros grupos que tiveram importância para o movimento LGBT na história, a exemplo do *Triângulo Rosa* e o *Atobá*, no Rio de Janeiro ( FACCHINI, 2005).



dado pela saúde LGBT foi tão intenso que as demais políticas públicas foram pormenorizadas pelos governos de modo geral. Por muitos anos a associação entre HIV/AIDS e população LGBT esteve tão fortemente estigmatizada que se reflete até hoje em práticas discriminatórias e LGBTfóbicas (DUARTE, 2014; MELLO, BRITO & MAROJA, 2012).

Este pioneirismo da política de saúde em relação à agenda LGBT a colocou em lugar de destaque como sendo uma das principais políticas públicas que desenvolve ações de qualificação e capacitação de agentes públicos até hoje. Assim, por muitos anos, antes de haver uma política LGBT específica e institucionalizada, era somente na política de saúde, especialmente nos programas de prevenção a HIV/AIDS que a política de assistência social (e as demais), se quisesse ou precisasse, por exemplo, poderia ter informações sobre a população LGBT, pois a sexualidade era assunto somente para ser tratada como questão de saúde (física e mental).

Com base nisso, insta salientar que o ativismo LGBT vem se expressando, ganhando força e visibilidade em diferentes momentos e eventos, e essa luta por cidadania tem produzido importantes resultados, como por exemplo, a retirada da homossexualidade da relação de doenças pelo Conselho Federal de Medicina, em 1985. Até então, o homossexualidade era classificada pelo Código Internacional de Doenças como ‘CID 302.0 – homossexualismo’, como sendo da categoria de Desvios e Transtornos Sexuais, e, então passou a ser categorizada como Circunstâncias Psicossociais, mas ainda considerada uma doença. Posteriormente, em 1990, a homossexualidade foi suprimida do CID, e, em 1993, a decisão, aprovada pela Assembleia Geral da OMS22, foi expandida aos países-membros das Nações Unidas, dando um fim à patologização, pela medicina, de tal orientação sexual – demanda histórica do movimento (CFESS, 2017, p. 11).

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia proibiu, a partir de uma resolução, que psicólogos realizem psicoterapias com objetivo da “cura da homossexualidade” (Resolução CFP nº 001/99). Apesar disso, o “tratamento para a homossexualidade” voltou a ser discutido no cenário político brasileiro por meio dos Projetos de Decreto Legislativo - PDC 1640/2009 (arquivado em 2010) e posteriormente o PDC 234/2011

---

<sup>22</sup> Ressalta-se a internacionalidade desta luta, presente nos Estados Unidos, no Canadá e em diversos países europeus.

(retirado de tramitação em 2013) com a proposta da “Cura Gay”<sup>23</sup>, em que a homossexualidade é percebida novamente como uma patologia que pode ser tratada por psicólogos. É importante considerar que este tema é recorrente nos espaços do Poder Legislativo, onde com a penúltima eleição presidencial, por exemplo, foi trazida à tona com muita força o discurso da “ideologia de gênero”. Esta expressão “Ideologia de gênero” está muito em voga atualmente nos discursos moralistas e religiosos, possui uma retórica antigênero, tratando-o como uma ideologia de “esquerda” e promovendo uma rebiologização e hierarquização da identidade de gênero e sexual, bem como, promovendo rótulos políticos e pânico moral (JUNQUEIRA, 2018).

Apesar da questão religiosa que está no cerne de toda nossa discussão, vale ressaltar ainda aqui sobre a década de 1980 o importante marco histórico no campo da instrumentalização jurídica que é a promulgação da Constituição Federal de 1988, inspirada da Declaração Universal de Direitos Humanos, que determina como objetivo fundamental em seu art. 3º, inciso IV “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, CF/88). Desta forma, a constituição cidadã, como é chamada, também é considerada um marco importante para o movimento LGBT.

Já o terceiro momento, conforme Facchini (2005) acontece na década de 1990, onde havia intensas articulações institucionais na luta por direitos de cidadania. Nesta época, eram muitos os movimentos sociais ligados à ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, que discutiam e pressionavam o governo em prol de políticas públicas para este segmento. Somente na cidade de São Paulo Facchini (2005) identificou mais de 15 (quinze) grupos e organizações diferentes, destacando a atuação do Grupo CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor. Estes movimentos sociais foram responsáveis pela realização da Primeira Parada do Orgulho LGBT, no Brasil, no ano de 1997, em São Paulo.

Em sua primeira edição, no dia 28 de junho de 1997, a ‘Parada do Orgulho Gay’ reuniu cerca de 2 mil pessoas, com o tema “Somos muitos, estamos em várias profissões”, sendo esta uma manifestação política e cultural pela diversidade sexual. É por isso que atualmente o mês de junho é considerado o mês da diversidade de gênero e sexual. Devido às lutas internas dentro do movimento LGBT por reconhecimento e

---

<sup>23</sup> Sobre a Cura Gay, retorno à patologização da sexualidade e a influência religiosa ver GAMA (2019); JUNQUEIRA (2018).

visibilidade, em 1999 a organizadora do evento alterou o nome para “Parada do Orgulho GLBT”, assim, incluindo as lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis (FACCHINI, 2005). Contudo, foi somente em 2008 que passou a se chamar “Parada do Orgulho LGBT”, a fim de dar visibilidade ao movimento lésbico, nome atual do evento, que acontece em várias cidades e é um dos maiores eventos do país na atualidade.

Finalmente, em consonância com o momento histórico e político vivenciado no País, os movimentos LGBTs ganharam mais visibilidade – principalmente pelo Poder Executivo. Assim, no campo da formulação de políticas públicas específicas ao público LGBT Brasil, alguns marcos são importantes destacar neste texto. Em 1996, criou-se o 1º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), sendo o primeiro documento oficial brasileiro a dar visibilidade aos homossexuais. Em 2001, criou-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), como esfera de participação e controle social, e no ano subsequente, foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDHII) divulgado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, trazendo ações que contemplavam “orientação sexual” como uma dimensão que deveria ser respeitada no âmbito dos direitos humanos. Tais ações visavam atender formalmente as demandas dos movimentos sociais, para ampliação das ações no campo da saúde e incorporação transversal nas demais políticas públicas, como, assistência social, segurança pública, educação, cultura, habitação, etc.(FACCHINI, 2009).

Com destaque, no ano de 2003, no então governo Lula (Partido dos Trabalhadores) instituiu-se a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), por meio da Lei nº 10.683/03, como órgão de assessoramento à Presidência da República, com o objetivo de formular políticas e diretrizes voltadas à promoção e proteção dos direitos de cidadania do idoso, da pessoa com deficiência, da criança, do adolescente e das minorias, entre outras atribuições. Finalmente, em 2004 é instituído pelo governo federal, com a participação da sociedade civil, o Programa “Brasil Sem Homofobia”- BSH. Esta iniciativa foi um reconhecimento da violação de direitos da população LGBT como um problema público, sendo fundamental para a ampliação e o fortalecimento do exercício da cidadania do segmento LGBT no Brasil. A partir de então, foram organizados, de forma mais efetiva, programas, projetos e ações voltadas a atender, garantir e assegurar os direitos da população LGBT. Assim, o BSH “constituiu-se de amplas recomendações aos distintos setores do governo, no intuito de assegurar políticas, programas e ações contra a discriminação e que, sobretudo, promovam

equidade de acesso a ações, qualificadas aos serviços públicos” (BRASIL, 2004, p. 11).

Deste modo, ressalta-se que este programa foi fundamental para que a condição LGBT passasse a ganhar alguma visibilidade. Para tanto, o programa é constituído por ações voltadas para apoiar projetos de fortalecimento das instituições públicas e não governamentais que atuem na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia; na capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; na disseminação de informações sobre direitos e de promoção de autoestima homossexual e, por fim, no incentivo à denúncia de violações de direitos humanos do segmento LGBT (BRASIL, 2004). Neste cenário, também surgem discussões sobre a criação dos CRLGBT em todo o país, e Belo Horizonte- MG foi um dos pioneiros na implementação de uma política específica.

A partir de então, surgem outras iniciativas que indicam o reconhecimento por parte do governo sobre a necessidade de estudo e elaboração de políticas voltadas às demandas da população em LGBT. Nesse sentido, em 2008 acontece a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (e em 2011 realiza a II Conferência Nacional); em 2009 é criado o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTs (PNDCDH-LGBT), e também o decreto que criou o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3)<sup>24</sup>. Em 2010 foi criada a Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBTs, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, e a implementação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil (MELLO, BRITO e MAROJA, 2012, p. 409)<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Vale ressaltar que é neste momento histórico que, diante da discussão da criação do PNDH 3 que a bancada religiosa presente no Congresso Nacional, sob forte influência dos então deputados Jair Messias Bolsonaro e Marcos Feliciano (então coordenador da Comissão de Direitos Humanos), movimento hoje chamado de ‘Bolsonarismo’, se organizam para barrar a aprovação deste programa e apesar de não conseguir impedir a sua aprovação, este movimento “anti-ideologia de gênero” se torna central na inviabilização da execução do plano e dele não se capitalizar pelo país afora. Insta salientar que as pautas religiosas e ultra-conservadoras são importantes de serem observadas para os estudos da visibilidade LGBT, pois está na centralidade dos debates de avanços e retrocessos das agendas de políticas públicas para este segmento na história (QUINALHA, 2022).

<sup>25</sup> Instituído pelo Decreto nº. 7.388/2010, é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante tem por finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos LGBT. Foi extinto em 2019 pelo ex-presidente Bolsonaro através do Decreto Nº 9.883/ 2019 E Reativado em 2023 pelo atual Presidente Lula, conforme Decreto nº 11.471/2023, passando a se chamar Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras- CNLGBTQIA+. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11471.htm#art18](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11471.htm#art18)>. Acesso em 25/04/23

Neste mesmo período, iniciou-se a estruturação de uma política nacional de saúde que contemplasse as especificidades de travestis, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais, onde foi lançado em 2010 o documento “Política Nacional de Saúde Integral de LGBT” (MELLO ET AL., 2011). Ainda, foi neste mesmo período que algumas ações na política de assistência social também começam a ser discutidas e algumas intersecções começam a ser realizadas junto ao SUAS, contudo, será aprofundada questões da agenda LGBT nesta política específica no capítulo III.

Insta salientar outras importantes conquistas do movimento LGBT no país, como o reconhecimento em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união estável entre pessoas do mesmo sexo, e a celebração do casamento homoafetivo pelos Cartórios. Ainda, foram aprovadas diversas Leis Municipais e Estaduais que versam sobre atos discriminatórios, e do direito do uso do Nome Social (travestis e transexuais) em registros municipais, dentre outros. No campo da Segurança Pública, houve tentativas de avanços a partir das Conferências Nacionais, como a instituição de um grupo de trabalho sobre a temática LGBT no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. Este grupo teve por finalidade criar um desenho de boletim de ocorrência que permita caracterizar crimes homofóbicos em todo o país, além de garantir a utilização do nome social no caso de travestis e transexuais. Ainda, outra pauta diz respeito à criação das delegacias especializadas no atendimento a população LGBT (MELLO, AVELAR E BRITO, 2014).

Conquistas mais recentes de reconhecimento da cidadania LGBT podem ser citadas aqui, como a retificação de prenome e gênero de pessoas transexuais e travestis, tendo como base o princípio de que o direito ao nome é um dos direitos fundamentais da pessoa humana. A retificação de prenome e marcador de gênero é o ato em que a pessoa não-cisgênera solicita alterar o seu primeiro nome e o gênero que constam nos seus documentos. Esse entendimento foi aceito pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em 01 de março de 2018, quando julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275, alterando a interpretação do Art. 58 da Lei de Registro Públicos, passando a permitir que a retificação do registro civil de pessoas não-cisgêneras fosse realizada por via administrativa nos Cartórios de Registro de Pessoas.

Assim, em junho de 2018 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou o Provimento nº 073/2018, que regulamenta o procedimento administrativo de retificação do registro civil. A partir de então, todos os Cartórios de Registro de Pessoas do Brasil

ficaram obrigados a realizar a retificação de nome e gênero nas certidões de nascimento, de acordo com o desejo de cada um. Assim, não se faz mais necessário processo judicial e laudos médicos, tornando o processo mais simples, contudo, o processo não é gratuito e os valores cobrados pelos cartórios sinalizam uma “cidadania elitizada”<sup>26</sup>, ou seja, com clivagens de classe social no acesso a cidadania das pessoas transexuais e travestis.

Outras conquistas recentes que merecem destaque foram em 2019, onde o STF determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero seja considerado crime, passando a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89). E no ano de 2020, o STF derrubou o impedimento de doação de sangue pelas pessoas LGBT, contribuindo assim para o processo de desconstrução do estigma com a transmissão do HIV que historicamente acomete este segmento. Ainda, nos últimos anos alguns estados começaram a emitir a Carteira de Nome Social para pessoas transexuais e travestis, além de já ser possível incluir o nome social em documentos civis como título eleitoral, CPF e Carteira de Identidade<sup>27</sup>. De acordo com site do TSE<sup>28</sup> o nome social incluído do eleitorado aumentou 373,83% entre 2018 e 2022.

A seguir, contextualiza-se a política LGBT em Belo Horizonte, considerando o CRLGBT como um dos principais resultados do ativismo político, mas também uma resposta do Estado à visibilidade que o movimento LGBT conquistava na época.

### **2.3 - A política LGBT em Belo Horizonte – MG: pioneirismo e intersetorialidade**

Diante do cenário de efervescência política apresentado e em sintonia com o programa federal “Brasil sem homofobia” de 2004, bem como pela pressão dos movimentos sociais, que em 2007 a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte insere em seu fluxo administrativo Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de

---

<sup>26</sup> Em Belo Horizonte, por exemplo, os valores podem variar entre R\$500,00 a R\$ 1.000,00 a depender da situação cartorial. A gratuidade deste processo é uma pauta do ativismo LGBT ainda em voga hoje.

<sup>27</sup> Conforme Decreto 10.977/2022 que estabelece os procedimentos para a expedição da nova Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal. No entanto, este avanço tem sido contestado pelo ativismo LGBT, a exemplo da ANTRA e com apoio do Ministério Público Federal-MPF, pois o novo documento criado pelo ex-presidente Bolsonaro, sem consulta ou diálogo com a comunidade LGBT, requisita o preenchimento de campos como “nome social” e “sexo” e inclui nome de registro acima do nome social, que podem gerar situações de constrangimento e humilhações para a população trans e travesti no país. Informação disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.977-de-23-de-fevereiro-de-2022-382332304>. Acesso em 25/04/23.

<sup>28</sup><https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleitorado-com-nome-social-aumentou-373-83-entre-2018-e-2022>. Acesso em 19/10/22.

Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CRGLBT)<sup>29</sup>. Nesta época, o referido centro não compunha o organograma da PBH com o status de equipamento público, mas sim como um projeto vinculado à Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos (CMDH), da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos e Cidadania (SMADC), o CRGLBT atuava com três frentes de trabalho, sendo elas: educação política em Direitos Humanos e Cidadania; promoção de ações afirmativas e atendimento integrado ao cidadão (ALMEIDA, BRETAS & MAZETTO, 2019).

Destacou-se neste período de sua criação, a atuação do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual- CELLOS e ASSTRAV – Associação de Travestis, Transgêneros e Transsexuais de Minas Gerais- ASSTRAV<sup>30</sup>, dentre outras organizações, para que ao longo dos anos o CRLGBT fosse sendo fortalecido e estruturado. Assim, foi através da militância e do contexto político municipal, por meio de diversas negociações políticas e da resistência do movimento LGBT, que o Centro de Referência aos poucos foi ampliando a oferta do atendimento e equipe técnica, melhorando a estrutura física e as articulações com as demais políticas.

Assim, apesar de existir desde 2004, foi somente após a criação do Programa BH Sem Homofobia (2015)<sup>31</sup> e de uma nova reforma administrativa municipal em 2017 que alterou leis e incluiu decretos, que o CRLGBT passou a ser um equipamento de atendimento público ao cidadão, superando sua condição pregressa de projeto<sup>32</sup>. Tal reforma renomeou órgãos, secretarias e equipamentos, incluiu a criação de uma Diretoria de Políticas para a População LGBT (DLGBT), que atua na articulação e transversalização do tema nas demais políticas, e vinculou o CRLGBT a esta diretoria como um equipamento público de atendimento à população LGBT no município.

---

<sup>29</sup> Destaca-se também as Leis Municipais 8.719/ 2003 que dispõe sobre a proteção e defesa dos direitos das minorias, e 8.176/2001 que estabelece penalidades para estabelecimentos que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual. Ainda, o Decreto Municipal 10.681/2001, que dispõe sobre a aplicação de sanções nos casos de discriminação por orientação sexual.

<sup>30</sup> O CELLOS é hoje um dos grupos LGBT mais importante do Brasil e principal organizador da Parada LGBT da Capital Mineira, para ver mais da história do movimento LGBT ver Machado (2007).

<sup>31</sup> Ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação em relação à orientação sexual e identidade de gênero em Belo Horizonte, com diversas ações transversais as políticas públicas e sociais (2015).

<sup>32</sup> Cumpre mencionar neste contexto a importante contribuição de duas Conferências Municipais de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e da Sociedade Civil organizada além da demanda social para o direcionamento das ações da DLGBT e do CRLGBT. Soma-se ao processo da reforma administrativa a recomposição das equipes, a mudança de endereço e o estabelecimento do equipamento em área central da capital mineira e com portas abertas ao público “para a rua”, o que ampliou e facilitou o acesso da população usuária. Ainda, salienta-se a relevância do decreto nº 16.533, de 30 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais e estabelece parâmetros para seu tratamento no âmbito da administração direta e indireta.

O CRLGBT tem como objetivo<sup>33</sup> “contribuir para a defesa e promoção dos direitos humanos e cidadania da população LGBT, por meio de ações que visem ao enfrentamento da violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, no município”. Atualmente, o CRLGBT está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), lotado na Subsecretaria de Direito e Cidadania (SUDC). Neste âmbito, os eixos de atuação contemplam o atendimento psicossocial, a intersetorialidade, a participação, a mobilização social e a formação. Este referido equipamento público é composto por equipe de assistentes sociais e psicólogas (os), que acolhem as demandas, tratam e/ou encaminham, e estão relacionadas a orientações gerais sobre acesso a direitos, como profissionalização, retorno escolar, documentação, trabalho e emprego, atendimento especializado em saúde (especialmente o tratamento hormonal) e assistência social; bem como, denúncias de situações de discriminação e violências.

Deste modo, compreende-se que este equipamento público serve como uma retaguarda de promoção e acesso a direitos, muitas vezes violados pelas outras políticas públicas, como por exemplo, a assistência social, campo de análise nesta pesquisa. Um exemplo disso são as unidades de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua ou de insegurança habitacional, que somente em 2018 receberam uma instrução normativa<sup>34</sup> em relação ao tratamento das pessoas transexuais e travestis conforme a sua identidade de gênero, garantindo-lhes espaço de acolhida e proteção conforme o gênero que a pessoa se identifica. Apesar da instrução normativa, o SUAS-BH continua sendo binário e separa seus usuários pelo gênero masculino x feminino, assim, não reconhecendo as expressões e identidades sexuais e de gênero fora deste binarismo.

Diante desse cenário, há muitos anos as unidades de acolhimento institucional do SUAS-BH são alvos de denúncias das(os) usuárias (os), bem como do ativismo social LGBT por situações de LGTBfobia institucional<sup>35</sup>, especialmente da população trans e travestis, por não se sentirem acolhidas em suas particularidades e por não respeitarem o gênero de identificação. Deste modo, recentemente, em dezembro de

---

<sup>33</sup> Informação disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/equipamentos/crlgbt>>. Acesso em 15/07/2022.

<sup>34</sup> RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS E CNCD/LGBT Nº 01/2018. Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no SUAS.

<sup>35</sup> Aquela praticada pelo Estado através da ação ou omissão de seus agentes públicos (Minayo, 2009).



2022 a PBH inaugurou a Casa de Acolhimento LGBT<sup>36</sup>, projeto construído pelos agentes públicos da DLGBT e CRLGBT e de execução indireta através do Instituto de Promoção Social e Humana Darcy Ribeiro, ofertando 20 vagas de moradia provisória de até três meses para vítimas de LGBTfobia latente e que estejam em situação de insegurança social e habitacional.

Diante disso, vale ressaltar que o CRLGBT ocupa um relevante papel de articulador com as demais políticas públicas que atendem (ou deveriam atender) a população LGBT no município de Belo Horizonte-MG e as (os) profissionais que passaram ao longo dos últimos 15 anos neste serviço tiveram importantes atuação e conquistas no campo da intersectorialidade, como por exemplo, com a assistência social, saúde, educação, cultura, segurança pública, habitação, profissionalização, trabalho e renda, especialmente na esfera municipal, mas também nas esferas estadual e federal. Destacando por exemplo, as ações realizadas junto à UFMG (NUH, Transpasse, Diverso, e outros projetos), bem como, na saúde por meio do Ambulatório Trans Anycky Lima (Hospital Eduardo de Menezes – Rede Fhemig).

Outras importantes articulações institucionais realizadas pelo CRLGBT em relação ao combate à LGBTfobia são com a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, além da Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes de Racismo, Xenofobia, Lgbtfobia e Intolerâncias Correlatas (DECRIN). Esta última criada no final de 2018 é demanda e conquista dos movimentos sociais, sendo propostas nas conferências anteriormente citadas e muito discutidas pela segurança pública a nível nacional (MELLO, AVELAR E BRITO, 2014).

Ressalta-se que este serviço produz os seus dados conforme realiza atendimentos, ou seja, somente quantifica informações de quem buscou pelo serviço, expondo isso em seus relatórios anuais. Ainda, estes dados disponibilizados no referido relatório são da população LGBT de modo geral, não está separada a categoria de mulheres trans e travestis, por exemplo. Neste aspecto, infere-se que existe uma lacuna nas informações produzidas por este equipamento público especializado, tanto por não divulgar as informações produzidas, como pela dificuldade em tratar melhor os dados.

Ademais, percebe-se que esta política pública também não consegue mensurar qual é a realidade da população LGBT em Belo Horizonte-MG, pois seu lastro de coleta

---

<sup>36</sup> Informação disponível em: [Casa de Acolhimento LGBT | Prefeitura de Belo Horizonte \(pbh.gov.br\)](https://www.pbh.gov.br/casa-de-acolhimento-lgbt): Acesso em 12/03/23.

de dados é limitado e não se intersecciona com outras políticas municipais, tampouco com os dados censitários, já que estes inexistem e também novamente não foram incluídos no Censo 2022. Sobre isso, Nogueira (2018) ressalta: "O grau de invisibilidade social das pessoas trans no Brasil é tão grande que não existem censos do IBGE ou estudos do IPEA que possam mapear esse segmento pelo país para poder fomentar políticas de Direitos Humanos [...] (p.55).

Diante desta exposição geral do processo de aquisição de visibilidade LGBT na agenda de políticas públicas no contexto nacional e local, o capítulo três a seguir irá apresentar a incursão deste processo histórico no SUAS-BH.

### **3-CAPÍTULO III - A INTERSECÇÃO DAS AGENDAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA POLÍTICA LGBT: A VISIBILIDADE E O LUGAR DE "PÚBLICO PRIORITÁRIO" EM PROCESSO**

Para compreender a visibilidade existente da população LGBT no SUAS-BH é interessante apresentar inicialmente como esta política pública se organiza, bem como, as clivagens que envolvem a população LGBT na história desta política e que se refletem até hoje. Desta forma, inicia-se este capítulo apresentando na primeira seção a política de assistência social de Belo Horizonte, bem como a organização administrativa atual e a expressiva relação com o terceiro setor. Posteriormente, na segunda e terceira seção, apresentam-se como as agendas do SUAS e da política LGBT se interseccionam ao longo da história a nível nacional e municipal, considerando algumas conquistas, mas também aspectos contraditórios para a análise.

#### **3.1 O SUAS- BH: aspectos gerais, estrutura organizacional e o Terceiro Setor**

Insta salientar que a política de assistência social em Belo Horizonte, assim como em todo o território nacional, é uma política garantida no texto constitucional (art. 203-V, 1988) e regida pela Lei Orgânica de Assistência Social-LOAS- Lei 8.742/1993 que “visa prover os mínimos sociais e as necessidades básicas da população que dela necessitar e é realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade” (BRASIL, 1993, art.1º). Por sua vez, desde 2011 esta política pública passou a ser intitulado como Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio da Lei nº 12.435/2011, que estabeleceu um sistema descentralizado e participativo, espelhado no Sistema Único de Saúde- SUS e subdividido em níveis complexidades.

Desta forma, é importante compreender que o SUAS possui níveis de complexidade dos serviços socioassistenciais ofertados, de acordo com a estrutura e necessidade de cada município, bem como público-prioritários nos respectivos serviços, a saber: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, assim os serviços, programas e projetos são divididos e ofertados de acordo com as situações de vulnerabilidade, risco social e violações de direitos. A “Proteção Social Básica” é o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de

famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações. O principal acesso é através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que estão localizados em áreas com altos índices de vulnerabilidades e risco social.

Já a “Proteção Social Especial” se subdivide em alta e média complexidade. Na Média se organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operacional, em virtude de situações de violação de direitos. Compõe este nível de complexidade os Centros de Referências Especializados de Assistência Social - CREAS e o Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro POP, por exemplo. Por sua vez, a Alta Complexidade se refere às Unidades de Acolhimento Institucional- UAI, em suas diversas modalidades ( abrigos, casas de passagem, Instituições de Longa Permanência-ILPI, Albergue, etc.) com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ ou comunitários de origem<sup>37</sup>.

Esta organização política e administrativa do SUAS tem por objetivo normatizar a condução da política de assistência social de uma forma única no Brasil, bem como, permite a captação de recursos nas três esferas de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social–PNAS (2004). Ainda, também é considerada uma importante estratégia de combate às práticas assistencialistas, clientelistas, moralistas e eleitoreiras que fazem parte da gênese do SUAS<sup>38</sup>.

Em Belo Horizonte a Política de Assistência Social é regida pelas normativas nacionais vigentes<sup>39</sup> e gerenciada pela Subsecretaria de Assistência Social- SUASS,

---

<sup>37</sup> Ainda, vale ressaltar outros programas federais relevantes executados no âmbito dos municípios, como: Bolsa-Família, Benefício de Prestação Continuada –BPC (operacionalizado pelo Instituto Nacional de Seguro Social- INSS), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, dentre outros benefícios eventuais (auxílio maternidade, auxílio funeral, transporte social) que atravessam as três complexidades.

<sup>38</sup> As práticas de assistência Social existem no Brasil desde o Período Colonial, constituídas e marcadas pelo viés da ajuda e da caridade e não pelo viés do direito, sendo executada prioritariamente por organizações filantrópicas, especialmente instituições de cunho religioso. É somente após a promulgação da Constituição federal de 1988 que a assistência social passa a ganhar status de direito a todo cidadão (art.203 –V), e este contexto histórico é marcado por uma nova relação entre Estado e sociedade civil. No entanto, essa “nova relação” não muda muito quando se observa o lugar que o Terceiro Setor passa a ocupar de forma institucionalizada nas políticas sociais. Sobre a literatura consultada em relação à gênese da Assistência Social no Brasil ver SPOZATI (2011); PEREIRA (2007) BEHRING (2008) e MONTAÑO (2001). Estes autores (as) defendem que este contexto histórico de avanços no campo de direitos é marcado por políticas econômicas neoliberais que paradoxalmente intensificam a privatização, sucateamento e precarização das políticas sociais.

<sup>39</sup> Além da LOAS, as principais legislações são: a Resolução do CNAS Nº 145/ 2004 (Política Nacional de Assistência Social – PNAS); a Resolução nº 109 do CNAS (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, 2009) e a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS (2012);

órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). A gestão do SUAS em Belo Horizonte é de competência do poder executivo municipal, contudo, o chamado SUAS-BH é composto tanto pela referida secretaria, como pelo terceiro setor (que executam indiretamente diversos serviços, programas e projetos)<sup>40</sup>. Ainda, também compõe o SUAS-BH os espaços de controle social de exercício democrático e participação da sociedade civil, como são as conferências e fóruns municipais, bem como o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS<sup>41</sup> que tem o papel de monitorar, fiscalizar e normatizar a política municipal e gerir o Fundo Municipal de Assistência Social.

Desta forma, a organização dos serviços de Proteção Social básica no município de Belo Horizonte - MG<sup>42</sup>, atualmente dispõe de 35 CRAS, distribuídos nas 09 (nove) regionais administrativas no município, a saber: Centro-Sul, Leste, Oeste, Norte, Nordeste, Noroeste, Barreiro, Venda Nova e Pampulha. Além de possuir equipes de referência no serviço de Proteção Social Básica nas nove regionais para atender a população que reside em regiões que não têm atendimento de CRAS. Em relação à Proteção Social Especial de Média Complexidade: Destaca-se que o município de Belo Horizonte dispõe atualmente de 9 (nove) CREAS, um em cada regional; também dispõe de 03 (três) Centro POP– Adulto (Centro-Pop Centro Sul, Noroeste e Leste); um Centro POP– Criança e Adolescente (Centro-Pop Miguilim), um Serviço de Atenção ao Migrante (BH-Resolve) e o Centro Integrado de Atendimento à Mulher – CIAM, que é um projeto híbrido junto à Secretaria de Saúde e Secretaria de Segurança e Prevenção destinado à mulheres que fazem uso abusivo de álcool e drogas em situação de rua.

Por sua vez, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade em Belo Horizonte dispõe, atualmente, de 10 (dez) UAI's para adultos, distribuídas em modalidades de Casa de Passagem, Acolhimento de Famílias, Repúblicas para Jovens,

---

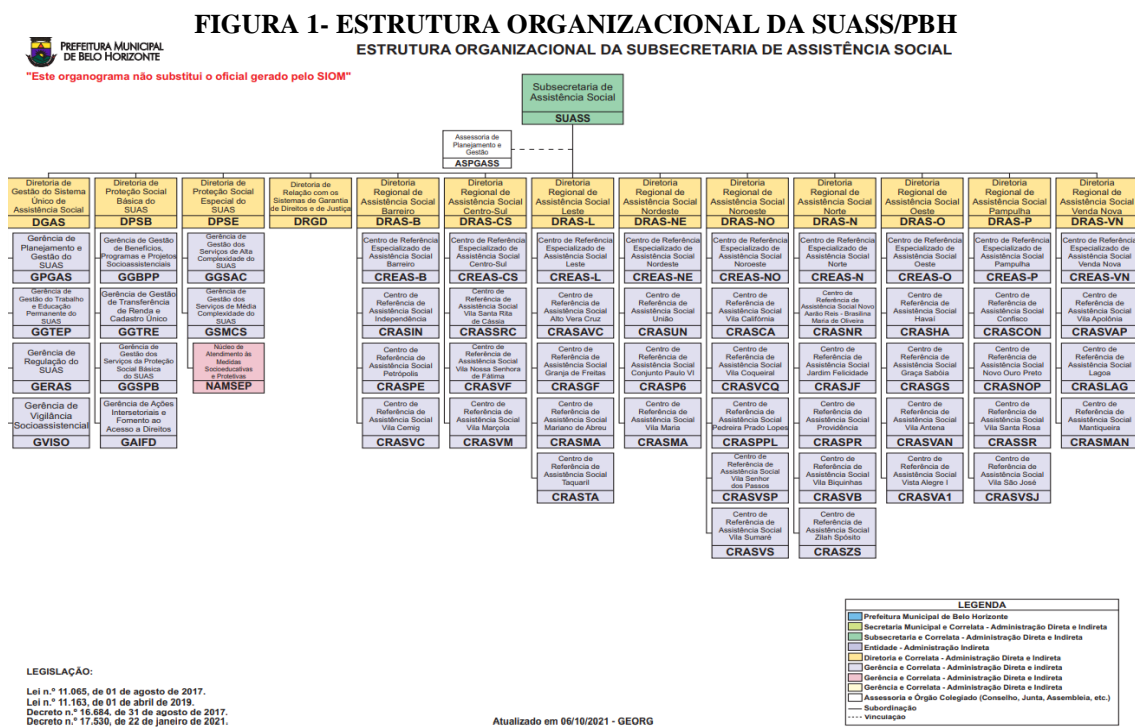
<sup>40</sup> Conforme conta no texto da PMAS (2022) “rede complementar indireta é definida como o conjunto de entidades e ou organizações da Sociedade Civil, integrantes do SUAS-BH e que são parceiras do órgão gestor da política de assistência social em Belo Horizonte, ou seja, que possuem termo de colaboração assinado com a SMASAC/SUASS, em conformidade com o estabelecido pelo MROSC - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, para a execução de ofertas socioassistenciais” (pg. 39).

<sup>41</sup> Lei Municipal nº. 7.099, de 27 de março de 1996, atualizada pela Lei nº. 10.836, de 29 de julho de 2015, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS/BH é instância de deliberação da Política Pública de Assistência Social, vinculado à estrutura administrativa da Subsecretaria de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, com caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac>. Acesso em 25/04/23.

Abriço para adultos e Unidade de pós-alta hospitalar. Ainda, dispõe de 47 UAI's para crianças e adolescentes, distribuídas de acordo com o gênero e idade.

Destaca-se aqui que a atual estrutura organizacional da Secretaria adjunta de Assistência Social - SUASS foi instituída a partir da reforma administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte ocorrida em 2017. Para ilustrar, apresenta-se a imagem 1, a seguir, o organograma da estrutura do SUAS-BH<sup>43</sup>:



Fonte: PBH, 2023.

Conforme consta no atual Plano Municipal de Assistência Social - PMAS (2022-2025), a SUASS apresenta em sua estrutura organizacional treze Diretorias, sendo: quatro no nível central – Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (DGAS), Diretoria de Proteção Social Básica do SUAS (DPSB), Diretoria de Proteção Social Especial do SUAS (DPSE) e Diretoria de Relação com os Sistemas de Garantia de Direitos e de Justiça (DRGD) – e nove Diretorias Regionais da Assistência Social – DRAS localizadas nas nove regionais administrativas do município.

Insta salientar que neste organograma citado não constam as instituições do Terceiro Setor que são prestadoras de serviços, pelo seu caráter transitório via termos de colaboração e parcerias baseados em editais. De acordo com o sítio institucional da

<sup>43</sup> Disponível em: <[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/assistencia%20social/org\\_smasac\\_061021.>](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/assistencia%20social/org_smasac_061021.>). Acesso em 08/03/23

PBH<sup>44</sup> atualmente são 242 instituições registradas no CMAS-BH, mas nem todas tem aporte de recursos ou termo de parceria no momento. Por fim, nesta seção é relevante destacar também que consta no PMAS (2022) uma apresentação sobre o perfil dos recursos humanos da política de assistência social no município, a saber:

“O SUAS-BH conta com 4243 trabalhadoras (es) ocupando as mais distintas funções. Dessas (es), **2971 (70%) atuam na rede complementar indireta** e 1272(30%) atuam nas provisões executadas diretamente pelo executivo municipal. Afirma-se que a grande maioria dos profissionais do SUAS-BH é feminino, correspondendo a 75%. Em relação à escolaridade 52% (2182) são trabalhadoras (es) de nível médio, 36% (1297) de nível superior e 17% (699) de nível fundamental. Outra informação que merece destaque, é o expressivo quantitativo de trabalhadoras (es) nas Unidades de Acolhimento Institucional, que totalizam 2356, concentrando 55% das (os) trabalhadoras (es) do SUAS-BH (p. 39, grifos meus).

De acordo com o documento acima, constata-se que 70% das (os) agentes públicos do SUAS-BH são terceirizados, por meio de instituições que participaram desta pesquisa, como: ADRA, IPSHDR, Sociedade São Vicente de Paulo, Cáritas Brasileira, Casa de Caridade Herdeiros de Jesus, por exemplo. Assim, a expressividade deste percentual demonstra que a PBH vem se eximindo da sua responsabilidade como executora direta da política pública de assistência social e delegando a maior parte da execução da política pública para o terceiro setor. Ao possibilitar essa situação, a gestão do SUAS-BH abre brechas para a reprodução das históricas práticas paternalistas, clientelistas, moralistas e assistencialistas que existem desde a gênese da assistência social no Brasil associadas às instituições filantrópicas que buscam, de boa fé, fazer o “melhor possível” (MONTANÕ, 2001).

No capítulo V deste trabalho, será apresentada análise empírica das dificuldades trazidas pelos (as) entrevistados (as) na relação entre o Estado e o Terceiro Setor que sinalizam os impactos deste contexto para a visibilidade do público LGBT no SUAS-BH. Na seção a seguir, apresenta-se análise de como o público LGBT aparece hoje nos documentos e normativas do SUAS a nível federal e municipal, considerando alguns avanços e desafios, especialmente no que tange a visibilidade estatística.

---

<sup>44</sup> “Toda entidade ou organização que execute algum serviço, programa, projeto e/ou benefícios socioassistenciais, sendo esta sua atividade preponderante ou não, deverá providenciar sua respectiva inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. Segundo o Art. 5, caput, da Resolução CNAS nº 14/2014. “A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: < [Entidades de Assistência Social | Prefeitura de Belo Horizonte \(pbh.gov.br\)](http://Entidades de Assistência Social | Prefeitura de Belo Horizonte (pbh.gov.br))> acesso em 02/05/2023

### 3.2- O LGBT no SUAS nacional: revolução de direitos, escassez de números

A ausência de referências normativas e de dados em relação ao público LGBT na política de Assistência Social é histórica e explícita, porém hoje já imprime alguns avanços. Inicialmente, insta salientar que a Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004) não faz nenhuma referência à população LGBT. Se por um lado a PNAS reconhece que as vulnerabilidades dos (as) usuários (as) são agravadas quando há “identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual” por outro, não faz nenhuma menção à identidade de gênero e orientação sexual, associando assim o entendimento de gênero somente às mulheres cisgêneras (BRASIL, 2004b, p. 33).

Ainda, a PNAS (2004) não incluiu no conceito de “família” as configurações familiares LGBTs, como casais homoafetivos, casais cis-trans/travesti, com ou sem filhos, etc. Segundo Mello et al. (2013), é somente a partir da I Conferência Nacional LGBT (2008) que se inicia discussões sobre LGBTs na Política de Assistência Social, :

[...] Tais propostas tratam basicamente da necessidade de capacitação de profissionais da assistência social para o atendimento à população LGBT (em abrigos e demais serviços socioassistenciais); da inserção das categorias identidade de gênero e orientação sexual no SUAS e na PNAS; e da articulação entre a política de assistência social e as demais políticas públicas. (MELLO et al, 2013, p. 178).

Entretanto, ressaltam os referidos autores que embora a conferência tenha sido um marco de proposições de mudanças na assistência social, não houve grandes avanços na agenda daquela época. Por outro lado, a criação do Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNCDH-LGBT) em 2009 foi considerado um avanço em relação à Política de Assistência Social, pois, conforme destaca Mello et al. (2013, pg 182-183) ele propõe:

[...] a ampliação dos conceitos de família, de modo a contemplar os arranjos familiares LGBT’ e também uma perspectiva de intersecção que possa ‘assegurar a inclusão do recorte de orientação sexual e identidade de gênero, observando a questão étnico-racial, nos programas sociais do Governo Federal’.[...] Outras ações concentram-se no combate à homofobia em órgãos municipais, estaduais e federais de assistência social, e ainda, em questões relacionadas à população carcerária LGBT. Vale ressaltar a proposta 2.6.6 sobre “Garantir, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e do Conselho Nacional de Assistência Social, a inserção do recorte de orientação sexual e identidade de gênero na Política Nacional de Assistência Social a partir das ações de monitoramento e avaliação”.

Insta salientar uma importante normativa que ressaltou ações voltadas a violações de direitos em decorrência de discriminação por orientação sexual no SUAS,



foi a Resolução nº 109 de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que aprovou a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”. Tal resolução destaca como público-alvo da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade “famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos”, dentre eles, os que advêm de situações de homofobia, no entanto, sem incluir o amplo lastro de discriminações impostas a toda população LGBT, excluindo assim, as pessoas transexuais e travestis.

Por sua vez, o “Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” publicado em (2010) pela SDH, apresentou a situação da execução de cada uma das ações previstas no Plano Nacional LGBT, sob responsabilidade dos diversos ministérios. Entretanto, na política de assistência social o referido relatório faz alusão apenas a seis das 14 ações previstas no Plano Nacional LGBT, porém as ações voltadas à população Trans e Travesti não foram implementadas, pois o texto do relatório, assim como a resolução supracitada, contemplaram somente ações voltadas à orientação sexual (MELLO ET. AL. 2013).

De acordo com Ferreira e Quadrado (2019) no artigo intitulado “Os (des) caminhos da política pública de assistência social à população LGBT”, acredita-se que a não alteração do texto da PNAS (até hoje) é uma das justificativas para que muitas ações não tenham sido implementadas, sob a alegação de que a população LGBT está contemplada nos grupos de vulnerabilidade e risco social, mesmo que não explicitamente. Contudo, historicamente existe um público “tradicional”<sup>45</sup> na política de assistência social considerado “de risco e vulnerabilidade social”, sendo as mulheres, idosos, crianças e adolescentes e pessoas com deficiência, e, portanto, particularidades advindas da orientação sexual e identidade de gênero ficaram pormenorizadas.

Desta forma, mesmo que os/as LGBTs não sejam mencionados no documento da PNAS, os/as mesmos/as são públicos da política, uma vez que se encontram em vulnerabilidade social devido a violações de direitos ocasionadas pelo preconceito e pela estigmatização na sociabilidade

---

<sup>45</sup> Sobre a discussão de minorias e grupos vulneráveis na história ver literatura consultada (CHAVES, 1977; COSTA, 2009; JUBILUT, 2013; LOPES, 2008; RAMACCIOTTI & CALGARO). Ambos os autores compreendem que a população LGBT se insere tardiamente na classificação de minorias e grupos vulneráveis, como grupos que possuem posição inferior na sociedade, estão submetidos a relações de poder desiguais, acesso limitado a recursos e oportunidades. Assim, vale ressaltar que ao longo destes 30 anos de implementação da política pública de assistência social, diversos públicos minoritários e grupos vulneráveis disputaram na arena política por visibilidade e reconhecimento, dentre eles está o grupo LGBT que foi incluído nas normativas muito recentemente e com diversos aspectos contraditórios.

heteronormativa. Em outras palavras, apesar dos/as mesmos/as serem público de modo geral, a luta é para que estes/as sejam compreendidos/as em suas particularidades. É fundamental reconhecer que os/as LGBTs sofrem violações de direitos não apenas por fatores socioeconômicos, mas também por fatores culturais, morais, políticos, em diferentes espaços de socialização, as narrativas são de ódio, aversão aos/as mesmos/as (FERREIRA E QUADRADO, 2019, pág, 277- 278)

Nesse aspecto, compreende-se que tratar o público LGBT de forma genérica com uma política socioassistencial universalista é não reconhecer os limites impostos pela LGBTfobia institucional que permeia as políticas públicas no Brasil e que se materializa dentro dos próprios órgãos governamentais. Assim, vale ressaltar que o ativismo LGBT não tem aceitado ser tratado de forma genérica e vem buscando o reconhecimento da sua existência nas políticas sociais de forma explícita, clamando por visibilidade e respeitando as particularidades.

Diante disso, em 2011 foi realizada a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, com objetivo principal de discutir o andamento das políticas públicas e os marcos legislativos. No texto aprovado, inclui-se pela primeira vez como diretriz para a Política de Assistência Social a introdução de novos arranjos familiares nos sistemas de informação<sup>46</sup>, a exemplo do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, com a criação dos campos: orientação sexual, identidade de gênero e o nome social. Entretanto, conforme já citado anteriormente neste texto, até hoje estas ações não foram incorporadas no CadÚnico, exceto o campo “nome social”, que em 2015, após deliberação da 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, como uma decisão da sociedade civil. Desde então, este cadastro permite inserir somente o nome social de pessoas transexuais e travestis, no mesmo campo de “Apelido”, o que não permite delimitar se de fato este campo se trata de pessoas transexuais ou travestis.

Por sua vez, em 2016 aconteceu a III (e última) Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT e novamente foi pauta de discussão a

---

<sup>46</sup> Conforme ressaltado por Mello et al. (2013) já era sinalizado desde 2009 no Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3) como uma atribuição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com a SDH, reconhecer nos sistemas de informação da estrutura federal as configurações familiares constituídas por pessoas LGBT. Ainda, o PNDH 3 também atribui à SDH, em parceria com o IPEA, IBGE e os Ministérios da Justiça, da Saúde e do Trabalho e Emprego, a atribuição de traçar o perfil da população LGBT. “Até o momento (março de 2013), não foi lançado o II Plano Nacional LGBT e pouco se fala da efetiva implementação das ações previstas no BSH, no I Plano Nacional LGBT e no PNDH 3”(pg. 145).

LGBTfobia institucionalizada nas políticas públicas, dentre elas a assistência social, assim, constatou-se novamente a repetição das diretrizes já aprovadas nas conferências anteriores, sem grandes avanços. No entanto, ainda em 2016, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS publicou a Resolução CNAS Nº 7/2016, que aprova o II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) “ “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”<sup>47</sup>, destaca a necessidade de o SUAS contemplar as diversidades, as identidades e as especificidades de públicos e de territórios como o horizonte de atuação da Política Nacional de Assistência Social.

Assim, neste plano citado foi estabelecido como um dos objetivos estratégicos, fortalecer a intersectorialidade, como estratégia de gestão, em especial, com os Direitos Humanos, visando a garantia de direitos e proteção social à população LGBT (CNAS, 2016, pg.31). Logo, em 2017, a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, focou na participação e controle do SUAS e convergiu nas suas diretrizes também a atenção às diversidades e especificidades do público LGBT, imigrantes, população em situação de rua, juventude e pessoas com deficiência (BRASIL, 2017)

Por sua vez, em 2018 foi lançada a Campanha e o documento “SUAS sem transfobia”, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social, em parceria com a RedeTrans, e apoio do Ministério dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Assistência Social, com objetivo de mobilizar gestoras(es), equipes de referência, sociedade civil, sobre o amplo espectro da transfobia nos mais variados espaços sociais. Ainda, esta campanha visa também a ampliação do olhar dos profissionais sobre o trabalho a ser desenvolvido com as famílias usuárias do SUAS (BRASIL, 2018).

Por fim, somente em 2018, em consonância com as diretrizes das diversas Conferências Nacionais e Municipais LGBT e Conferências Nacionais e Municipais de Assistência Social que interseccionam historicamente demandas da população LGBT à Política de Assistência Social, publicou-se o primeiro documento específico que versa sobre a população LGBT no SUAS. A Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT Nº 01/2018 “Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS”, considerando no art. 5º que em todo o âmbito nacional a atuação do SUAS deverá seguir as diretrizes:

---

<sup>47</sup> Mais informações disponíveis em: <  
[https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/937/1/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNAS%20N%20%207\\_2016.pdf](https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/937/1/RESOLU%C3%87%C3%83O%20CNAS%20N%20%207_2016.pdf) >. Acesso em 02/05/23

I - Reconhecimento das famílias compostas por membros e/ou responsáveis LGBT, sejam os laços formalizados ou não, no eixo da Matricialidade Sociofamiliar;

II - Prevenção e combate ao preconceito relacionado à identidade de gênero e à orientação sexual por meio da realização de atividades, campanhas e outras iniciativas de comunicação;

III - Promoção de uma cultura de respeito e de não violência por meio de debates, oficinas e seminários que discutam as demandas da população LGBT;

IV - Qualificação do atendimento e do acompanhamento individual e familiar por meio do fortalecimento da capacitação dos profissionais que atuam no SUAS, na lógica da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS-PNEP/SUAS, para tratar da temática LGBT;

V - **Realização de pesquisas e diagnósticos sobre o público LGBT;**

VI - Adoção de formas de tratamento adequadas às identidades de gênero de mulheres transexuais/travestis e homens trans;

VII - **Observância das particularidades das identidades LGBT na elaboração de metodologias de atendimento e acompanhamento, instrumentos de registros e cadastros** (2018, grifos meus).

Tal normativa se apresenta como uma das mais importantes para a população LGBT usuária do SUAS, sendo considerada uma conquista da agenda LGBT no campo das políticas sociais em todo território nacional. Diante disso, com destaque ao objeto desta pesquisa, cabe ainda considerar que, somando ao que foi grifado no trecho do art 5º acima, esta normativa também estabelece como dever a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no artigo no Art. 6º e 7º, a seguir:

Art 6º Deverão constar os campos de identificação para Nome Social, Orientação Sexual e Identidade de Gênero nos instrumentos de registro de atendimento, como Prontuários, Cadastros e Planos de Atendimento;

Contraditoriamente, os principais bancos de dados da Rede SUAS utilizados a nível nacional ainda não possuem os campos de orientação sexual e identidade de gênero para preenchimento. Por um lado, observa-se que esta normativa supracitada é um marco de reconhecimento da importância de um olhar específico para a população LGBT no SUAS, percebendo que as orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes se tornam um marcador a mais de vulnerabilidade social para (as) os usuários do SUAS. Por outro lado, evidencia-se que este processo de saída do “estado de armário” para se tornar um “problema público” tem caminhado a passos lentos para a população LGBT no SUAS, sendo um campo em constante disputa na arena<sup>48</sup>.

A seguir, será contextualizada a conjuntura de Belo Horizonte em relação às principais normativas e marcos de visibilidade LGBT no SUAS, bem como os dados oficiais existentes no SIGPS, problematizando a função da vigilância socioassistencial.

<sup>48</sup> Gusfield (1981); Capella (2006); Silva & Melo (2000); e Souza (2003).

### 3.3 - O LGBT no SUAS-BH: do pioneirismo às lacunas estatísticas

Conforme referenciado nos capítulos anteriores, a capital Mineira é pioneira no ativismo LGBT e em políticas específicas, assim, observa-se que já existiam ações de aproximação entre a política LGBT e o SUAS-BH, desde a criação do CRLGBT/BH, em 2007, podendo ser notado nos relatórios de atividades do programa de “Formação em Direitos Humanos e Cidadania LGBT” do CRLGBT (2015)<sup>49</sup> e do Programa “BH Sem Homofobia” (2015), bem como o fato de que o SIGPS já foi criado constando os campos de orientação sexual e identidade de gênero. Contudo, estas ações de intersecção destas duas políticas nunca se apresentaram em um documento específico para a realidade de Belo Horizonte, sendo a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT Nº 01/2018 o único documento a ocupar este lugar hoje.

Por outro lado, algumas outras normativas municipais que regulam o SUAS-BH foram encontradas e cabem ser mencionadas como avanços significativos para a população LGBT. Assim, destaca-se a Resolução CMAS/BH Nº 30/2017, que versa sobre os “*Parâmetros de oferta serviços socioassistenciais voltados para população em Situação de Rua*” e orienta expressamente que todos (as) agentes públicos dos serviços que atendem este segmento nos serviços de média e alta complexidade devem se atentar para a diversidade de identidade de gênero e orientação sexual. Com destaque para a questão dos registros de informações, esta resolução também estabelece que em todos os documentos, cadastros, prontuários, físicos ou digitais, SIGPS ou similares do SUAS-BH, “O registro de informações deve garantir o preenchimento dos campos relacionados à identidade de gênero, orientação sexual e nome social (2017, pg. 8).

Vale mencionar outros documentos oficiais da PBH encontrados que orientam os (as) agentes públicos atuantes nos serviços socioassistenciais a pautar suas intervenções no respeito às normativas existentes, considerando as especificidades de cada grupo minoritário, dentre eles a população LGBT. Assim, destaca-se o “Caderno de orientações para elaboração de relatórios técnicos socioassistenciais: aspectos éticos, técnicos e metodológicos” (2020)<sup>50</sup>, que destaca a atenção ao uso do nome social nos

---

<sup>49</sup> Documento não publicado.

<sup>50</sup> Publicação coletiva entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC), Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS/BH, Conselho Regional de Psicologia (CRP/MG) e Conselho Regional de Serviço Social (Cress - MG)- Caderno de orientações para elaboração de relatórios técnicos socioassistenciais [livro eletrônico]: aspectos éticos, técnicos e

documentos, a coleta de dados e análises técnicas de vulnerabilidade sempre considerando o amplo espectro da LGBTfobia nos documentos que serão elaborados e enviados para a rede de serviços e/ou proteção e garantia de direitos.

Ainda, outro documento importante de ser citado neste texto intitula-se “Orientações Técnicas para o aprimoramento dos processos de trabalho e de gestão dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Belo Horizonte/MG” (2020)<sup>51</sup>, pois reconhece a população LGBT e suas famílias como público-prioritário nas ações e atividades especializadas de proteção social providas nos CREAS destacando:

[...] A necessidade do aprimoramento das atenções socioassistenciais do CREAS ganha evidência a partir das escutas e dos diálogos com os movimentos sociais, tais como os movimentos que defendem os direitos de mulheres, igualdade racial, LGBTQI+, população em situação ou com trajetória de rua, dentre outros, que de forma assertiva requerem proteção social pública acessível às suas necessidades sociais. Em especial, traduzidos nas deliberações das conferências da Assistência Social, que indicam o CREAS e a sua importante função de centralidade na oferta da proteção social especial no município (PBH, 2020, pg.6)

Com base no exposto, pode-se dizer que tanto o SUAS nacional quanto o municipal possuem normativas que estabelecem como dever dos serviços, por meio dos seus agentes públicos, a atenção às especificidades do grupo LGBT, bem como, a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero. Apesar dos avanços inegáveis, observa-se que os registros encontrados no SIGPS ainda não refletiram esta evolução de visibilidade LGBT no SUAS-BH, destoando a visibilidade normativa com as estatísticas (in)existentes, conforme já sinalizado na introdução desta pesquisa. Com base nisso, a seguir será apresentado este descompasso entre as normativas e os dados existentes.

Inicialmente, insta recordar que o SIGPS<sup>52</sup> é um sistema de informação para a gestão das políticas sociais da PBH que foi desenvolvido em 2006 pela antiga Secretaria Municipal de Políticas Sociais, atual SMASAC. O SIGPS é o principal sistema de informação utilizado pelo SUAS-BH, considerado o sistema oficial. Este sistema visa agilizar, sistematizar e informatizar o registro de atendimento ao cidadão/família, baseando-se no conceito de “Prontuário Eletrônico do Cidadão”, assim, todas as

---

metodológicos / coordenação Liliane Neves , Simone Albuquerque. -- 1. ed. -- Belo Horizonte, MG : Liliane Neves : Conselho Regional de Serviço Social, 2020.

<sup>51</sup> Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/publicacoes>>. Acesso em 03/05/23

<sup>52</sup> Sítio do Sistema: <http://sigps.pbh.gov.br/>

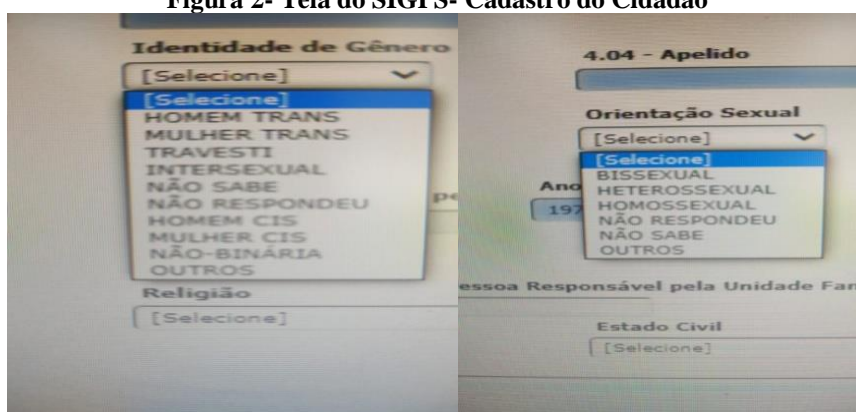
informações dos usuários são registradas em um mesmo local e a partir deste sistema se extraem relatórios diversificados para atender as mais diversas demandas.

Conforme consta no Manual de Usuário do SIGPS (2016) o cadastro é baseado no Censo BH Social, que é um cadastro da população coberta pela Estratégia Assistencial de Saúde da Família, o que representa 70% dos domicílios da cidade, utilizado nas unidades básicas de saúde. Essa base de dados foi replicada para uso pelo SIGPS, e permite a inserção de novos cadastros na base de dados, a realização de consultas e a alteração de informações dos cidadãos já inseridos. O SIGPS é utilizado pelos agentes públicos da PBH nos computadores institucionais, tanto para realizar ou atualizar o cadastro do cidadão e familiares, como para registrar demandas dos atendimentos realizados, benefícios concedidos, encaminhamentos realizados, etc. Além do cadastro, no SIGPS fica registrado todo o histórico das pessoas no SUAS-BH.

Ainda, além dos agentes públicos que atuam diretamente com os usuários e que geralmente são quem preenchem os cadastros e informações do SIGPS, os gestores dos equipamentos também acessam o sistema, monitoram os dados e extraem relatórios para análise interna e análise externa, esta segunda geralmente realizada pela Gerência de Vigilância Socioassistencial – GVISO<sup>53</sup>.

A seguir, pode-se observar na figura 2 que o SIGPS já disponibiliza os campos de orientação sexual e identidade de gênero para o preenchimento das (os) agentes públicos do SUAS-BH.

**Figura 2- Tela do SIGPS- Cadastro do Cidadão**



Fonte: SIGPS/PBH (2022)

<sup>53</sup> A GVISO é a gerência responsável pela gestão das macro atividades da Vigilância Socioassistencial no SUAS-BH, dentre elas, o monitoramento dos registros de dados e informações, a gestão do SIGPS, tratamento e sistematização de dados, modernização, etc. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/assistencia-social/gestao-do-suass/vigilancia-socioassistencial>>. Acesso em 10/02/2023.

Com base nisso, considera-se que o SIGPS é um sistema que reconhece a existência da população LGBT desde a sua implantação em 2008, mesmo que inicialmente de forma equivocada. Conforme dados fornecidos pela GVISO<sup>54</sup>, em 2019 os campos foram alterados, após anos de articulações políticas, com vistas a ter um alinhamento conceitual, pois estavam em desacordo com os Princípios de Yogyakarta (2007) “Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero”, da qual a PBH é signatária. Evidencia-se que o SIGPS imprime uma conquista para a agenda LGBT no SUAS-BH, sendo avançado em relação aos bancos de dados do governo federal neste aspecto, por outro lado esta evolução ainda não se refletiu em números.

Do universo de 2.348.020 pessoas cadastradas no SIGPS, apenas 2028 pessoas tiveram algum tipo de preenchimento dos campos relacionados à identidade de gênero e orientação sexual em seus cadastros, sendo menos de um (1) % do total de cadastros. Considerando somente o universo de 2028 pessoas cadastradas no SIGPS foi identificado que os percentuais de “não resposta” nestes campos são bastante expressivos, sendo 70 % para identidade de gênero e 32% para orientação sexual.

Ainda, foi possível identificar quais são os serviços do SUAS-BH que registram informações sobre orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS. Insta salientar que este sistema é operacionalizado em 15 serviços diferentes do SUAS-BH, distribuídos em 113 locais de execução em Belo Horizonte - MG, sendo mais de 500 agentes públicos que operam este sistema. Contudo, somente nove (9) serviços registraram demandas de informações de atendimento na assistência social em relação aos cadastros que têm algum registro sobre orientação sexual e identidade de gênero, sendo identificado que os CRAS são os que possuem a maioria dos registros (46%).

É importante considerar que os CRAS são os serviços da assistência social com maior cobertura municipal localizados em territórios de vulnerabilidade social (vilas e favelas), sendo a principal porta de entrada para a política de assistência social. Deste modo, considera-se razoável que a maioria dos dados sejam produzidos por estes equipamentos públicos municipais, no entanto, observou-se que em relação aos dados que identificam o segmento LGBT, somente 14% dos registros se localizam nos CRAS. Em segundo lugar estão os serviços que atendem população em situação de rua e

---

<sup>54</sup> Informações fornecidas por e-mail em 22/09/2022 em etapa exploratória da pesquisa.



migrantes no município de Belo Horizonte, contabilizando aproximadamente 33% dos registros (Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS com 17%; Equipes Regionais de Atendimento a População de Rua - CREAS com 4%; Migrante- BH Resolve com 11% e Centro Pop-Miguilim com 1%). Por sua vez, quando observamos o quantitativo total de registros de orientação sexual e identidade de gênero nestes serviços de atenção à população de rua e migrantes, 47 % são de pessoas LGBT.

Deste modo, é possível afirmar com base nos dados do SIGPS que a população LGBT no SUAS-BH, se encontra em maioria nos serviços de atendimento à população em situação de rua (da média complexidade), sendo assim, mais visível nestes serviços assistenciais. Assim, conforme pesquisas realizadas por Almeida, Bretas & Mazetto (2019) e Mendes, Jorge & Pilecco (2019) são nos serviços de proteção social especial (média e alta complexidade) em que estão majoritariamente concentradas a população LGBT no SUAS-BH, especialmente as mulheres transexuais e travestis, devido às raízes misóginas e sexistas de nossa cultura. Ambas as pesquisas destacaram este público como o mais vulnerável, evidenciaram relatos de violações de direitos nos espaços institucionais, bem como as lacunas da ausência de dados oficiais.

Percebe-se que não é mero acaso a Resolução CMAS/BH N° 30/2017, focada em pessoas em situação de rua, ter sido o primeiro documento municipal a inserir parâmetros para o atendimento da população LGBT no SUAS-BH. Contraditoriamente, observou-se que os serviços de “Alta Complexidade” no SUAS-BH, que também compõe a rede de atenção às pessoas em situação de rua, não apresentaram registros sobre a identidade de gênero e orientação sexual das pessoas atendidas, sendo a população LGBT totalmente invisível estatisticamente. Esta situação se justifica, em partes, devido ao fato que não são todos os serviços do SUAS-BH que utilizam o SIGPS, assim, existem outros diversos bancos de dados extra-oficiais sendo utilizados pelos serviços de execução indireta, que não são gerenciados pela PBH<sup>55</sup>.

Face ao exposto, evidencia-se que há um descompasso entre o que é estabelecido nas prerrogativas legais vigentes em relação a coleta e sistematização de dados da população LGBT e os dados (in)existentes hoje. Assim, observa-se este contexto como um desafio para o exercício de uma função essencial do SUAS, a vigilância socioassistencial. Vale ressaltar que esta função tem como objetivo a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas

---

<sup>55</sup> A profundidade desta questão será explorada no capítulo V, pois fez parte da pesquisa de campo.

visando analisar a capacidade protetiva das famílias, como uma “estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades, riscos e violações de direitos nos territórios, que oriente e avalie a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários”. (NOB 2012, pg. 1).

Com base nisso, a Vigilância Socioassistencial está ancorada nos artigos 1º e 6º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, baseando-se em três conceitos-chave, a saber: *risco, vulnerabilidade e território*, relacionados entre si que propiciam tanto um modelo para análise das relações entre as necessidades de proteção social no âmbito da assistência social, quanto às respostas desta política em termos de oferta de serviços e benefícios à população (BRASIL, 2016). Destaca-se que esta função do SUAS está posta como responsabilidade para todos os serviços, níveis de complexidades, gerências e agentes públicos e deve ser exercida cotidianamente. No entanto, a Vigilância Socioassistencial constitui-se também como uma área de gestão da informação, dedicada a apoiar as atividades de planejamento, de supervisão e de execução dos serviços socioassistenciais por meio do provimento de dados, indicadores e análises, e deve estar estruturada e ativa em nível municipal, estadual e federal.

Portanto, vale destacar que a vigilância socioassistencial deve estar presente em todo o SUAS, contudo, também deve existir a gestão enquanto setor, assim, a GVISO no SUAS-BH tem o papel de contribuir para atingir os objetivos da vigilância, subsidiando e estruturando e coordenando macroatividades vinculadas à gestão das informações, elaboração de diagnósticos, monitoramento e avaliação, dentre outros, conforme consta no Documento “Boletim 002- Vigilância Assistencial” (PBH, 2021). Neste boletim, ressalta-se a importância dos sistemas de informações para a Vigilância Socioassistencial, destacado (pg. 23):

Estratégia de gestão da informação adotada no SUAS-BH apoia-se na diretriz institucional de construção de um novo modelo que valorize os sistemas informacionais disponíveis, a alimentação e retroalimentação dos dados e a consolidação da lógica de sistema na função de vigilância socioassistencial.

Em relação ao público LGBT, insta salientar que a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT Nº 01/2018 destaca no Art.7º que “A Vigilância Socioassistencial deverá coletar dados de atendimento e acompanhamento da população LGBT nos territórios garantindo a elaboração de pesquisas e diagnósticos socioassistenciais”. No entanto, a gestão do SUAS-BH reconhece este desafio para o exercício desta função e a

necessidade em qualificar o preenchimento dos dados no SIGPS, especialmente nos campos que retratam os públicos-prioritários. Este reconhecimento pode ser observado no documento intitulado “Orientação técnica para o registro dos dados referentes a raça-cor e etnias no cadastro de cidadãs e cidadãos no Sistema de Informação e Gestão de Políticas Sociais- SIGPS” (PBH, 2020) que “[...] visa dar visibilidade ao público prioritário e possibilitar ações de enfrentamento à discriminação étnico-racial” (pg. 8).

Face ao exposto, percebe-se que o SUAS-BH reconhece que a visibilidade aos públicos prioritários perpassa pela coleta de dados sociodemográficos dos usuários nos cadastros e banco de dados. Assim, neste documento supracitado destaca-se a necessidade de se aproximar das políticas setoriais, dentre elas a política LGBT do município de Belo Horizonte, para realizar um alinhamento conceitual e normativo, assim, adotar os procedimentos adequados de registro e coleta de dados. Apesar de ainda não ter sido publicado tal documento, percebe-se que a gestão do SUAS-BH reconhece que há lacunas no preenchimento do banco de dados, bem como a necessidade de ações de qualificação e apoio técnico continuados aos agentes públicos sobre o fenômeno da invisibilidade social e estatística da população LGBT.

Para concluir este capítulo, insta salientar que no capítulo cinco será analisado comparativamente o discurso oficial das normativas e documentos citados, com o discurso dos agentes públicos cuja missão e desafio é colocar em prática tudo que foi trazido ao longo deste texto. Todavia, é relevante destacar que existem desafios postos para a visibilidade de minorias e grupos vulneráveis em bancos de dados que cabem ser compreendidos neste texto, dos quais o público LGBT se insere com atraso, conforme será apresentado no capítulo a seguir.

## **4 - CAPÍTULO IV- A LUTA POR VISIBILIDADE ESTATÍSTICA DA POPULAÇÃO LGBT: CONQUISTAS, DESAFIOS NO CAMPO DE COLETA, PRODUÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES**

Neste capítulo, apresenta-se inicialmente a discussão do ativismo LGBT sobre invisibilidade estatística enfatizando o protagonismo histórico dos movimentos sociais. Posteriormente, sinalizam-se as recentes respostas estatais e os desafios postos para a visibilidade da população LGBT em bancos de dados e pesquisas censitárias destacando as especificidades do grupo LGBT. Para tanto, considera-se a discussão metodológica nacional e internacional existente, o princípio da autodeclaração e o estigma LGBT.

### **4.1 - O protagonismo do movimento LGBT na produção de dados no Brasil**

O ativismo LGBT ao longo da história vem denunciando a violência vivenciada, especialmente no que tem nomeado de LGBTfobia Institucional. Observa-se que a questão estatística nos órgãos oficiais está sendo contestada há muito tempo e denunciada pelo Movimento LGBT, o que tem sido denominado de invisibilidade estatística. Ou seja, a subnotificação, ou a inexistência de estatísticas governamentais sobre identidade de gênero e orientação sexual. Diante disso, a relevante atuação do Grupo Gay da Bahia- GGB merece destaque, pois há mais de 30 anos vem coletando dados e informações sobre a população LGBT no Brasil, e divulgando-as no seu sítio Institucional. Em 2014 o GGB instalou o Observatório da Violência LGBT, entretanto, utilizando em maioria, somente dados hemerográficos, que são dados provenientes da coleta em jornais, sites e mídias sociais, tendo em sua sede o maior arquivo homossexual da América do Sul.

Com base no monitoramento destes dados, são lançados anualmente relatórios sobre a violência LGBTfóbica. No Relatório de Mortes Violentas LGBT no Brasil (2021, p.1), demonstra-se a grave situação de letalidade: “300 LGBT+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBT são assassinados: uma morte a cada 29 horas”. Insta salientar, que geralmente são as pessoas trans que estão mais vulneráveis a mortes violentas, com requintes de crueldade. Ainda, ao analisar estes dados, é ressaltado “o descaso da polícia e desleixo dos

jornalistas em registrar com precisão as informações básicas indispensáveis para identificação dos LGBT assassinados, é um aspecto da homotransfobia cultural que macula nossa sociedade [...]” (ibidem, pg.2).

Assim, observa-se que os números são muito discrepantes e maiores do que geralmente são apresentados nos relatórios oficiais (quando existem), e o GGB vem destacando que até “ser confundido” com um LGBT também é um dado que precisa ser qualificado, pois, reflete-se em crimes de ódio de ordem LGBTfóbica. Um pai e um filho se abraçarem na rua, ou dois amigos, por exemplo, pode ser uma motivação para LGBTfobia. “É uma tragédia mortífera presente no cotidiano da sociedade brasileira e sua face mais perversa é o suicídio (ibidem, pg.5).

Com base neste Relatório do GGB, Minas Gerais se destacou entre os maiores índices de violência contra LGBTs no país, contabilizando 27 mortes em 2021, mesmo sendo um dos estados que mais protagonizou as lutas contra a violência LGBT. Indicando novamente, que apesar de todos os avanços, ainda existe um longo caminho pela frente. O referido documento também ressalta que “não há regularidade sociológica que explique essa e muitas das ocorrências, como também, por exemplo, a redução das mortes nos meses de primavera” (2021, pg. 2), e a invisibilidade estatística corrobora com esse quadro. Assim sendo, o GGB (2021) ressalta que é notória a impunidade nas práticas de crimes contra a população LGBT, pois acredita-se que as subnotificações feitas pela Segurança Pública, a omissão do Estado na produção de dados e estatísticas, e a baixa oferta de políticas públicas para a população LGBT, ou uma oferta ineficiente e elitista, seja uma tentativa silenciosa de se “provar o contrário”, de manter o “apagão”, a invisibilidade, de fazer a população LGBT ficar ou voltar para o “Armário” (QUINALHA,2022).

Por conseguinte, é relevante considerar o monitoramento, que vem sendo realizado pela ANTRA nos últimos anos, sobre a violência enfrentada pela população trans, utilizando também com dados hemerográficos. No dia 29 de janeiro de 2022, dia Nacional da Visibilidade Trans, a ANTRA publicou o Dossiê denunciando também a faceta mais cruel da violência, a letal e ressaltando a invisibilidade estatística: “Continuamos com uma ausência extrema de dados governamentais e sem informações sobre a população LGBTQIA+ vinda do estado”. (ANTRA, 2022, pg 13).De acordo com o Dossiê, em 2021 foram pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05

(cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas, mantendo o Brasil com o título de ser o que mais mata a população transexual e travesti no mundo.

Em vista disso, a ANTRA (2022) afirma que não vai se calar diante deste cenário, e tem utilizado os seus levantamentos de dados como uma ferramenta de denúncia nos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, frente às cortes internacionais, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Organização das Nações Unidas (ONU). Sobre a gravidade desta situação, Nogueira (2018) ressalta: "o grau de invisibilidade social das pessoas trans no Brasil é tão grande que não existem censos do IBGE ou estudos do IPEA que possam mapear esse segmento pelo país para poder fomentar políticas de Direitos Humanos [...] (P.55).

#### **4.2 - Respostas Estatais e desafios para a coleta de dados e mensuração da População LGBT: princípio da autodeclaração e o estigma LGBT**

Após anos que o ativismo LGBT luta pauta pela visibilidade em bancos de dados, em 2019 algumas ações estatais começaram a surgir, quando o Instituto de Pesquisa Econômica Avançada - IPEA avançou neste quesito, com a produção do Atlas da Violência no Brasil (2019) onde a violência contra a população LGBT aparece pela primeira vez sendo quantificada e qualificada. Entretanto, a base de dados utilizada pelo IPEA nesta produção é bastante frágil, pois tanto o Disque 100 quanto o Ministério da Saúde, utilizam informações apenas das denúncias e contando ainda com a realização (ou não) da notificação pelos agentes públicos.

Sobre isso, o IPEA (2019) ressalta “não sabemos sequer qual é o tamanho da população LGBTI (o que inviabiliza qualquer cálculo de prevalência relativa de violência contra esse grupo social), uma vez que o IBGE não faz qualquer pergunta nos seus *surveys* domiciliares sobre a orientação sexual” (p.56). Acredita-se que os dados apresentados pelo IPEA em relação à violência LGBTfóbica no Brasil sejam absolutamente maiores do que está documentado. É neste contexto que o Estado precisa se responsabilizar em seu papel de formular políticas públicas a partir de dados e informações estatísticas confiáveis que possam subsidiar a atuação de seus agentes.

Insta salientar que, recentemente, de forma inédita, após anos de pressão dos movimentos sociais e de acordo com ação ajuizada pelo Ministério Público Federal -

MPF foi realizada a primeira pesquisa pelo IBGE que incluiu a pergunta sobre Orientação Sexual. Os dados são da Pesquisa Nacional de Saúde - PNS realizada em 2019 que indicou que no Brasil, 2,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais se declaram lésbicas, gays ou bissexuais. A pergunta faz parte de um bloco de questões consideradas sensíveis, incluindo perguntas sobre violência física e sexual e atividade sexual, entre outras. Esta investigação é relevante visto que até este momento os dados disponíveis eram somente sobre os casais do mesmo sexo obtidos no Censo Demográfico de 2010 e na PNAD- Contínua de 2012.

Conforme conta no sitio institucional<sup>56</sup> do IBGE (2022) “As estatísticas ora divulgadas, cumpre destacar, são experimentais, isto é, estão sob avaliação porque ainda não atingiram um grau completo de maturidade em termos de harmonização, cobertura ou metodologia”. Ainda, de acordo com publicação que também consta no sitio institucional do IBGE (2022)<sup>57</sup>, há o reconhecimento da importância da coleta de dados sobre orientação sexual como uma estratégia de vigilância em saúde, de forma a instrumentalizar a oferta de políticas públicas bem como contribuir com o conhecimento científico nesta temática:

“A coleta dessa informação na PNS atende ao eixo 2 da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836 de 1º de dezembro de 2011. A Portaria se refere às ações de promoção e vigilância em saúde para a população LGBT, que tratam do aperfeiçoamento de instrumentos de vigilância em saúde, com a inclusão de quesitos de orientação sexual e identidade de gênero, bem como a qualificação das informações em saúde, desde a coleta até a análise dos dados. A investigação se faz necessária tanto para a elaboração de políticas públicas voltadas para essa população quanto para o monitoramento de potenciais desigualdades de aspectos sociais e de saúde, segundo as diferentes orientações sexuais, e, por fim, para a construção do conhecimento científico relacionado ao tema. Ao realizar essa divulgação, o IBGE visa dar uma primeira contribuição com estimativas da população LGB (Lésbicas, Gays e Bissexuais), em processo de avaliação de possíveis melhorias em futuras investigações [...]”.

Apesar de ser um avanço importante, ressalta-se que a PNS deixou de fora o campo de identidade de gênero, excluindo as pessoas transexuais e travestis desta pesquisa, bem como as pessoas intersexo. Deste modo, mesmo sendo uma conquista relevante a publicação desta pesquisa, ressalta-se que os campos de identidade de gênero e orientação sexual ainda não foram acolhidos em pesquisas censitárias. Por sua

---

<sup>56</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934> Acesso em 01/05/23

<sup>57</sup> Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/33302-ibge-divulgara-em-maio-pns-com-pergunta-sobre-orientacao-sexual.html> > Acesso em 01/05/23

vez, o IBGE (2022) se posicionou sobre esta questão, pois compreende que estes campos não devem ser acolhidos nos censos demográficos em virtude do princípio da autodeclaração<sup>58</sup> e dos riscos de serem respondidos por terceiros:

“[...] o Censo Demográfico, de 10 em 10 anos, não é a pesquisa adequada para sondagem ou investigação de identidade de gênero e orientação sexual. A metodologia de captação das informações do Censo permite que um morador possa responder por ele e pelos demais residentes do domicílio. Pelo caráter sensível e privado da informação, as perguntas sobre a orientação sexual de um determinado morador só podem ser respondidas por ele mesmo. Cabe esclarecer, ainda, que a Defensoria Pública da União, por meio da Ação Civil Pública nº 5019543-02.2018.4.02.5101, também solicitou a contagem da população transexual através do Censo 2020 (adiado para 2021 e, posteriormente, para este ano de 2022, por causa da pandemia de Covid-19 e por falta de recursos, respectivamente). Tal pedido foi considerado "improcedente" nos dois graus de jurisdição, vindo a ocorrer o trânsito em julgado. A Justiça acatou plenamente os argumentos do IBGE”.

Com base nisso, insta salientar que a discussão sobre o princípio da autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero ainda carece de maior reflexão teórica e ampliação de previsões legislativas no direito brasileiro como forma de identificação dos sujeitos. Até recentemente havia um completo vazio legislativo sobre o tema no Brasil, neste sentido já houve alguns pequenos avanços, pois em 2018 a autodeclaração de gênero foi reconhecida pelo CNJ através do Provimento 073/2018, bem como pelo STF, quando foi julgada a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4275, que reconheceu o direito de pessoas trans mudarem seus documentos de identificação de acordo com sua identidade de gênero, sem a necessidade de autorização judicial ou procedimentos médicos. Essa decisão foi um marco para os direitos das pessoas trans no Brasil, e reforçou a importância da autodeclaração como um princípio fundamental para a garantia da dignidade e dos direitos das pessoas LGBT.

Corroborando com este debate, alguns autores e pesquisas recentes sobre este tema valem ser destacados neste texto. Carvalho e Barreto (2021) ao realizar uma análise sobre a invisibilidade das pessoas LGBT em bases de dados a partir da publicação dos resultados da PNS (2019), destacaram que o princípio da autodeclaração para o segmento LGBT é atravessado pela LGBTfobia estrutural, portanto muitas pessoas evitam se autodeclarar para não ser estigmatizadas. Portanto, a forma que se pergunta para as pessoas a orientação sexual e identidade de gênero no Brasil precisam

---

<sup>58</sup> A autodeclaração é um princípio que afirma que cada indivíduo tem o direito de declarar sua própria raça, cor e etnia, bem como, a orientação sexual e a identidade de gênero, sem que essa declaração seja questionada ou invalidada por outros, sendo um instrumento antidiscriminatório protetivo de identidades sexuais e de gênero (BRASIL, CNJ, 2018).



ser muito cuidadosas, pois há sempre um risco de se incorrer em situações de constrangimentos e má interpretações nas respostas dos participantes, assim, “O ato de autodeclarar a orientação sexual a alguém, quando esta difere da heterossexual, não é algo simples em um país sabidamente LGBTfóbico, podendo ser considerado um ato político”(ibidem, pg.4061).

Deste modo, compreende-se que o instrumento de autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero não pode se reduzir a uma dinâmica simples, pois há uma complexidade da realidade social, em especial, das pessoas LGBT, que podem estar ainda processo em construção e afirmação ou mesmo em fluidez de suas identidades e orientações de sexo e gênero. Por sua vez, a riqueza desta complexidade, também pode ser erroneamente considerada manipuladora, mal intencionada ou fraudulenta caso não haja um olhar cuidadoso por parte de quem coleta estas informações. Destaca-se que diante da multiplicidade de sentidos que as categorias identitárias apresentam, conforme a experiência de vida e a situação que vivenciam, faz com que haja uma impropriedade de “encaixar” os sujeitos em critérios fixos e rígidos, sendo necessário, assim como apresenta a perspectiva contextual, levar a sério as diversas formas de declaração dos sujeitos, de modo a proteger-lhes da discriminação (CARVALHO E BARRETO, 2021).

Com base nisso, destaca-se a pesquisa norte-americana realizada pela *National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine- NASEM* (2022) intitulada “*Measuring Sex, Gender Identity, and Sexual Orientation*”, cujo intuito foi produzir recomendações e medidas específicas que podem ser usadas tanto em pesquisas como em coleta de dados administrativos sobre orientação sexual e identidade de gênero. Nesta pesquisa é constatado inicialmente que uma das dificuldades em coletar dados fidedignos está no fato de que as conceituações sobre sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero são comumente confundidas entre si nos mais variados espaços.

Deste modo, esta pesquisa da NASEM (2022) recomenda que haja alinhamento conceitual de forma a ter uniformidade e padronização nas coletas de dados das agências de forma a possibilitar a captação com precisão das complexidades que abarcam esses conceitos. Ainda, nesta análise é preciso se atentar a inclusão das diversidades de terminologias que se entrelaçam e por ventura não podem ser aplicadas a todos povos, a exemplo de alguns povos originários que usam o termo *Two Spirit*, termo guarda-chuva intertribal para designar identidades de gênero e orientação sexuais

tribalmente específicas que são centradas em visões de mundo, conhecimentos e práticas tribais (NASEM,2022).

Com base nisso, a pesquisa desenvolveu cinco princípios fundamentais para a realização da coleta de dados de orientação sexual e identidade de gênero que merecem atenção dos pesquisadores e das mais variadas agências, sendo eles: inclusão, precisão, autonomia, parcimônia e privacidade. Assim, o primeiro princípio sobre inclusão afirma que todas as pessoas merecem contar e ser contadas, ou seja, estes dados refletem as identidades e experiências vividas, assim todas as pessoas merecem ser ouvidas, respeitadas e representadas. O segundo princípio orienta a ter precisão, ou seja, orienta a usar terminologia precisa que reflita as construções de interesse, ou seja, deve ser clara e um proxy não deve se confundir com outro. Já o terceiro diz da autonomia, ou seja, o respeito à identidade e a autonomia, este princípio diz respeito à autodeclaração. Por sua vez, o quarto princípio é a parcimônia, ou seja, coletar apenas os dados necessários para cada objetivo de coleta. Por último, o quinto princípio é a privacidade, ou seja, a garantia de que o uso dos dados irá beneficiar os respondentes e respeitar sua privacidade e confidencialidade (NASEM, 2022 pg. 6-7, tradução minha).

Por sua vez, e contraditoriamente aos resultados da PNS e também de forma inédita, os pesquisadores Spizzirri *et al.* (2022) da Universidade Estadual Paulista-UNESP e da Universidade de São Paulo- USP, publicaram o primeiro mapeamento da diversidade sexual e de gênero no país a partir de uma amostra representativa da população brasileira, similar ao que é feito nas pesquisas eleitorais. A pesquisa publicada na revista científica *Nature Scientific Reports* identificou que 12% da população brasileira se declara LGBT, o que corresponde a 19 milhões de brasileiros. Para tanto, foram entrevistadas 6.000 pessoas maiores de 18 anos de idade, em 129 cidades, espalhadas nas cinco regiões do Brasil. Os questionários foram realizados pela equipe do Instituto Datafolha, entre novembro e dezembro de 2018.

Segundo Spizzirri, Eufrásio, Abdo, C.H.N. *et al.* (2022) um dos grandes diferenciais da pesquisa esteve na metodologia empregada, pois as perguntas do questionário foram elaboradas de maneira a evitar confusões ou constrangimentos que podem surgir com os termos sobre identificação de gênero e de orientação sexual. Os autores entendem que esses termos ainda são restritos aos universos acadêmicos e dos movimentos sociais, ainda pouco conhecidos pela população em geral. Ainda, destaca-se nesta pesquisa que as pessoas podem não se reconhecer no termo designado

correspondente, ou seja, a pessoa pode ter uma expressão de gênero dissidente da norma e não se reconhecer como LGBT. Com base nisso, o questionário apresentou questões que fugiam das terminologias, baseando-se em perguntas mais simples como, por exemplo, “você sente atração por homem, mulher, pelos dois?”, sem necessariamente precisar perguntar se a pessoa é homossexual, heterossexual, pansexual, bissexual, etc. (SPIZZIRRI *ET AL.*, 2022)

Ainda, insta salientar que os resultados desta pesquisa supracitada também demonstram que os indicadores socioeconômicos são precários e os altos índices de violência entre pessoas LGBT são preocupantes e evidenciam ainda mais a desigualdade e a vulnerabilidade enfrentadas pelo grupo, reiterando o que historicamente o ativismo LGBT e outros pesquisadores já vêm sinalizando. Os autores Spizzirri. *et al.* (2022) ressaltam que apesar de todo o cuidado na aplicação da metodologia de pesquisa empregado, compreende que devido ao estigma de se declarar LGBT é provável que os percentuais encontrados podem estar subestimados.

Diante do que foi exposto até aqui, percebe-se que existem avanços nas discussões sobre a necessidade de coletas de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero, bem como sobre as metodologias a serem empregadas. Observa-se nestas pesquisas supracitadas convergência sobre o respeito ao princípio da autodeclaração, bem como sobre a necessidade de alinhamento conceitual para garantir que os dados contemplem as nuances que abarcam o segmento LGBT e sejam coletados com precisão, cientificidade e ética. Por fim, ressalta-se que no capítulo a seguir será realizada a análise e discussão dos resultados encontrados na pesquisa de campo, assim, articulando a discussão teórica realizada, com a pesquisa documental e as entrevistas realizadas com os agentes públicos do SUAS-BH.

## 5- CAPÍTULO V- ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Finalmente, nesta última fase da análise de conteúdo, tratou-se da análise e discussão dos resultados, sendo o momento da reflexão crítica articulada ao que foi debatido nos capítulos anteriores. Insta salientar que no processo de codificação dos dados a forma de análise utilizada foi a indutiva, pois a literatura até então não indicava códigos a serem buscados a priori. Deste modo, considerando os dados relevantes para atingir o objetivo desta pesquisa, a regra de recorte utilizada foi a temática ou categorial. Assim, em relação à organização da codificação, os índices utilizados como unidades de registro foram temas, ou seja, utilizaram-se tanto frases, conjunto de frases e ou parágrafos como unidades semânticas. Já os indicadores utilizaram-se como regra de enumeração a presença ou ausência dos códigos nas unidades de registro, permitindo assim também quantificar as evidências encontradas.

Desse movimento, extraíram-se três aspectos que estão articulados entre si, mas separados para análise, intitulados a seguir como:

1) “*Aspectos históricos*” que é composto pelo agrupamento de respostas das (os) agentes públicos(as) entrevistadas (os) que apontam aspectos históricos, acontecimentos e temporalidades como relevantes para a visibilidade LGBT no SUAS-BH;

2) “*Aspectos estruturais*” composto pelo agrupamento de respostas das (os) agentes públicos(as) entrevistadas (os) que apontam barreiras, clivagens ou pontos de conflitos que são estruturais, institucionais ou organizacionais que afetam a visibilidade estatística da público LGBT no SUAS-BH;

3) “*Aspectos simbólicos ou culturais*” composto pelo agrupamento de respostas das (os) agentes públicos(as) entrevistadas (os) que consideram barreiras, clivagens ou pontos de conflitos que são de ordem simbólica, cultural ou subjetiva e que afetam a visibilidade estatística da público LGBT no SUAS-BH.

Ressalta-se que estes três aspectos citados, bem como suas respectivas categorias e subcategorias estão organizadas e serão analisadas e discutidas na seção “5.2- *Aspectos e Categorias de Análise*”, localizada após a apresentação do perfil das (os) respondentes da pesquisa. Considerou-se relevante a organização neste formato, pois há aspectos sociais que foram considerados do perfil das (os) agentes públicos (as) pelos (as) próprios (as) respondentes que estão diretamente associados ao problema de pesquisa, conforme será apresentado a seguir.

### 5.1. Perfil das (os) Agentes Públicos (as) Sujeitos (as) da Pesquisa

Nos quadros 3 e 4<sup>59</sup>, a seguir, apresenta-se os dados sobre o perfil sociodemográfico das 29 pessoas entrevistadas, considerando área de atuação no SUAS-BH, idade, identidade de gênero e orientação sexual, raça/cor<sup>60</sup>, religião ou crença, área de formação, vínculo institucional e tempo de experiência profissional no funcionalismo público, separados entre gestores (as) e trabalhadores (as). Como forma de exposição dos resultados, decidimos preservar criteriosamente as identidades destes (as) participantes envolvidos na pesquisa, por isso, os dados serão expostos de forma genérica, sem associar as falas dos (as) sujeitos aos serviços, programas, unidades, regionais e ou instituições parceiras a qual estão vinculados, de forma a não expor dados que poderiam identificar quem são os interlocutores.

**QUADRO 3 - PERFIL DOS (AS) GESTORES (AS) ENTREVISTADOS**

Código	Idade	Identidade de Gênero/Orientação Sexual	Cor/raça	Religião/crença	Área de formação	Vínculo institucional	Tempo de serviço público
GMC1	35	Mulher cis-hétera	branca	Católica	Psicologia	PBH	10 anos
GMC2	38	Mulher cis-hétera	branca	Católica	Psicologia	PBH	14 anos
GMC3	38	Homem cis-hétero	negra	Católico	Psicologia	3º Setor	5 anos
GMC4	54	Mulher cis-hétera	branca	Não possui	Sociologia	PBH	22 anos
GMC5	29	Homem cis-gay	negra	Não possui	Psicologia	3º Setor	5 anos
GAC1	41	Homem cis-hétero	branca	Ateu	Psicologia	PBH	18 anos
GAC2	43	Mulher cis-hétera	parda	Não possui	Serviço Social	PBH	15 anos
GAC3	46	Homem cis-hétero	negra	Espírita	Psicologia	3º Setor	16 anos
GAC4	60	Mulher cis-hétera	negra	Espírita	Psicologia	PBH	30 anos
GAC5	39	Mulher cis-hétera	branca	Protestante	Serviço Social	3º Setor	6 anos
GAC6	34	Mulher cis-hétera	branca	Católica	Psicologia	3º Setor	5 anos
GGs1	37	Mulher cis-hétera	branca	Católica	Psicologia	PBH	10 anos

Quadro 4- Fonte: Elaborado pela autora (2023)

<sup>59</sup> Utilizaram-se códigos para identificá-los (as), de acordo com a função que ocupa e nível de complexidade do SUAS-BH, tendo a seguinte legenda: GMC (gestor/a da média complexidade do SUAS); GAC (gestor/a da alta complexidade do SUAS); GGS (Gestor/a da área de gestão do SUAS/BH); TMC (trabalhador/a da média complexidade do SUAS); TAC (trabalhador/a da alta complexidade do SUAS) e TGS (Trabalhador/a da área gestão do SUAS/BH). Informa-se que também utilizou-se nomes fictícios onde há algum trecho citado como exemplo pelas (os) respondentes ou alterações em colchetes que de alguma forma poderia identificar os (as) respondentes e/ou esclarecer alguma informação.

<sup>60</sup> A raça ou cor negra inclui pretos e pardos.

**QUADRO 4 PERFIL DOS (AS) TRABALHADORES (AS) ENTREVISTADOS**

<b>Código</b>	<b>Idade</b>	<b>Identidade de Gênero/Orientação Sexual</b>	<b>Cor/raça</b>	<b>Religião/crença</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Vínculo institucional</b>	<b>Tempo de serviço público</b>
<b>TMC1</b>	35	Mulher cis-hétera	Branca	Cristã	Psicologia	3º Setor	8 anos
<b>TMC2</b>	41	Mulher cis-hétera	negra	católica	Serviço Social	3º Setor	10 anos
<b>TMC3</b>	50	Homem cis-hétero	negra	católico	Serviço Social	3º Setor	13 anos
<b>TMC4</b>	31	Mulher cis-hétera	negra	adventista	Psicologia	3º Setor	4 anos
<b>TMC5</b>	33	Homem cis-hétero	negra	católico	Serviço Social	3º Setor	10 anos
<b>TMC6</b>	44	Homem cis-hétero	negra	adventista	Psicologia	3º Setor	5 anos
<b>TMC7</b>	35	Mulher cis-hétera	negra	Não possui	Serviço Social	3º Setor	6 anos
<b>TMC8</b>	50	Mulher cis-hétera	negra	Não possui	Serviço Social	3º Setor	15 anos
<b>TMC9</b>	40	Mulher cis-hétera	branca	católica	Psicologia	Servidora efetiva	11 anos
<b>TMC10</b>	38	Mulher cis-hétera	negra	não possui	Psicologia	3º Setor	11 anos
<b>TAC1</b>	45	Mulher cis-hétera	branca	Não possui	Serviço Social	3º Setor	8 anos
<b>TAC2</b>	41	Mulher cis-hétera	negra	Não possui	Psicologia	3º Setor	14 anos
<b>TAC3</b>	31	Mulher cis-hétera	negra	Evangélica	Psicologia	3ºSetor	3 anos
<b>TAC4</b>	30	Mulher cis-hétera	negra	Católica	Psicologia	3º Setor	10 anos
<b>TAC5</b>	45	Mulher cis-hétera	branca	Católica	Serviço Social	3º Setor	12 anos
<b>TAC6</b>	41	Mulher cis-hétera	branca	Umbandista	Serviço Social	3º Setor	11 anos
<b>TGS1</b>	44	Mulher cis-hétera	branca	Católica	Sociologia	Servidora efetiva	22 anos

Quadro 5- Fonte: Elaborada pela autora (2023).

A faixa etária dos (as) gestores (as) está em média de 30 a 40 anos, variando entre a29 anos a 60 anos a máxima. Já os (as) trabalhadores (as) têm a média de faixa etária de 30 a 45 anos, variando entre a idade mínima de 30 anos a 50 anos a máxima. Respeitando o princípio da autodeclaração, no que se refere à cor/raça autodeclarada da maioria dos participantes é negra (o), sendo 16 pessoas ao todo, 11 parda (os) e 5 pretos (as) e 13 se declararam brancas (os). Destes participantes, os (as) trabalhadores (as) em maioria se declararam pardos (as), sendo sete (7) pessoas pardas, quatro (4) pessoas

pretas e cinco (5) pessoas brancas. Por sua vez, os gestores em maioria são pessoas que se declararam brancas, sendo sete (7) gestoras (es) brancas (os), cinco (5) pardos.

Por sua vez, no que se refere à identidade de gênero e orientação sexual das (os) entrevistadas (os), a totalidade se declarou ser uma pessoa cisgênera e maioria heterossexual, somente um gestor se identificou como homossexual. Deste modo, a maioria são pessoas cis-heteras, sendo que a maioria são mulheres, sendo 22 mulheres cis-héteras e seis (6) são homens cis-heteros e apenas um se declarou como homem cis-gay. Sobre este aspecto do perfil dos entrevistados, percebe-se a ausência de representatividade de pessoas LGBT no SUAS-BH, especialmente pessoas transexuais.

Em relação às profissões dos (as) agentes públicos entrevistados (as), foram entrevistadas(os) ao todo 17 Psicólogos (as), 10 Assistentes Sociais e dois (2) Sociólogos (as). Do quadro de gestores (as), a maioria é profissional de Psicologia (nove), duas são do Serviço Social e uma é Socióloga. Por sua vez, do quadro de trabalhadores, a quantidade de profissionais de Psicologia e Serviço Social são equiparadas, sendo oito de cada e uma é Socióloga. Assim sendo, a maioria dos profissionais do SUAS-BH são psicólogos (as) e assistentes sociais.

Já em relação ao gênero dos (as) entrevistados (as) constatou-se a predominância do gênero feminino entre as (os) agentes públicos que atuam no SUAS-BH, sendo que foram entrevistadas 22 mulheres e 6 homens. Este perfil de entrevistadas (os) está de acordo com o levantamento realizado pelo Plano Municipal do SUAS - PMAS(2022), já citado no capítulo três, em que observa-se que 75% das trabalhadoras do SUAS-BH são do gênero feminino. Vale ressaltar que as (os) demais categorias profissionais são inseridas no SUAS somente a partir da década de 1990, contribuindo assim para que a política pública tenha atuação multiprofissional no campo da provisão de direitos. Entretanto, algumas das profissões inseridas nesta política pública também possuem o perfil do cuidado, eminentemente associado ao gênero feminino, como é o caso da Psicologia.

Por sua vez, insta salientar que no campo religioso, os (as) respondentes se declararam em maioria ter alguma crença ou religião, sendo ao todo 20 pessoas (69%). Por sua vez, oito pessoas declararam não pertencer a nenhuma religião (27,6%), no entanto, afirmam acreditar em Deus e somente uma pessoa se declarou ateia/ateu (3,4%). A religião identificada como predominante entre as (os) respondentes foi a religião católica, sendo 12 pessoas (41,4%). Já os que se declararam evangélico, protestante,

adventista ou cristão somam cinco pessoas ao todo (17,1%). Por fim, duas pessoas se declararam espíritas cardecistas (6,9) e uma umbandista (3,4).

Diante do exposto, considera-se que direta ou indiretamente o perfil religioso dos (as) agentes públicos, bem como da maioria das instituições terceirizadas pode vir a influenciar a leitura que estes profissionais tem do público LGBT, considerando que poucas são as religiões/igrejas<sup>61</sup> hoje em dia que são inclusivas e parceiras da diversidade sexual e de gênero. Vale considerar que apesar da garantia constitucional do direito à liberdade de crença e religião, historicamente as mais diversas religiões negaram à população LGBT este direito, classificando-os como pecadores e não dignos de exercer a fé divina e frequentar os espaços de religiosidade coletiva. Nesta relação entre Estado e Religião, há um percurso histórico onde a homossexualidade já foi considerada crime, e ainda é em muitos países. Destaca-se que diversas leis civis e eclesiásticas trataram as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo como sodomia, um crime que provoca tanto a ira de Deus que o castigo é a destruição. O termo sodomia se refere ao relato bíblico de Sodoma e Gomorra, cidades cujos habitantes recusaram a hospitalidade aos que visitavam o patriarca Ló, a ponto de tentarem violentá-los sexualmente (GAMA, 2019).

Constatou-se ainda que há variação de período de atuação no serviço público entre os (as) agentes, onde a maior parcela declarou atuar já em um tempo médio de 10 anos, variando entre o menor tempo de 3 anos e o maior tempo de 30 anos, o que caracteriza profissionais com maior grau de experiência. Salienta-se que para atingir o objetivo desta pesquisa em relação a construir uma retrospectiva histórica da agenda LGBT no SUAS-BH a seleção de profissionais com mais tempo de serviço público foi intencional.

Para finalizar esta secção, constatou-se que a maioria dos (as) agentes públicos entrevistados (as) são profissionais terceirizados, sendo um total de 20 pessoas o que corresponde a 69% de vínculo profissional predominantemente do terceiro setor. Já em

---

<sup>61</sup> A antropóloga Fátima Weiss de Jesus (2013) destaca que “As igrejas inclusivas são um fenômeno recente no Brasil e chama atenção pela compatibilização de condutas não heterossexuais e cristianismo (majoritariamente evangélico). A partir de início dos anos 2000 acontece a proliferação de diversas denominações no Brasil, sendo que os dois grandes centros com maior número de igrejas são Rio de Janeiro e São Paulo [...] Igreja inclusiva é o termo ênico, usado no campo estudado, para as Igrejas que “acolhem” pessoas LGBTs. O termo, no entanto, é amplo e comporta uma complexidade de usos e interpretações. Tais igrejas, que não são discriminatórias em relação às sexualidades não heterossexuais - Igrejas Gays, ou, Igrejas para o público LGBT, ou ainda, Igrejas que incluam a comunidade homossexual – Inclusivas, são um importante fenômeno a ser observado no país” (pg. 1 e 2)



relação a servidores públicos estatutários entrevistados (as), somou-se um total de nove pessoas, todos (as) ocupando o cargo de Analista de Políticas Públicas, totalizando 31% dos respondentes. Assim, observa-se que a amostra selecionada de participantes nesta pesquisa condiz com a realidade de perfil profissional apresentada na PMAS (2022) em que a maioria dos profissionais do SUAS-BH hoje são vinculados ao terceiro setor.

## 5.2 Aspectos e Categorias de Análise

A análise de dados permitiu verificar um conjunto de 523 evidências que permitem compreender a visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH vinculadas a aspectos históricos, estruturais e simbólicos ou culturais. Neste contexto, identificaram-se quatro (4) categorias de aspectos históricos, quatro (4) categorias de aspectos estruturais e três (3) categorias de aspectos simbólicos ou culturais, conforme apresentado no quadro 5, a seguir.

**Quadro 5- Categorias de Aspectos da visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH**

Aspectos e números de evidências		Categoria e número de evidências
<b>1- Histórico</b>	196	A- Memórias e marcos temporais [52] B- Qualificações técnicas e normativas [65] C- Influência do Ativismo Social [18] D- Bancos de dados do SUAS-BH [61]
<b>2- Estrutural</b>	228	E- Dificuldades operacionais em relação aos Sistemas de Informações do SUAS-BH [75] F- Oferta insuficiente de qualificações, orientações técnicas e normativas [72] G- Dificuldades na relação entre o Estado e Terceiro Setor [33] H- Contradições entre a instrumentalização estatística e a função da vigilância socioassistencial [48]
<b>3- Simbólico ou Cultural</b>	99	I- Postura individual em relação à obrigatoriedade da coleta de dados sobre Orientação Sexual e Identidade de gênero [27] J - Dificuldades em relação aos princípios que norteiam a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH [43] K- Barreiras relacionadas ao Estigma, preconceito e discriminação ao LGBT na postura dos (as) agentes públicos [29]

Fonte: Elaboração da autora (2023)

Na análise das categorias e subcategorias apresentadas no quadro acima, constatou-se uma incidência maior para os aspectos estruturais, com um total de 228 evidências. Assim, observa-se um total de 196 evidências para as quatro categorias de

aspectos históricos, já os aspectos culturais atingiram um total de 99 evidências entre as quatro categorias de barreiras propostas neste estudo. Ressalta-se que a seguir as primeiras categorias que serão apresentadas e discutidas tratam de aspectos da história, posteriormente serão tratadas de forma mais aprofundada os aspectos estruturais e culturais ou simbólicos, que por vezes também aparecem nos relatos da história e foram assim organizados para facilitar a análise e discussão dos dados.

### 5.3- Aspectos históricos da visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH

Neste aspecto, foram agrupadas todas as respostas das (os) agentes públicos(as) entrevistadas (os) que apontaram a visibilidade estatística da população LGBT como processual e histórica, considerando assim, por exemplo, memórias, datas, registros e marcos temporais, eventos, atividades desenvolvidas, desafios do passado que já foram superados, documentos recebidos (ou não), bem como as instituições, organizações e políticas públicas envolvidas na constituição da agenda LGBT no SUAS-BH e da sua instrumentalização estatística. A seguir, o Quadro 6 mostra as evidências para cada categoria de aspecto histórico, acompanhada da quantidade de subcategorias (nas linhas) e da quantidade total de respondentes as mencionaram (em colchetes). Para facilitar a visualização das evidências de forma quantitativa, a apresentação foi distribuída nas colunas entre gestores/as (G) e trabalhadores/as(T). O número de evidências pode ser maior entre os entrevistados porque mais de uma evidência pode ser originada de cada resposta de um (a) respondente.

**QUADRO 6- Aspectos históricos da visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH**

<b>Categorias de Aspectos históricos e nº de evidências</b>	<b>Subcategorias e números de evidências</b>	<b>G</b>	<b>T</b>
<b>A- Aspectos históricos (memórias e marcos temporais) [52]</b>	<i>A1- Memórias e Marcos recentes- menos 5 anos [ 20]</i>	9	11
	<i>A- 2 Memórias e Marcos antigos - mais de 5 anos [ 10]</i>	5	5
	<i>A-3 Memórias e Marcos associados a acontecimentos - CRLGBT, CIAM, CASA LGBT, PAEFI, ABRIGOS [ 22]</i>	12	10
<b>B- Aspectos históricos - qualificações técnicas e normativas [65]</b>	<i>Oferta de qualificações pela Política LGBT [ 24 ]</i>	10	14
	<i>Oferta de qualificações pela política de Saúde [ 6]</i>	2	4
	<i>Buscou conhecimento externo - Autonomia técnica [8]</i>	0	8

	<i>Documentos e normativas recebidos [ 12 ]</i>	5	7
	<i>Ausência de documentos e normativas específicas[ 15 ]</i>	5	10
<b>C- Aspectos históricos - Influência do Ativismo Social [18]</b>	<i>Memórias e marcos - ações do Movimento LGBT [9]</i>	6	3
	<i>Memórias e marcos - ações dos Agentes Públicos [9]</i>	4	5
<b>D- Aspectos históricos- bancos de dados do SUAS-BH [61]</b>	<i>Memórias e marcos sobre o SIGPS [13]</i>	5	8
	<i>Memórias e marcos/bancos de dados extra-oficiais [16]</i>	7	9
	<i>Formações, documentos e normativas específicas recebidas [5]</i>	1	4
	<i>Ausência de formações, documentos e normativas [24]</i>	10	14
	<i>Aspectos históricos da vigilância socioassistencial [7]</i>	3	4

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Conforme exposto no quadro acima, observando-se as categorias de aspectos históricos da visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH, é possível constatar um conjunto de quatro (4) categorias de evidências e 15 subcategorias distintas que permitem compreender o processo histórico da visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH. Vale ressaltar que nas três primeiras categorias foram agrupadas as respostas que versam sobre aspectos históricos da agenda LGBT no SUAS-BH, de modo geral, como memórias, marcos temporais, cursos e formações oferecidos (ou não), bem como, a relevância do ativismo social LGBT.

Por sua vez, a quarta categoria agrupou as respostas que versam sobre aspectos históricos da produção estatística sobre a população LGBT no SUAS-BH atrelada à dificuldades em relação ao acesso e uso do SIGPS, a criação de diversos bancos de dados extra-oficiais, a oferta ou ausência de formação técnica para coletar e/ou tratar dados e a vigilância socioassistencial na história. Justifica-se que a organização e apresentação das categorias no formato a seguir são relevantes pois compreende-se que o processo de aquisição de visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH está inserido numa compreensão macro da história da agenda LGBT com reflexos na instrumentalização estatística existente e disponível aos agentes públicos no SUAS-BH.

Observou-se que existem problemas de produção estatística e vigilância socioassistencial que são históricos e gerais, mas que quando se trata do público LGBT a instrumentalização estatística tem problemas históricos maiores e que se retro-

alimentam e que não perpassa somente a existência ou não dos campos de orientação sexual e identidade de gênero em bancos de dados, mas como os agentes públicos percebem a existência deste grupo na política pública ao longo da história.

### 5.3.1- Memórias e marcos temporais sobre a população LGBT no SUAS-BH

Em relação a categoria “A- Aspectos históricos (memórias e marcos temporais)”, a mesma foi bastante citada pelos respondentes, tendo um total de 52 evidências, as subcategorias mais citadas estão relacionadas à A.1- *memórias e Marcos recentes- menos 5 anos*, com 20 evidências e “A.2- *Memórias e Marcos associadas a acontecimentos - CRLGBT, CIAM, CASA LGBT, PAEFI, ABRIGOS*”, com 22 evidências. Para ilustrar as evidências destas categorias, alguns respondentes falam que a chegada do público LGBT no SUAS-BH é “recente” ou “nova”, conforme é possível observar nas afirmações de três gestores (as) a seguir:

*“Quando a gente fala novo né, os próprios encaminhamentos nossos são novos, algo de um acolhimento institucional para população LGBT, a Casa de Mulheres em situação de rua foi inaugurada aí há 3 anos atrás [...] Então é muito assim novo pra gente [...]” (GMC 3).*

*“[...] foi acho que em 2019 que essa discussão apareceu mais” (GMC 4).*

*“[...] Eu lembro que em 2019 nós tivemos algumas denúncias, 2018/2019, do Abrigo [...] e tudo, e a gente começou a discutir, e a gente fez algumas reuniões [...]” (GAC 2).*

Corroborando com essas afirmações, os trechos das(os) falas das(os) três trabalhadores (as) a seguir:

*“[...] em 2020, quando eu entrei percebi, que existia uma resistência muito grande por parte de alguns profissionais que atuavam aqui no Abrigo, que hoje nem estão mais conosco, e uma dificuldade das [pessoas] cis em aceitar as [pessoas] trans. Então existia um conflito muito grande entre elas, até de uma forma muito desrespeitosa, algumas falas muito agressivas das [pessoas] cis com as trans e das trans com as cis. Era uma disputa mesmo de poder que tinha aqui dentro. E eu acho que é algo que já avançou bastante. Hoje a gente está no mar de rosas? Não, não estamos. Mas pelo menos hoje a gente tem condições de trabalhar[...] fizemos muitas ações aqui [...]” (TAC 1).*

*“[...] enquanto tô aqui na [serviço], há três anos, eu nunca vi discutir isso aqui dentro. Eu fui ter contato com isso quando eu tava um ano antes no CIAM em 2019, quando o Centro de referência LGBT fez a capacitação [...]” (TMC 1).*

*“E aí eu tô marcando 2019, acho que por uma questão mais pessoal, no sentido de que eu acabei de fazer o concurso para assistência agora da*

*prefeitura, então lembro que tinha, é marcadamente 2019 como algo é que marcasse realmente o centro referência? Não sei muito assim. Realmente, a partir de que viés assim, existia antes, mas eu não sei como é que era isso. De repente isso seja um furo.É? Não, não estou me abstendo do furo, ser meu como trabalhador é ou sei lá, lapso de memória, mas realmente não lembro de maior ênfase, assim, para o trabalho com esse público, esse público não chegava [...]” (TMC 6).*

Com base nas evidências citadas, constata-se que a maioria das memórias e marcos temporais sobre a agenda LGBT no SUAS-BH são recentes, de 2018 em diante e também estão associadas a acontecimentos e conquistas relevantes para a agenda LGBT no município de Belo Horizonte-MG. Conforme citado no capítulo II, em 2019 foi inaugurada a nova sede<sup>62</sup> do CRLGBT e este momento foi amplamente divulgado e acompanhado por um grande evento que contou pela primeira vez com a presença de um chefe do poder executivo municipal, Alexandre Kalil. Este momento histórico foi lembrado pela respondente GAC4 em que cita a reforma administrativa de 2017:

*[...] Mas com a organização da SUDC, com o centro de referência, com a diretoria, isso começa a ter um desenho. Porque esse público, ele também, ele era invisível. Então, as meninas trans elas chegavam pro acolhimento e não tinha na rede uma consolidação da questão do nome social por exemplo. E o público foi chegando, que também era tão fora da proteção que nem chegava, sabe? Quando ele começa a chegar, nossas equipes começam a se questionar e descobrir outros posicionamentos. Então isso não foi uma coisa que a gente fez porque foi uma capacitação, foi uma proposta de mudança na política porque o público começou a chegar, então eu acho que foi a partir desse, dessa organização, né, da cidade, com um olhar mais protetivo, mais de garantia e defesa de direitos. (GAC 4)*

Assim, a reforma administrativa é um marco de reconhecimento importante para a agenda LGBT em Belo Horizonte, pois reconhece uma política de direitos humanos e cidadania específica para a população LGBT, através de uma estrutura institucional, conforme consta no sítio institucional<sup>63</sup>

A decisão de se criar uma estrutura institucional única, responsável pela elaboração e coordenação da política de direitos humanos e de cidadania no município de Belo Horizonte, representa um extraordinário avanço, uma vez que reforça o caráter de indivisibilidade dos direitos. Por outro lado, a estrutura da Subsecretaria absorve e consolida, no plano administrativo, a vinculação entre as noções de universalidade e de especificidade dos direitos, fundamentais para a consolidação da cidadania contemporânea.

<sup>62</sup> informação disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/com-nova-sede-centro-de-referencia-da-pbh-amplia-atendimentos-populacao-lgbt>> : Acesso em 05/04/23

<sup>63</sup> Informação disponível em : <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc>> : Acesso em 05/04/23

Deste modo, vale ressaltar que até 2017 a Diretoria LGBT não existia pois tinha um status de coordenadoria e que não tinha suas ações muito bem definidas e normatizadas, conforme consta no sítio institucional<sup>64</sup>:

O Decreto 16.580, de 16 de fevereiro de 2017, cria a Coordenadoria dos Direitos da População LGBT, e reconhece o Centro de Referência LGBT enquanto equipamento público constante na estrutura da Prefeitura. Na reforma administrativa de 2017, as Coordenadorias vinculadas à pasta de Direitos Humanos assumem status de Diretorias. Passa a nomear-se à Diretoria de Políticas para População LGBT.

Insta recordar que a política LGBT existe desde 2004 e o CRLGBT-BH existe desde 2007, assim, a nova sede além de ser um marco de conquista, demonstra o quanto a política LGBT em Belo Horizonte tinha pouca interlocução com o SUAS-BH. Assim, percebe-se que a agenda LGBT se consolida de forma institucionalizada de fato muito recentemente, nos últimos cinco anos, mas conforme supracitado pela respondente GAC 4, a população LGBT antes disso era invisibilizada e comumente violada, especialmente as pessoas transexuais e travestis nos equipamentos do SUAS-BH. Deste modo, constatou-se também 10 evidências que demonstram que há respondentes que tem “*memórias e marcos mais antigos*” reconhecendo a existência da população LGBT no SUAS-BH há mais tempo, conforme ilustrado nas respostas a seguir:

*“Eu não vou conseguir, assim, fazer esse marco tão preciso, porque na verdade, chegar sempre chegou, né. [...] desde 2013, quando eu tô atuando aqui, tem caso, nesse recorte, de populações LGBT [...]” (GMC 2).*

*“Essas questões que já estão colocadas aí pra nós há muito tempo, elas não interferem no cotidiano do serviço. Elas não... Ah, vamos fazer uma atividade... Aí por isso que eu lembrei das [duas regionais], porque eles têm atividades específicas pra população LGBT” (GMC4).*

Corroborando com essas afirmações, o trecho da (o) trabalhador (a) a seguir:

*“[...] quando eu trabalhei no Tia Branca, de 2011 a 2013, eu estava no atendimento à população de rua, que é um serviço de acolhimento para população de rua e migrante, e era um albergue masculino, tínhamos muita dificuldade. A política tinha dificuldade de compreender quando chegavam trans, quando chegava uma travesti. É uma própria repulsa dos outros moradores dos outros acolhidos porque os quartos são compartilhados, banheiro compartilhado e assim a “essa bicha não vai tomar banho aqui não, essa bicha vai querer me atacar a noite ...é...que que é isso? É o homem tem pinto e está de roupa. Homem tem pinto e tem peito”. Então assim a gente procurava trabalhar, ainda não existia ainda uma política tão abrangente, com uma capacidade de um diálogo maior, sabe? Então assim, era uma política que acabava sendo é em vez de ser inclusiva ela contribuía para a exclusão. [...] Então, assim, o que nós fazíamos muito era assim, é orientar que se eles sentissem, é por algum momento desprotegido ou ali é*

<sup>64</sup>Informação disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/politicas/lgbt>

*discriminado, ou algum ato preconceituoso que procurasse a Secretaria na época, né? Para retratar isso, para conversar e aí nessa eu senti falta de uma aproximação, da política mesmo, sabe da LGBT, chegaram até nós ou fazer uma ponte pra gente chegar até eles para ter esses momentos de formação, esses momentos de conversas...” [TAC 6].*

Em trabalho publicado em 2010, que cobre esse mesmo período mencionado na citação, destaco a autora Alexia Passos Dutra (2010) em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais na PUC-MG que fez um estudo comparativo entre as políticas para as mulheres e a política LGBT na PBH. A autora observou nesta pesquisa a intersetorialidade destas duas políticas de direitos humanos com outras políticas públicas e sociais e constatou a ausência de intersetorialidade entre a política LGBT e o SUAS-BH. Porém, Dutra (2010) ressalta “a CMDH incluiu a temática LGBT no seu trabalho de formação continuada para gestores e agentes públicos e nos cursos de capacitação das equipes que atuam na SMAAS” (pg. 236)<sup>65</sup>.

Com base nisso, percebe-se que a população LGBT não é tão nova no SUAS-BH quanto a maioria das (os) respondentes citaram, pois respostas do tipo “*chegar sempre chegou*” ou “*esse público sempre existiu*” demonstram isso, mas que esta percepção de novidade está associada aos fatores citados como a reforma administrativa de 2017 e a maior interlocução da política LGBT com a política de assistência social desenvolvida ao longo dos anos conforme já apresentado no capítulo três deste texto .

O trecho da fala da respondente TMC 7, a seguir ilustra este processo que existia mas que tinha pouca visibilidade:

*“[...] isso tem sido falado muito a pouco tempo né, eu não lembro de ter sido falado, por exemplo, da forma como tem sido há uns 10 anos atrás. Hoje, agora, assim, desde que eu entrei em 2016 no serviço e na faculdade eu já tive acesso sim à política pública LGBT, só que ela ainda não tinha tantas especificidades, por exemplo, não tinha ainda indicando como é o tratamento desse público, o quê que seria mais específico para eles, como qualificar esse serviço a eles né. Isso eu acredito que seja mais atual e eu acredito que é de extrema relevância” (TMC 7).*

Ainda, vale lembrar que na mesma época da inauguração da nova sede do CRLGBT também foi publicada a Resolução nº 30 do CMAS/2017 e a Resolução 01 CNAS/CNLGBT 2018, que foram dois marcos normativos importantes de regulação do atendimento ao público LGBT para o SUAS-BH. Estes marcos normativos trouxeram a

---

<sup>65</sup> Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos- CMDH, era o nome da coordenadoria responsável pela política LGBT na PBH e Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS, conforme (Lei 9.011/2005, regulamentada pelo Decreto 11.917/2005) .

discussão da agenda LGBT oficialmente para o SUAS-BH, de forma que as denúncias de violações de direitos nos abrigos, conforme citado acima pela respondente GAC 2, passaram a ser tratadas de forma diferente, passando a acolher os (as) usuários (as) conforme o gênero que se identifica. Também foram inaugurados equipamentos públicos que passaram a atender mulheres cisgêneras e transexuais e travestis desde o início, sendo o Centro Integrado de atendimento a Mulher - CIAM<sup>66</sup> e a Unidade de Acolhimento Institucional - Abrigo de Mulheres, conforme aponta GMC 4:

*“Para nós aqui, acho que começou a aparecer mais depois do CIAM mesmo. O CIAM foi um equipamento muito importante para a visibilidade, inclusive no início tinha uma confusão que mulheres trans não poderiam ir para o CIAM, existe muito conflito dentro do CIAM com relação às mulheres trans e cis, e aí elas têm muito atrito entre elas, as mulheres cis achando que o CIAM é só delas, que não é das mulheres trans, essa coisa do equipamento específico para a mulher trans, que volta e meia é uma discussão que é recorrente de equipamentos específicos” (GMC 4).*

Ainda, soma-se a este contexto histórico em 2020, a publicação do documento que reestrutura o trabalho do CREAS, conforme citado no capítulo III, que passou a tratar o público LGBT como público-prioritário do PAEFI, conforme destacado pela respondente GMC 2:

*No PAEFI, eu percebo que, assim, é recente, deve ter uns dois anos, mais ou menos, que vem chegando encaminhamento, inclusive, de outros órgãos, como um público prioritário, assim, do que é pro serviço[...] como é um público que chega, com a violação pelo preconceito, é relativamente, um público novo pro PAEFI, porque o PAEFI ele sempre foi estruturado aqui no município de Belo Horizonte, com um público muito definido, assim, idoso, era criança e adolescente e pessoa com deficiência. E aí, quando tem essa mudança na gestão e tem o aprimoramento do CREAS, inclusive de ser, o PAEFI, com essa perspectiva do acolhimento também em demanda espontânea e também com os demais públicos que estavam em situação de violação de direitos[...].*

Face ao exposto, as evidências trazidas corroboram com o que foi sinalizado no capítulo III por Mello et. Al (2013) que o SUAS historicamente tinha um público “tradicional” e não visualizava a as identidades de gênero e sexuais dissidentes da norma como um marcador de vulnerabilidade que necessitava de especial atenção. Assim, percebe-se que passos importantes foram dados no SUAS-BH nos últimos cinco anos em relação a visibilidade do público LGBT.

---

<sup>66</sup> Disponível em: < [Centro Integrado de Atendimento à Mulher \(CIAM\) | Prefeitura de Belo Horizonte \(pbh.gov.br\)](http://Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM) | Prefeitura de Belo Horizonte (pbh.gov.br))>. Acesso em 28/04/23



### 5.3.2- A qualificação técnica dos agentes públicos do SUAS-BH na história

Nesta categoria, agregaram-se todas as respostas que evidenciaram algumas contradições entre dois papéis importantes sobre o funcionalismo público, a responsabilidade do Estado em qualificar os agentes públicos para atender a população via políticas públicas ao longo da história e também a proatividade dos agentes públicos tanto em participar do que já foi ofertado, bem como procurar se atualizar diante da dinâmica e alterações do trabalho de forma autônoma.

Tentou-se resgatar junto às memórias das(os) respondentes as formas com que se recordam que chegaram para eles (as) a agenda LGBT no SUAS-BH, considerando assim, a categoria de *“1. B- Aspectos históricos - qualificações técnica e normativas”*, sendo 65 evidências de memórias. Destas evidências, 42 demonstraram que foram ofertados cursos de formação ou qualificação aos respondentes [30], bem como ter tido acesso à documentos (normativas, orientações técnicas, protocolos, etc)[12] de forma a possibilitar o atendimento ao público LGBT usuários do SUAS-BH de maior qualificação por parte dos agentes públicos ao longo dos anos.

Assim, conforme as evidências confirmaram, tal como é papel da política LGBT na sua função intersetorial, foram evidenciados 24 respostas que afirmaram que foram ofertadas atividades de qualificações técnicas (cursos, formações, rodas de conversas, discussão de casos, intervenções técnicas, etc.), tanto presencial como online para os (as) agentes públicos gestores (as) trabalhadores (as). Assim, os trechos das falas dos quatro respondentes gestores (as) a seguir ilustram isso:

*“[...] eu fiz inclusive a formação do Centro de Referência LGBT, era aquele bonequinho, assim, né? Que fala da cabeça, do coração, é, aquilo ali acho que é muito claro e muito didático, assim, qualquer pessoa consegue entender aquilo, sabe? [...]” (GMC 1).*

*“[...] A gente até buscou uma capacitação aqui no CREAS, junto à diretoria para a população LGBT [...] assim, foi muito importante, né, porque trouxe, assim, uma bagagem de conhecimento mesmo que a gente precisava [...]”(GMC2).*

*“A equipe passou por uma capacitação com o pessoal do Centro de Referência LGBT [...]” (GMC 5).*

*“[...] e aí na época eu solicitei o Centro de Referência LGBT também, uma capacitação para os funcionários, principalmente o pessoal da recepção, que lida muito com o público, que é responsável por fazer inserção inicial, cadastro inicial das pessoas. Então eu vi a necessidade disso, na época o coordenador nos atendeu muito bem” (GAC 3).*

Corroboram também neste aspecto os trechos das (os) quatro (os) trabalhadores (as) respondentes a seguir:

*“[...] já tinha algumas capacitações nesse longo desse período de 2016 até agora, já tinha umas capacitações voltadas a esse público (TMC 7)  
Sim, a gente chegou a fazer uma capacitação, mas só que eu não vou lembrar porque já tem tempo, mas a gente fez sim. Eu, pelo menos, participei de algumas” (TMC 4).*

*“[...] a gente percebe..., que a gente consegue acompanhar essas mudanças né, a gente tá tendo uma escuta melhor, tá tendo uma proposta de diálogo maior entre os serviços, entre os serviços gestores, tem surgido algumas capacitações que tem trago pra gente essa possibilidade de nós nos entendermos melhor nesse espaço né de cuidado” (TMC 3).*

*“Tivemos, até inclusive, nós tivemos uma, vou colocar reunião, mas não é reunião, é uma qualificação mesmo, né, esqueci o nome do encontro, não vou lembrar”(TAC1).*

Ainda, constataram-se seis (6) evidências de respondentes gestores (as) e trabalhadores (as) que afirmaram terem realizados processos de qualificação junto à política municipal de saúde, indicando o histórico lugar de destaque e pioneirismo que a política de saúde ocupa quando se trata da agenda LGBT, conforme ilustram os trechos das (os) respondentes a seguir:

*“[...] mas também a saúde, o pessoal do “BH de mãos dadas”, do “Consultório nas ruas”, tem feito também uma formação sobre orientação e identidade” (GMC1).*

*“[...] o BH de mãos dadas, que sempre está conosco e faz essas atividades, faz grupos de reflexões com elas e isso faz toda a diferença” [TAC 1].*

*“[...] Eu fiz contato também na época com o “BH de mãos dadas”, foi de suma importância, deram uma capacitação pra gente, é, de grande valia, riquíssima capacitação né, de abordar melhor, trabalhou mais na vertente da redução de danos também que foi importante, que a nossa vertente que trabalha aqui também é essa, uma vez que é um público que vem com essa trajetória de dentro nas ruas, que já faz usos abusivos das substâncias ilícitas, chega também com a característica da questão da prostituição, da exploração sexual. Então é um trabalho mesmo educativo que a gente desenvolve sobre a questão da valorização do corpo né, não só no quesito da prevenção, mas a valorização mesmo da vida, de não, tentar reduzir o dano mesmo, a gente não vai sanar, mas reduzir o dano de não ver né o ato sexual, a prática sexual de maneira corriqueira, de qualquer forma e sim de maneira prazerosa e também na vertente da prevenção né, porque tem a questão das ISTs e tal [...]“(GAC 5).*

Pode-se observar a associação entre público LGBT e Prevenção à IST/HIV sendo feita pelas (os) respondentes quando lembram do “Programa BH de Mãos dadas Contra à Aids”<sup>67</sup>, pois são respostas que aparecem diante da pergunta sobre as

<sup>67</sup> Informações disponíveis em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/vigilancia/vigilancia->

qualificações oferecidas ou realizadas sobre o atendimento ao público LGBT no SUAS-BH. Este programa faz parte de uma política de prevenção em saúde em Belo Horizonte e que também oferta formações às profissionais das mais diversas políticas públicas sobre “orientação sexual e identidade de gênero” por eleger a população LGBT como um dos seus públicos-alvo devido a “comportamento de risco”<sup>68</sup>.

Insta salientar que se por um lado são positivas as interlocuções entre as políticas de assistência social e saúde neste campo de qualificação técnica, por outro lado, percebe-se que existe aqui uma linha tênue de associação entre o público LGBT e a discussão sobre identidade de gênero e sexualidade historicamente estigmatizada e atrelada à política de saúde devido à IST/AIDS. Compreende-se que mesmo sem intenção, esta associação LGBT-IST/HIV/AIDS é reforçada quando este público é eleito por uma política pública de saúde como um dos grupos prioritário e também quando os (as) agentes públicos tem memórias sobre formação e qualificação técnica sobre o público LGBT na política de assistência social associadas a programas de prevenção à IST/HIV/AIDS.

Em relação as 12 evidências sobre o acesso à documentos e normativas, em maioria, os (as) respondentes afirmaram que tiveram conhecimentos, mas não souberam citar, já os que souberam sinalizaram somente a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Decreto do Nome Social, a Resolução 01 do CNAS/CNLGBT (2018) e o Programa BH Sem Homofobia (2015):

*“[...] Isso a gente tem, é, orientado as unidades desde que né a gente tem recebido as provocações do Centro de Referência e o decreto, é, que é um decreto que foi muito utilizado inclusive para orientar os conselheiros tutelares [...]” (GAC 1).*

*“[...] dentro do que, inclusive, está previsto na tipificação, né, nas orientações aí, nas normativas do SUAS” (GMC 2).*

*“[...] veio orientação técnica com relação ao nome social, né? Como é que a gente faria o encaminhamento para que elas pudessem colocar o nome social na carteira de identidade, nos documentos pessoais, né? E isso eu me lembro de ter vindo orientação com relação a isso. Eu acho que isso é uma lei municipal. (GMC 4).*

*“[...] não sei se o nome é a portaria aqui, mas que está voltando agora, MDS, né? Dizendo a respeito, né, assim, da utilização dos espaços, né, com banheiros, Conselho Nacional, perdão. Foi até o coordenador do CRLGBT que me apresentou ela, sabe, assim, até para a gente poder discutir, para me*

---

epidemiologica/doencas-transmissiveis/bh-maos-dadas-contr-aids> . Acesso em 10/04/23

<sup>68</sup> O controle das IST se insere entre as ações desenvolvidas pela rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo um dos objetivos da Política Nacional de HIV/Aids: Princípios e Diretrizes e também da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

*subsidiar na discussão também com a instituição, né? A gente conversou bastante sobre isso” [GAC 3].*

Por sua vez, foram 15 evidências constatadas sobre “*Ausência de documentos e normativas específicas*”, em que as (os) respondentes registraram que desconheciam a existência de documentos, normativas e nunca receberam nenhuma orientação técnica específica sobre o atendimento ao público LGBT no SUAS-BH por escrito, como ilustram os trechos a seguir:

*“[...] não tenho memória de normativas específicas não [...]” (GAC 4).*

*“[...] Não, nada, não chegou normativas e orientações” (TAC 4).*

*“[...] Não, até mesmo essa questão do tratamento, nome social, a utilização dos pronomes mesmo, ou como a gente se refere, não tivemos” (TAC 10).*

Ainda, vale ressaltar que as evidências indicaram que a maioria dos (as) respondentes também se colocaram numa postura que pode ser compreendida como passiva em relação ao seu papel enquanto agente público na história ao tempo que não se movimentaram para buscar conhecimento fora do aparato estatal já estabelecido e de ofertas já existentes em relação ao público LGBT. Sobre esta postura passiva encontrada no SUAS-BH quando o assunto é população LGBT, é possível fazer um paralelo com o estudo realizado pela pesquisadora Rita de Cássia Passos Guimarães (2018) na sua tese de doutorado em Saúde Coletiva na Universidade Brasília- UNB, intitulada “*Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos (as) profissionais do SUS: Desafios para a saúde da população LGBT*”, em que se observou que os profissionais do SUS reivindicam e depositam a responsabilidade no Estado para qualificá-los a cumprir determinações que já são estabelecidas em políticas públicas e pelas próprias profissões.

Os profissionais parecem delegar ao Estado, a partir do próprio sistema de saúde, a responsabilidade por formar e capacitar os profissionais na atenção aos(às) usuários(as) da população LGBT. [...] Esses fragmentos também se aproximam da categoria “Não saber” desenvolvida por Paulino (2016) em que a culpabilização de não saber dos profissionais é da própria estrutura do sistema, transferindo para outras instâncias a responsabilidade pelo cuidado e saúde da população LGBT (Guimarães, 2018, pg. 110-111).

Contudo, pode-se afirmar que nem todos (as) agentes públicos do SUAS-BH se portaram passivamente diante das condições de “não saber” sobre o público LGBT, assim, encontrou-se oito (8) evidências que demonstram a busca por conhecimento de forma autônoma, ou seja, um perfil de proatividade desenvolvido por alguns (mas) agentes públicos, conforme trechos a seguir “*Tudo que tem aqui é a gente que busca a*

*informação, não só relacionado à LGBT assim, algumas coisas a gente que tem que correr atrás mesmo (TAC 4); bem como, “Então, o que a gente tem é da bagagem que a gente já tem da nossa experiência, né. (TMC 10); e também [...] eu fiz um curso na Federal, “Educação sem homofobia” (TAC 2).*

Aqui nesta subcategoria foram recordados por alguns(as) respondentes a relevância da formação profissional, considerando tanto o papel das universidades, bem como a diretriz de autonomia que ambas profissões de Serviço Social<sup>69</sup> e Psicologia<sup>70</sup> estabelecem em suas legislações, diretrizes e projetos profissionais. Soma-se a isso também o que é ofertado já há muitos anos pelos conselhos profissionais, como o Conselho Federal e Regionais Psicologia- CFP/CRP e os Conselho Federal e Regionais de Serviço Social - CFESS/CRESS como formações, campanhas, eventos, resoluções, documentos e diretrizes profissionais<sup>71</sup>. Como pode ser ilustrado pelo trecho do (a) respondente TAC 4: *“A última vez que eu fiz foi em 2013, lá no Conselho Regional de Psicologia, que a gente fez um curso lá com essa temática [...] mas aqui não, aqui não lembro de nenhuma, tudo que tem aqui a gente que buscou [...]”*

Sobre isso, insta salientar que as pautas relativas à diversidade sexual e de gênero não são recentes para as profissões de Serviço Social e Psicologia, visto que a população LGBT há muito tempo está presente no cotidiano de atuação destas profissões, como é possível observar nas publicações dos conselhos profissionais citadas neste texto. O CFP se posicionou ainda em 1999 contra práticas de psicologização e patologização da homossexualidade, por sua vez, o CFESS realiza desde 2006 campanhas de combate à LGBTfobia, a exemplo da “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito”. Assim, uma possível

---

<sup>69</sup> Lei 8662/1993 - Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social; Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993 -Código de Ética do Serviço Social

<sup>70</sup> Decreto nº 53.464 de 21-01-1964 Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo.; Lei nº 5.766/1971 - Código de Ética do Psicólogo.

<sup>71</sup> Podemos citar alguns exemplos na psicologia, como: a Resolução nº 01/1999, já mencionada neste texto; a Resolução CFP 01/2018, também publicada pelo CFP, estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. O documento foi baseado em três pilares: transexualidades e travestilidades não são patologias; a transfobia precisa ser enfrentada; e as identidades de gênero são autodeclaratórias. Por sua vez, exemplos no Serviço Social, como: Resolução CFESS Nº 489/2006- Versa sobre normas que vedam práticas discriminatórias ou preconceituosas por orientação sexual e identidade de gênero no exercício profissional do assistente social; Campanha "O amor fala todas as línguas", realizada pelo Conjunto CFESS-CRESS em 2006, em defesa da livre orientação e expressão sexual; Resolução CFESS/2011- Altera o Código de Ética do Assistente Social inserindo a linguagem de gênero; Resolução CFESS Nº 785/2016- Dispõe sobre a inclusão do nome social da assistente social Travesti e ou transexual nos documentos de identidade profissional; Publicação dos cadernos de combate ao preconceito- Caderno 1 e 4 (CFESS, 2016);

interpretação para este contexto que se nomeou de passividade destes agentes públicos, também pode ser uma ausência de reconhecimento destes profissionais com os projetos éticos-políticos destas duas profissões.

Por outro lado, destaca-se que neste resgate de processo histórico da visibilidade LGBT no SUAS-BH também surgiram evidências que apontam para a existência do ativismo social dos agentes públicos do SUAS-BH [9], bem como dos (as) próprios (as) usuários (as) [9]. Com base nisso, foram 18 evidências constatadas sobre “*1.C-Influência do Ativismo Social*”, em que as (os) respondentes afirmam que se recordam de alguma ação de mobilização realizada pelos profissionais ou usuários com perfil ativista ou de militância, articulados com os órgãos de defesa de direitos humanos que tiveram efeitos neste processo histórico, conforme ilustram os trechos a seguir:

*“[...] assim, eu lembro até de alguns técnicos que problematizavam muito, a Patrícia que era do PSC, assim, ali, sobre a importância, assim, em relação ao atendimento do público LGBT. Mas, assim, foi uma coisa que foi, né, a gente atendia, mas não tinha um ponto de atenção, assim, nessas questões de nome social, né, de como se dirigir mesmo ao usuário” (GMC 2).*

*“[...] naquele mesmo ano de 2019, veio aqui uma comissão de pessoas representando órgãos de defesa de direitos, movimentos sociais, pessoas do poder legislativo, então vieram vereadores também, que quando eles se depararam com essa nova realidade aqui, o pessoal até nos parabenizou, assim. Mas, na época foi uma iniciativa que eu acabei tomando mesmo de fazer e teve repercussões depois, sabe? [...]” (GAC3).*

*“[ ]E eu acho que em Belo Horizonte especificamente a gente tem um movimento um pouco mais organizado, por exemplo, das mulheres trans, então, e que é um público que está em situação de rua, mas que tem apoio de movimentos sociais, e que é um público que demanda os seus direitos, e que provoca os serviços e que incomoda, e que bate na porta e que briga na recepção, se não é chamado pelo nome social, assim, já vi isso, sabe, que tá acontecendo. Então, o que provoca um pouco, coloca esses serviços a trabalhar diante disso[...]” (GMC 1).*

Diante deste cenário geral da visibilidade LGBT no SUAS-BH ao longo da história exposto até aqui, percebe-se que as evidências apontam que os (as) agentes públicos (as) do SUAS-BH, em sua maioria, tiveram acesso tanto ao público LGBT, quanto à agenda LGBT, bem como receberam ou buscaram qualificação técnica para atender esta parcela de população usuária. Ainda, mesmo que muitos não se recordem das normativas, orientações e diretrizes existentes, as evidências indicam que os (as) agentes públicos do SUAS-BH tiveram oportunidades de acessar conhecimentos ao longo dos anos sobre orientação sexual e identidade de gênero tanto via política LGBT, via política de Saúde, também através dos conselhos profissionais e das universidades,

também por meio dos (as) próprios (as) usuárias (os) e dos seus pares com perfil mais ativista, dos movimentos sociais ou dos órgãos de defesa de direitos.

Com base no exposto, destaca-se a seguir a categoria “*I.D- Aspectos históricos- bancos de dados do SUAS-BH*”, que vão nos permitir compreender os problemas de produção estatística que existem atualmente, mas que surgiram ao longo da história do SUAS-BH e a relação deles com o público LGBT.

### *5.3.3- A história dos bancos de dados do SUAS-BH contada pelos (as) Agentes Públicos*

Conforme apresentado brevemente no primeiro capítulo deste trabalho por meio do Quadro 1, observou-se em campo que, de modo geral, existem duas realidades dentro do SUAS-BH quando se trata de instrumentalização estatística. A primeira realidade é a existência de um banco de dados oficial, o SIGPS, que é operado pelos agentes públicos dos seguintes serviços: proteção social básica ( CRAS e equipes das regionais); proteção social especial de média complexidade (CREAS, CREAS-POP Miguilim e Plantão Migrante), na alta complexidade, todas as unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como pelas gerências do nível central. Todos estes serviços que operam o SIGPS também fazem uso de ferramentas do Google drive, como planilhas no Excel ou Google docs. para organização interna.

Por sua vez existe uma segunda realidade, tanto na média complexidade - CREAS POP- como na alta complexidade - as unidades de acolhimento institucional para adultos e famílias- que ficaram à margem do SIGPS e portanto criaram seus próprios bancos de dados. Alguns são de acesso gratuito, a exemplo das ferramentas do Google drive, como planilhas no Excel ou Google docs., o que chamarei aqui de “soluções caseiras” e alguns são mais profissionais no sentido de que foram comprados softwares específicos como é o caso do C-POP (criado e gerenciado pela Cáritas Brasileira) e também o “Sistema” criado pelo Instituto de Promoção Humana e Social Darcy Ribeiro- SIPHSDR. Insta salientar que estes sistemas extra-oficiais foram criados e são gerenciados pelas entidades conveniadas do terceiro setor, assim, conforme informado pela totalidade de gestores (as) entrevistados (as), a PBH não tem gestão nestes sistemas, por isso são chamados de extra-oficiais<sup>72</sup>. Deste modo, o ciclo da

---

<sup>72</sup> Insta salientar que o que consta no quadro 1 são os bancos de dados extra-oficiais que foram analisados nesta pesquisa, é possível que haja mais sistemas extra-oficiais. É importante ressaltar que foram

informação com estes serviços acontece historicamente somente via relatórios, em especial relatórios mensais do PPAG<sup>73</sup> e Relatórios trimestrais de Execução do Objeto - REO<sup>74</sup>

Diante disso, foram coletadas 61 evidências que permitem contar essa história sobre os bancos de dados no SUAS-BH em geral, e a história dos campos de orientação sexual e identidade de gênero neles. Assim, as respostas dos(as) agentes públicos entrevistados (as) apontaram, em sua maioria, que há dois principais motivos em haver uma diversidade de bancos de dados extra-oficiais. O primeiro motivo é porque o SIGPS não avançou na sua implantação por questões estruturais e dificuldades da PBH, por meio da Prodabel, assim, a alta complexidade ficou por último e não avançou até hoje. O segundo motivo citado foi devido ao fato de que a alta complexidade do SUAS-BH é executada pelo terceiro setor, e as dificuldades de implantação foram próprias da relação entre Estado-terceiro setor. Estes dois principais motivos citados em relação às restrições de acesso ao SIGPS pelo terceiro setor culminaram na criação de diversos bancos de dados extra-oficiais.

Apresenta-se a seguir as duas subcategorias, “*Memórias e marcos sobre o SIGPS*” e “*Memórias e marcos sobre os bancos de dados extra-oficiais*” foram analisadas juntas, pois se complementam na construção do texto. Conforme já apresentado nos capítulos anteriores, o SIGPS começou a ser executado em 2008, contudo, nunca teve uma regulação, ou “*certidão de nascimento*” conforme citado pela respondente GGS1 está sendo criada com essa finalidade. Esta gestora ressaltou que este banco de dados está passando atualmente por uma fase de alterações e adequações importantes, assim, relatou um pouco dessa história:

*[...] Ele foi criado em cima de uma tecnologia que não existe mais, alguns termos técnicos, assim, não existe nem a empresa da tecnologia, então ele tem tido dificuldades de evolução, então, de qualquer atualização, qualquer assim, um trabalho que às vezes não dá certo pra gente melhorar, tornar mais ágil, mais leve. [...] até hoje tem 16 anos o SIGPS não tem normativa, o SIGPS tem documentação técnica, então, o SIGPS ele tem um legado que está em 16 anos de uso, ele tem um banco de dados e aí essa instrução*

---

analisados os sistemas que foram os mais citados pelos (as) gestores. .

<sup>73</sup> Relatórios de monitoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, atendendo ao que dispõe o artigo 12 da Lei nº 11.337, de 30 de dezembro de 2021, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG 2022-2025 da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

<sup>74</sup> Conforme obrigações de prestações de contas e cumprimento de metas previstas na lei ordinária nº 13.019 de 31/07/2014, conhecida como Marco Regulatório do Terceiro Setor, estabelece regime jurídico de parcerias voluntárias que visa disciplinar a relação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, com as organizações da sociedade civil.



*normativa, ela é justamente para deixar essa certidão de nascimento SIGPS, porque ele não vai morrer, e mesmo que ele morra enquanto uso, o banco de dados dele continua e a gente continua acessando o histórico de informação, sabe? Então, assim, tem as tabelas, né, que ficam lá no banco de dados elas vão continuar sendo acessadas por uma série de coisas. Então a gente precisa ter é, o SIGPS não é instituído no município, Isso é uma falha desses 16 anos de uso do SIGPS. Se você procura sobre o SIGPS o que a gente tem? documentação técnica... “ ele é construído em Java, é feito. Não sei como parará, parará. É isso que ele tem”... , então essa instrução, ela está vindo por 2 motivos. O primeiro é esse assim da gente ter normatizado algo que é histórico do município, de uso e para a gente manter a integralidade desse banco de dados. E o outro ponto é, se a solução for uma migração do SIGPS, por exemplo, por uma base mais atual, a gente vai continuar utilizando a mesma estrutura. Então, como a gente não sabe qual vai ser a opção, a gente resolveu normatizar, porque ele não tinha, ele precisava ter, e também porque a gente não sabe qual que vai ser essa solução, né?*

Conforme citado pela respondente acima, compreende-se que o SIGPS está num momento em que se discute a sua migração ou substituição. Uma possível interpretação deste cenário de muitas incertezas em relação ao futuro dos bancos de dados no SUAS-BH pode ser que a ausência de normativas que regulem este sistema contribuiu para que o mesmo não fosse prioridade nas ações de informatização da PBH até o momento. Outra interpretação que parece razoável é que as políticas sociais historicamente são as ultimas a ter investimentos públicos, assim, pensando numa lógica neoliberal o SUAS de fato não é prioridade para o Estado.

Sobre as memórias em relação ao uso do SIGPS na alta complexidade, as respondentes a seguir destacaram que existiam alguns protocolos criados para que começassem a funcionar, mas que não avançaram:

*[...] Não é que não utilizava, não avançou na implantação do SIGPS, ela foi na básica e foi na média, e eu sei que não é sem problemas, mas lá no início, quando começou, não avançou. Ele parou antes de acabar, antes que conseguisse concluir na alta complexidade ele parou, então parou, nós não conseguimos implantar o SIGPS, né, a secretaria não conseguiu implantar o SIGPS [...] não sei [o motivo], isso foi anterior, anterior à minha chegada na gerência. Eu não sei qual foi a decisão, que aconteceu assim na gestão desse, da implantação do programa que ele parou... Eu não sei te dizer [...] Eu imagino que alguma coisa no processo de implantação, que não deu tempo, alguma coisa de contrato ( GAC 4).*

*[...] quando eu cheguei aqui nós tínhamos três protocolos, um no abrigo Maria-Maria, um no Abrigo São Paulo e um no Abrigo Pompéia, que eram pilotos e que começou a treinar as pessoas pra fazer, só que isso parou em 1900 e antigamente. Quando eu cheguei ninguém utilizava, então eu solicitei capacitação onde já tivesse o protocolo pra gente começar a trabalhar e implantação onde não tinha, era começo de 2019, mas eles eram bem antigos já, há muito tempo tinham sido feitos e ficaram paralisados, não utilizados e aí eu solicitei, mas essa pauta: “Ah, vamos colocar pra 2020. Ah, pra 2021. Ah, pra 2022” e até hoje não definiu [...] Na verdade, a gente nunca chegou a utilizar [o SIGPS], foi feito um teste piloto desses três*

*protocolos do Maria-Maria, no Pompéia e no Abrigo São Paulo muito tempo atrás, eu acredito lá pela época de 2012, mais ou menos. Quando eu cheguei estava totalmente parado e solicitei, mas continua parado. De adultos e famílias não [ nunca funcionou] (GAC 2)*

*[...] o uso do SIGPS seria ideal, tanto que quando a gente precisa de uma informação do SIGPS, a gente aciona a nossa gerência . [...] A gente já fez todo o procedimento, já mandamos a documentação, mas não vai para frente sabe, já foi até pauta de, de GT do técnico e parece, pelo que eu me recordo, falaram que não era, não dependia deles, da nossa gerência, foi uma conversa mais ou menos assim sabe (TAC 4)*

Corroborando com estas memórias sobre o SIGPS, a respondente GAC6 relata que chegou até ela informações de que seria treinada para usar o SIGPS e que o acesso ao SIGPS tinha limitação de CPF pelos agentes públicos do terceiro setor:

*[...]eu lembro, logo quando eu entrei no Tia Branca, cogitaram ter uma capacitação pra usar o SIGPS [...] Nessa época, uns 6 anos atrás, o único... tinha um acesso, assim, bem minimizado do SIGPS que eram os técnicos que atendiam o migrante. Que faz uma vinculação com o posto social do migrante, com as pessoas que eram acolhidas na ala migrante do Tia Branca. Então, tinha, assim, um mínimo acesso, sabe? um acesso bem exclusivo. Uma, duas pessoas não era... não utilizava na rotina. [...] E teve um momento que iam estender, mas, por fim, eu lembro que teve algo, assim, que tinha um limite de cadastro de CPF, não conseguia estender dentro de... que não tivesse na base, Então, foi uma questão assim, sabe? (GAC 6).*

Por sua vez, a respondente TAC6 reitera que a restrição do acesso ao SIGPS advém da histórica relação entre Estado-terceiro setor:

*[...] pelo que nos é passado, como nós somos OSC, a gente é indiretamente convidados a executar a política pública e o SIGPS é um instrumento da prefeitura, ficaria muito caro pra prefeitura disponibilizar esse acesso para as OSC, que então assim deu na verdade uma autonomia que eu não concordo, cada OSC tem um sistema e eles não dialogam (TAC 6).*

Diante deste cenário apresentado pelas (os) respondentes acima que então foram criadas as “soluções caseiras”, conforme destaca a GAC2 “[...] como não podia ficar refém dessa situação, eu criei um próprio sistema de registro, Google Forms, planilhas do Google Drive”. Ainda, diante destas dificuldades em relação ao uso do SIGPS, comprou-se outros bancos de dados, como reiteram as respondentes a seguir:

*[...] Eu acho que, assim, inicialmente deve ter sido alguma dificuldade mais objetiva mesmo, de não conseguir licença no sistema, de não conseguir instalar o sistema lá no equipamento, e aí o Centro Pop, por exemplo, criou um sistema próprio, o C-POP, que é melhor que o SIGPS, que é mais eficiente, então, assim, as entidades foram dando o seu jeitinho, acho que por conta inicialmente de burocracia mesmo, sabe? GMC 1).*

*[...] E aí, o Darcy Ribeiro investiu em um sistema, e a gente também não procurou mais. Então, não foi pra frente, essa questão de ter que fazer capacitação pros funcionários, pros técnicos, pra utilizar o SIGPS e cadastrar o CPF como usuário. E depois isso se rompeu [...] (GAC 6).*

Por outro lado, a respondente GAC4 destaca que este histórico “*de dar seu jeitinho*” traz prejuízos para a gestão da informação hoje:

*[...] então a gente precisa de ter a informação, então, cada instituição acabou se organizando para ter o seu... e aí quando a gente precisa de uma informação, vou te contar, é um Deus nos acuda, não adianta eu brigar, já briguei tanto assim. Eu queria muito que tivesse o SIGPS na alta complexidade, porque eu trabalhei muito com ele na média e era muito, muito bom. Eu gostava muito do que a gente conseguia extrair [...] a gente conseguia fazer gestão nas nossas pautas no apoio técnico a partir dos dados e na alta a gente não consegue fazer isso...mas eu tenho esperança de que isso aqui, esse cenário mude. Então, quando a gente precisa dar informação, a gente tem que ligar para a unidade e a coordenação da unidade vai em busca dentro daquele sistema que ela tem, daquelas informações específicas que a gente está pedindo (GAC 4).*

Sobre este cenário exposto, a entrevistada GGS1 informa que vem sendo discutida pela gestão do SUAS-BH estes problemas e que é sabido que a gestão da informação precisa ser melhorada e soluções precisam ser dadas:

*Essa solução quem vai nos dar esse conjunto de atores, inclusive o grupo de trabalho de tecnologia, informação e comunicação da prefeitura, ele e a Prodabel, porque tem uma série de critérios técnicos que são exigidos que a gente não pode simplesmente contratar qualquer coisa do mercado. É, é muito rigoroso, inclusive com relação ao banco de dados. Né? Porque a gente... O banco de dados, ele precisa estar no ambiente da prefeitura...E para a gente poder manipular, fazer uso da informação, porque nós que somos donos deles, né? Então a gente precisa seguir vários critérios rígidos mesmo buscar uma solução.Se fosse fácil [...] (GGS1).*

Com base nas evidências apresentadas acima, percebeu-se que alguns respondentes são mais otimistas em relação a alteração deste histórico e melhorias futuras em relação ao ciclo da informação, contudo, a maioria sinalizou que já nem esperam mais por isso, já que criaram bancos de dados que atendem suas demandas. Uma possível interpretação deste cenário exposto remete a um descrédito da maioria dos (as) agentes públicos (as) na produção e gestão da informação do SUAS-BH.

Ainda, observa-se que estas dificuldades históricas sinalizadas pela maioria dos (as) respondentes podem ser compreendidas como problemas de Governança Digital, conforme destaca Santos (2018, pg.7) sobre este termo “[...] governança digital é a utilização, pelo setor público, de Tecnologias da Informação e Comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais

responsável, transparente e eficaz”<sup>75</sup>. Esta discussão será retomada mais adiante quando tratarmos dos aspectos estruturais e culturais.

#### 5.3.4 - A história dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH

Neste contexto, insta salientar que os campos de orientação sexual e identidade de gênero existem no SIGPS desde a sua criação e passou por modificações em 2019, conforme supracitado no capítulo três. Por sua vez, foram coletadas 24 evidências que apontam para a *“ausência de formações, documentos e normativas específicas”* para o preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero. Conforme ilustrado na fala da respondente TMC 4: *“[...]a gente faz um minicurso geral... Acho que quando eu fiz, quando eu entrei há 4 anos atrás, foram três dias desse minicurso do SIGPS, mas nada focado [...]”*. Assim, desde 2006 estes campos existem mas eram pouco utilizados e a maioria dos respondentes afirmaram que nunca receberam orientações técnicas específicas para os preenchimentos destes campos, e portanto, nunca houve padronização na coleta, tanto na forma quanto na relevância em fazê-la.

Por sua vez, foram coletadas 5 evidências de respondentes que afirmam que em algum momento houve *“formações, documentos e normativas específicas”* para o preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero. A respondente TGS1 foi a única que conseguiu citar um documento, conforme destacado a seguir: *“[...] tinha uma produção que era do governo federal, que era, acho que só um folderzinho, assim, que esqueci o nome, não sei se era SUAS sem homofobia. Acho que era uma coisa assim”*. Acredita-se que a respondente está falando sobre os materiais produzidos pelo Programa Brasil sem Homofobia, pois em 2006 quando o SIGPS foi criado ainda não existia SUAS, assim, foi com base neste material que os campos de orientação sexual e identidade de gênero foram inseridos no SIGPS.

Sobre este contexto, somente duas entrevistadas (TGS 1 e GGS 1) conseguiram falar do processo histórico do SIGPS em relação a estes campos, pois participaram deste momento. Conforme ilustrado na fala da TGS 1, em meados de 2019 houve um

---

<sup>75</sup> Este conceito de governança digital é utilizado a nível federal desde 2016 quando foi lançada a Política e da Estratégia de Governança Digital (EGD) pelo governo federal do Brasil, através do Decreto Federal Nº 8.638 de 15 de janeiro de 2016. Em Belo Horizonte-MG existem estratégias de governança digital por meio do programa Cidade Inteligente, que tem por objetivo “evoluir a infraestrutura tecnológica como base de uma gestão integrada entre as diversas áreas da administração”. Disponível em: <Cidade Inteligente | Prefeitura de Belo Horizonte (pbh.gov.br)>. Acesso em 26/04/23.

reconhecimento da gestão do SUAS-BH sobre a necessidade de elaboração de orientações técnicas específicas para o preenchimento destes campos, assim, foram realizadas algumas ações que estão no âmbito da função da vigilância socioassistencial (com 6 evidências), mas que não avançaram nesta pauta até hoje:

*Mas isso, na verdade, veio de uma demanda que estava colocada no planejamento, que, se não me engano, isso era chamado de “trabalhar o público prioritário”. Então, é, a ideia era ter alguns produtos que tratassem de questões específicas, ao gênero e a identidade étnica racial. [...] Então, é nós fizemos uma reunião, eu não tenho a data certa, mas eu creio que em 2019 com várias pessoas, da direito e cidadania, do gabinete, da diretoria de políticas pra população LGBT, e políticas de promoção da igualdade racial e o foco da reunião foi a produção no futuro, de orientações técnicas para que serem direcionadas a trabalhadoras e trabalhadores, né? É? Sobre os Campos de raça cor, né? e os campos que haviam lá que não tem o nome que tem hoje, que a identidade de gênero e orientação sexual, né? É construir essas orientações técnicas esse era o propósito. Aí nós realizamos uma reunião, assim, mais preliminar, né? Para acolher algumas, é impressões iniciais com os gestores da direito e cidadania, né, para tirar algumas questões do SIGPS, mas a partir dessa reunião ficou definido que no que se refere à igualdade racial como campo, já estava na forma como raça e cor é coletado nos órgãos públicos de modo geral, pelo IBGE e a gente já poderia construir essa é orientação técnica para preenchimento do quesito no SIGPS. É no que se refere às questões de gênero e orientação sexual, os campos não condiziam com que é adotado comumente como orientação de gênero, como identidade de gênero, orientação sexual, então precisava de ter uma mudança dos campos do SIGPS. Aí, então, acho que inicialmente a gente tocou a orientação técnica do quesito raça/cor, é, a especificidade de colher o quesito raça/cor na assistência social, né? Porque tem que ser autodeclarado, como é também é a identidade de gênero e orientação sexual, né? A pessoa que diz a identidade dela né...Mas tem suas peculiaridades, tem as crianças em acolhimento institucional, etc né? etc, uma série de questões...Mas então foi produzida essa orientação técnica, e aí, antes de produzir orientação técnica sobre identidade e orientação sexual a gente tinha que fazer a mudança dos campos...Então nós fizemos uma reunião aí quando a gente começou, era a Chaynara, que era diretora, aí depois, aí já era Carlete. Então realizamos reunião com Carlete pra gente entrar em acordo como seriam os campos, né, então?Teve a alteração do campo, que era sexo masculino, feminino, e passou a ser gênero/sexo. E a mudança no campo, orientação sexual e mudança no outro campo identidade de gênero, nós combinamos como seria. Essa reunião que a gente fechou como ficariam os campos foi realizada em janeiro de 2020, com a Carlete. E aí a gente ia depois da alteração, porque aí tem que a empresa que estava contratada para fazer melhorias no SIGPS que tinha que fazer essas mudanças, então ela realizou e depois a gente ia passar para a discussão da orientação técnica, né? Que é uma orientação que a gente também ia fazer em conjunto. A ideia que fosse distribuída para todos trabalhadores e trabalhadoras, né?, para aprimorar o preenchimento, aprimorar assim quantitativamente, mas preenchimento qualitativamente para a gente ter a certeza que aquilo que o cidadão, a cidadã, estavam respondendo, a forma de perguntar tava de acordo com o que era estabelecida na política para a população LGBT. Só que aí não teve. Nós pedimos uma reunião com a Carlete e tal é, parece que ela não deu algum retorno, mas também por parte das Gerência, não houve também nenhum novo contato para realizar de fato essa orientação técnica. [...] Então eu percebo que essa pauta de trabalhar o público prioritário, não é tão prioritária assim, né? [...] (TGS 1)*

Por sua vez, a respondente GGS1 corrobora com a fala citada acima, dizendo que houve uma tentativa de alinhamento conceitual em relação a estes campos de orientação sexual e identidade de gênero, pois, os campos apesar de existirem não estavam de acordo com as prerrogativas da política LGBT, tampouco havia atenção para a atualização de dados no módulo cadastral:

*[...] Historicamente, assim, o Sigps, ele não tem uma atualização deste módulo cadastral, eu acho que é um trabalho que a gente tem tentado fazer agora de vigilância ao destacar a importância, né, da informação, também reforçar a necessidade que os dados sejam atualizados de forma regular e contínua...então o módulo do SIGPS, né? Do cadastro, ele migra um conjunto de informações de uma base de dados muito maior, que foi uma base dos censos de 2010. A gente tem mais de 2 milhões de pessoas, ou seja, quase a população inteira de Belo Horizonte no sistema...e a partir do momento que é os serviços assistenciais, eles passam a atender ou acompanhar, né? Cidadãos dessas famílias, essas informações, elas deveriam ser atualizada....Muitas vezes ela é atualizada no primeiro momento, mas depois ela não tem, não passa uma nova atualização. [...] logo quando eu cheguei em 2020 a equipe já estava fazendo todo esse trabalho de estruturação do sistema da informação do SIGPS, de forma que ele pudesse contemplar, né, tanto as questões da orientação sexual quanto a identidade de gênero, porque o sistema, ele refletiu o que tem nos outros sistemas de informações que é trabalhar com a informação de sexo biológico. Então, a [gerência] buscou um trabalho em interface com a SUDC para compreender um pouco o que seria necessário constar nestes sistemas, estar alinhado mesmo conceitualmente... assim, pra inclusive definir as opções que poderiam estar ali, então houve todo um estudo iniciado dentro deste ponto de vista, e aí a gente conseguiu neste primeiro momento fazer a adequação com o cadastro cidadão no SIGPS para que pudesse constar é... esses dois novos campos né... e aí com seus conjuntos e o seu rol de opções que pudesse contemplar a maior diversidade possível de informações... o intuito seria a gente a partir dessas atualizações do sistema partir para a parte prática mesmo, que é produzir orientações técnicas, conduzir apoios técnicos para reforçar é esse registro da informação.*

Por sua vez, insta salientar que os campos de orientação sexual e identidade de gênero não foram inseridos nos bancos de dados extra-oficiais do SUAS-BH desde o início do processo de informatização em 2006, e posteriormente em 2018 foi inserido somente o campo “identidade de gênero”. Ainda, conforme citado pela maioria das (os) respondentes (as), estes sistemas foram espelhados nas informações que são exigidas nos relatórios do PPAG e no REO, assim, pelo fato de não constar o campo “orientação sexual” nestes relatórios, os bancos de dados criados também não o inseriram. Estes artefactos tecnológicos estão em desacordo com a Resolução CMAS/BH Nº 030/2017 e a Resolução nº 001 do CNAS/CNLGBT/2018, que destacam a necessidade da garantia do registro dos campos de orientação sexual e identidade de gênero.

Com base no exposto, observa-se que o cenário é de que alguns avanços foram realizados entre os anos de 2019 e 2020 na discussão da produção de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH, mas que não avançaram sob o argumento de que outras agendas foram sendo prioritárias durante a pandemia do COVID-19. Sobre este aspecto de priorização de agendas governamentais, observa-se o que foi discutido logo no início deste trabalho sobre a cultura dos problemas públicos (GUSFIELD, 1981; CAPELLA, 2006; SILVA & MELO, 2000; SOUZA, 2003), assim, interpreta-se que a priorização e a implementação de agendas no campo LGBT podem ser parte deste jogo político de barganhas e negociações.

Por fim, percebe-se um cenário paradoxal, por um lado a população LGBT é eleita como público-prioritário e isso é um avanço inegável, por outro lado, não se percebe um lugar de prioridade na fala das (os) respondentes em relação às ações desenvolvidas. Uma interpretação possível para este paradoxo são as dinâmicas estatais em relação ao público LGBT e um processo de aquisição de visibilidade LGBT que ainda caminha a passos lentos, ainda distante de se constituir como tal.

#### **5.4) Aspectos estruturais da (in)visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH**

Em relação aos aspectos estruturais, foram agrupadas todas as respostas das (os) agentes públicos(as) entrevistadas (os) que apontaram barreiras, clivagens ou pontos de conflitos que são estruturais, institucionais ou organizacionais que denotam entraves para a visibilidade estatística da público LGBT no SUAS-BH. Desse movimento, coletou-se 228 evidências que dizem ser de aspectos estruturais, como: questões operacionais em relação aos bancos de dados; oferta insuficiente de qualificação técnica, orientações e normativas específicas; relações entre o Estado e o terceiro setor; instrumentalização estatística e a função da vigilância socioassistencial.

Desta forma, o Quadro 7 mostra as evidências para cada categoria de aspecto estrutural, acompanhada da quantidade de subcategorias (nas linhas) e da quantidade total de respondentes que as mencionaram (em colchetes), seguindo o mesmo padrão da categoria já anteriormente apresentada.

**Quadro 7 - Aspectos estruturais da (in)visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH**

<b>Categorias de Aspectos estruturais e nº de evidências</b>	<b>Subcategorias e números de evidências</b>	<b>G</b>	<b>T</b>
<b>E- Dificuldades operacionais em relação aos banco de dados do SUAS-BH [75]</b>	<i>E.1- Problemas de ordem técnica do SIGPS [24]</i>	8	16
	<i>E.2-Diversos Bancos de dados [24]</i>	9	15
	<i>E.3-Dificuldades no processo de registro de dados informações [27]</i>	10	17
<b>F- Oferta insuficiente de qualificações, orientações técnicas e normativas [72 ]</b>	<i>F.1- Ausência de cursos, atividades formativas e educativas específicas [24]</i>	10	14
	<i>F.2- Ausência de documentos, normativas, orientações e instruções técnicas específicas [26]</i>	12	14
	<i>F.3 Ausência de alinhamento entre os serviços/agentes públicos [22]</i>	9	13
<b>G- Dificuldades na relação entre o Estado e Terceiro Setor [33 ]</b>	<i>G.1- Execução indireta [16]</i>	9	7
	<i>G.2- Vínculo trabalhista [13]</i>	8	5
	<i>G.3- Instituições religiosas [4]</i>	3	1
<b>H- Contradições entre a instrumentalização estatística e a função da vigilância socioassistencial[48]</b>	<i>H.1- Os números importam! [28]</i>	11	17
	<i>H.2- Dificuldades em relação a execução da vigilância socioassistencial [20]</i>	10	10

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Observando-se as categorias de aspectos estruturais é possível constatar um conjunto de quatro (4) categorias e 11 subcategorias de evidências distintas que dificultam a visibilidade estatística da população LGBT no SUAS BH atualmente.

#### *5.4.1 - Dificuldades operacionais dos bancos de dados do SUAS-BH*

Diante do cenário apresentado de aspectos estruturais, os problemas relacionados com a categoria “*Dificuldades operacionais em relação aos bancos de dados SUAS-BH*” foram os mais citados pelos respondentes, atingindo um total de 75 evidências. Dentre estas dificuldades citadas pelos respondentes, 24 são “*Problemas de ordem técnica do SIGPS*”, ou seja, agrupou-se nesta categoria respostas que percebem o SIGPS como: ineficiente; precário, lento e arcaico; com excesso de informações desnecessárias e campos não obrigatórios; pouco objetivo; burocrático; e com acesso



limitado ou negado aos serviços. Para ilustrar o estágio em que se encontra o SIGPS sob a ótica dos agentes públicos, o (a) respondente TMC 6 relata:

*Pensar no SIGPS, é uma loucura. É uma ferramenta, não vou dizer inútil, né? Porque, eu estou sendo muito sincero assim nessa questão do SIGPS, porque acaba que os SIGPS não te proporciona informações concretas. Assim não é um sistema fácil de acesso, fácil assim, de que você consiga acessar e que as informações que são ali prestadas não são informações objetivas, assim, às vezes tem campos de mais, é, isso dificulta o trabalhador ir sinalizando as informações que são obtidas a partir da fala dos usuários. Então é um sistema complexo, difícil [...] o sistema é de uma precariedade ... e a gente não tem acesso assim, eu quero saber, pegar uma informação do usuário. Eu não consigo. A gente não consegue ter esse dado assim, com uma facilidade maior, até pra tirar o relatório às vezes assim, é a opção de tirar um relatório, “ah quero tirar um relatório anual dos atendimentos da regional [tal]”. Então isso é complicado também, sabe? Então eu é um sistema que, na minha opinião, eu acho que deveria ser simplificado, deveria ser atualizado, até visualmente acho que ele poderia ser melhorado, sabe assim, e acho que não tem investimento do poder público pra poder melhorar esse sistema. Eu acho que a Prodabel poderia fazer um trabalho melhor, para facilitar e na verdade, eu acho que o trabalhador tem preguiça do Sigps, sabe? Assim quando você tem que acessar, é um sistema, assim que às vezes demora para abrir uma aba, eu quero sair daqui, quero ir na outra e demora. Quando é o momento da gente lançar uma informação que ela seja qualitativa e aquilo vai rodando, rodando, rodando, rodando, rodando até conseguir abrir, então isso gera na gente ansiedades e questões, sabe? Eu acho que é um sistema que precisa todo ser, todo reformulado, morrer e nascer de novo. To sendo muito, muito, muito, muito sincero.*

Corroborando com essa afirmação a (o) Respondente TMC1 que cita também sobre os campos de identidade de gênero e orientação sexual entrarem nesse bojo de dificuldades em trabalhar com um sistema repleto de problemas operacionais:

*[...] eu acho que o sistema SIGPS ele tá ultrapassado, ele não é funcional, sabe, e aí quando a gente preenche se torna algo até enfadonho e aí cai em algo que eu preencho no automático, não tem um critério, às vezes... concentração, esse ponto da identidade de gênero que é tão importante fica né. Então eu acho assim, deveria melhorar esse sistema, mas deixar de uma forma muito mais específica assim, até mais visível. Não sei se você já percebeu que ele fica bem assim..., eu não acho ele, que ele destaca muito não. Tem o nome, aí tem o nome social aqui, antes nem tinha, que eu lembro que não tinha e eu acho que fica muito apagado isso, assim, eu acho que isso devia ficar mais em evidência, entendeu?*

Percebe-se que uma barreira enfrentada pelos agentes públicos, conforme foi destacado na seção anterior pela GGS1, é o fato do SIGPS ter sido desenvolvido em gerações passadas, com tecnologias que não existem mais e carece de soluções administrativas sobre o futuro da gestão de dados e informações no SUAS-BH.

Assim, estes problemas operacionais identificados em relação ao SIGPS corroboram com a existência hoje de uma “*diversidade de bancos de dados no SUAS-BH*”, que por sua vez são artefactos tecnológicos com gestões diferentes e que os dados

não se entrecruzam. Deste modo, foram 24 evidências coletadas sobre esta problemática identificada pelos respondentes, conforme ilustra o trecho a seguir:

*Então assim é, nós [IPSH-Darcy Ribeiro] temos um sistema, a ADRA tem outro sistema, a Cáritas tem outro sistema e a prefeitura tem outro sistema, e esses sistemas não dialogam. Que aí eu acho que ainda falta um meio, sabe de unificar o sistema, que o sistema seja único [...] Então a gente tem esse déficit, sabe? Então, assim, as informações, elas não são complementares, a gente não consegue...[...] eu sinto muito falta de uma sistematização mais contundente da produção de dados e eu sinto falta disso nos instrumentais também. (TAC6)*

A maioria dos (as) respondentes sinalizou que a existência de um sistema de informações unificado no SUAS-BH é algo fundamental para a boa execução do trabalho de modo geral, a ausência disso tem tornado o trabalho moroso e excessivamente burocratizado, pois os (as) agentes públicos têm que realizar uma busca artesanal de informações, além de que muitas informações se perdem ou ficam endógenas. O trecho a seguir ilustra isso:

*[...] é muito ineficiente e é isso, por exemplo, se eu quero conversar com a Adra ou quero conversar com a Cáritas? Eu consigo fazer isso através só de um estudo de caso que ele vai trazer as informações que ele tem lá ou se às vezes eu preciso saber alguma informação, eu preciso entrar em contato com o CREAS para me informar, mas aí tem toda uma questão também que a gente sabe que que tem uma...barra, que é institucional mesmo, tem coisas que você consegue acessar coisas que você não consegue acessar e então isso acaba burocratizando demais as informações (TAC6).*

Corroborando com esta análise também o trecho do respondente TAC5:

*O ideal seria acessar o SIGPS, tanto que quando a gente precisa de uma informação do SIGPS, a gente aciona a nossa gerência, a gente aciona o João ou o Renato pra fazer uma consulta, quando a gente precisa pra saber por onde o usuário passou ou a gente acessa o Centro de Saúde pra informação de saúde nesse sentido assim [...]*

Com base nisso, observa-se que até o momento o SUAS-BH não tem sido prioridade para a PBH em relação à sua política de governança digital, pois consta no sítio institucional<sup>76</sup> que a cidade ocupou em 2018 o 7º lugar geral no ranking *Connected Smart Cities*, elaborado pela Urban Systems. Este ranking avalia a integração entre mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança em diversas cidades brasileiras, contudo, não é o que se observou no SUAS-BH nesta pesquisa.

<sup>76</sup>Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/cidade-inteligente>>. Acesso em 26/04/2023

Ainda, observou-se que neste cenário de “desgovernança digital” no SUAS-BH, além dos bancos de dados não se serem unificados também estão incompletos em relação aos campos de orientação sexual e identidade de gênero, conforme demonstra o trecho da respondente TAC 6, a seguir:

*[...] Isso não é pensado, sabe? Por exemplo, quando eu estou preenchendo o cadastro de uma família que chega aqui, eu vou preencher só a identidade do gênero no sistema, por exemplo, eu tô lá fazendo, acolho uma família, fazendo o cadastro pra família não tem orientação sexual, só tem identidade de gênero, sabe? Então falta ter, é os instrumentais completos que ali possa produzir, além de dados, mas possa produzir para aquela pessoa, também o lugar que ela se identifica, né? Porque é como se você anulasse aquilo que ela quer ser, né? E você colabora com isso quando você não tem essa sensibilidade de pensar nesses instrumentais?*

Cabe ainda destacar que, mesmo que os sistemas das OSC tivessem os campos de orientação sexual e identidade de gênero para preenchimento, estes dados ficariam endógenos, pois, conforme ilustrado pela respondente TAC 5, somente é compartilhado com a gestão do SUAS-BH o que é solicitado via PPAG:

*[...] esse sistema aqui ele não gera, ele é um sistema, é um instrumental, do Instituto, ele não gera nenhum tipo de dado, o que gera o dado pra Prefeitura e que né precisa, é o PPAG. Aí eu vou te mostrar o nosso PPAG, não tem nada nesse sentido. Olha só, esse aqui é o nosso, é o que a gente preenche pra coordenação, a gente passa esse registro pra coordenação, pra coordenação preencher o PPAG. Eu não tenho acesso ao PPAG especificamente, mas o instrumento que eu tenho, instrumental é esse aqui e como você pode ver não tem nada relacionado à LGBT.*

Neste aspecto fica clara a compreensão de grande parte das (os) respondentes que estas barreiras estruturais citadas não dizem apenas de produção de números e de governança digital, mas do reconhecimento da existência do grupo LGBT nos serviços socioassistenciais, conforme sinaliza Pedra (2020)

*Uma das dificuldades centrais para que o poder público observe a ineficácia de suas ações está no modo como “reconhece” as identidades dissidentes de gênero e sexualidade, não admitindo a coabitação das diferenças, mas sim seu apagamento. Isso, inevitavelmente, não apenas cria barreiras para o acesso à cidadania, como também encontra “no indivíduo o início e o fim de todas as explicações para determinadas exclusões”.*

Outros aspectos estruturais também foram sinalizados pelos respondentes em relação aos bancos de dados, categorizados como “*Dificuldades no processo de registro de dados informações*”. Assim, foram citadas 27 evidências pelos respondentes que dizem de dificuldades em relação à recursos humanos, materiais e de infraestrutura, ou seja, muitas vezes os (as) agentes públicos (as) não lançam os dados devido a

sobrecarga de trabalho, falta de tempo, falta de insumos como computadores, internet ruim ou lenta. Conforme ilustram as (os) respondentes a seguir:

*[...] mas até pra gente poder tratar esses dados e depois tratar esses dados no SIGPS, às vezes falta até tempo para isso. Eu falo assim porque a gente, falei SEAS, mas na verdade o CREAS né, nesse momento que tem que fazer os registros eles precisam de ter um tempo né e isso também é trabalho. Estar na rua com o usuário, no serviço, é um trabalho, mas isso também é o trabalho porque é isso que vai né possibilitar investimentos, atenção às demandas dos usuários né, enfim (TMC 3).*

*[...] principalmente se tivesse um computador na sala de atendimento. Que aí a gente conseguiria fazer esse registro e otimizar muito o nosso tempo. Então é o retrabalho, aí você vai, fora todo o planejamento da sua semana, do dia, que a gente acompanha, então você tem que planejar o que você vai fazer com cada família que a gente atende. Então não é fácil não. (TMC 9).*

Assim, também foram sinalizadas dificuldades como preencher vários instrumentais diferentes que causam retrabalho, dados que se perdem nesse processo devido ao uso de instrumentais físicos (papel) e digitais, bem como a dinâmica de cada serviço que eventualmente realizam atendimentos pontuais (especialmente nas ruas), não coletam todas as informações na primeira entrevista e depois não se encontram mais com a/o usuário (a) para finalizar o cadastro. O trecho a seguir ilustra este cenário:

*[...] uma dificuldade, também é de ter muitas informações que se perdem. Às vezes o técnico lançou aquela informação, porque você tem um período de tempo que você pode lançar, se você lança fora daquele período, não salva. Então assim é de perdas mesmo assim. [...] por exemplo, se você pega um cadastro de uma família físico, você vê lá que tem vários atendimentos que estão no cadastro físico, que não está no SIGPS, e aí são informações que são muito importantes para esse acompanhamento da família que fala é, é de dados que são importantes que depois no consolidado é que pode gerar números, né? Para uma eficiência, uma eficácia melhor da política pública. E a gente não tem, infelizmente (TAC 6, grifos meus).*

Sobre este aspecto estrutural, salienta-se que é um padrão na literatura que estuda políticas públicas e sociais, o acesso à infraestrutura tecnológica adequada (computadores e internet) aparece frequentemente como um dos desafios na implementação de sistemas informatizados nas políticas sociais (MEIJER, 2015; RIBEIRO, 2017; SANTOS, 2018; DINIZ, E. H.; FALEIROS, S. M.; PORTO, L. C., 2015, dentre outros). Observa-se que estas dificuldades sinalizadas pelos respondentes corroboram para que os cadastros fiquem incompletos ou subregistrados, resultando muitas vezes no preenchimento somente dos campos que são obrigatórios, conforme ilustra o (a) respondente GMC1:

*Quando eu estava trabalhando no provimento eu usava o SIGPS no meu cotidiano, e aí o que aconteceu muitas vezes é que eu não fazia o*

*preenchimento do sistema no momento do atendimento da pessoa que estava cadastrando. Acontecia que eu fazia o atendimento da pessoa sem o computador de uma forma mais livre e depois que eu fazia o preenchimento do SIGPS. Então, muitas das coisas que estão ali no cadastro, de fato eu acabava não perguntando para a pessoa ou esquecia. Então, principalmente o que não era de preenchimento obrigatório no SIGPS ficava para trás acabava ficando sem preencher.*

Ainda, corrobora com esta evidência a respondente GGS1:

*Muitas vezes, ou eles têm uma marcação meio que já automática, uma primeira marcação e ele não volta para uma atualização ou muitas vezes, como o sistema também ele não tem uma regra de negócio meio que obrigue a marcação de todas as informações, muitas vezes a informação ela não é sequer preenchida. E aí, o que faz com que as informações fiquem subregistradas, né?*

Sobre estes aspectos estruturais mencionados acima, o sociólogo Harold Garfinkel (2015) colabora com a análise sobre estes processos de registros de dados no artigo intitulado “ ‘Boas’ razões organizacionais para ‘maus’ registros clínicos”, que compõe a obra “Estudos de Etnometodologia”, publicado originalmente em 1967, onde aborda a questão da confiabilidade dos registros públicos como fonte de dados para pesquisas em ciências sociais. Certamente Garfinkel não discutiu os problemas de governança digital naquela época, mas ao pesquisar hospitais psiquiátricos percebeu que as práticas burocráticas cotidianas alteram tanto o público que vai ser atendido pela instituição, quanto os próprios registros da instituição e seus resultados, assim, percebeu que havia problemas de governança de dados e registros institucionais. Estes problemas organizacionais de produção de dados e registros públicos identificados foram nomeados de “problemas normais, naturais”, conforme destaca Garfinkel (2015):

[...] o termo —normal, naturall é usado em um sentido sociológico convencional para significar —de acordo com regras dominantes da prática. Os —problemas normais, naturais são problemas que ocorrem porque as pessoas da clínica, como pessoas que preenchem autorregistros, buscam ativamente agir em conformidade com as regras dos procedimentos operacionais da clínica, que, para eles e do ponto de vista deles, são mais ou menos pressupostas como formas certas de fazer as coisas (pg. 137).

Garfinkel destaca que estes problemas são naturalizados, pois fazem parte das regras do cotidiano de trabalho institucional priorizar os procedimentos operacionais e não os registros dos dados. Conforme sinalizado por grande parte das (os) respondentes, os registros são importantes para eficácia e eficiência da política pública, mas faltam os mais diversos recursos para fazê-los e Garfinkel (2015) já postulava sobre isso:

“Porque há custos comparativos para formas diferentes de manter registros, é necessário escolher entre as formas alternativas de alocar recursos financeiros

escassos, tempo, funcionários, treinamento, e habilidades, tendo em vista o valor que poderia ser agregado aos fins pretendidos. O problema é, estritamente falando, econômico. Por exemplo, a informação sobre idade e sexo pode ser obtida quase à custa de um olhar de relance para o respondente; a informação sobre profissão gera um pequeno custo de tempo e habilidade para o entrevistador; a história ocupacional é uma informação de alto-custo. O problema econômico é resumido na questão que é endereçada quase invariavelmente à qualquer mudança recomendada no procedimento de registro: —Quanto do tempo da enfermeira (ou do residente ou do assistente social, etc.) isso levará? (Garfinkel, 2006, 137-138)

Deste modo, conforme ressaltado pelo autor percebe-se que os dados existentes diziam mais de uma realidade das regras institucionais do que uma realidade do público atendido em si, ou seja, significa que os registros públicos não são uma representação precisa da realidade, mas sim uma interpretação seletiva dela, não se traduzindo em fenômenos socialmente existentes. Deste modo, a realidade percebida é de que a visibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH hoje tem esbarrado em aspectos que denunciam a precariedade das condições de trabalho dos agentes públicos, assim, pode ser interpretada como condições “normais, naturais” históricas da administração pública.

#### 5.4.2 - “Se não tem uma orientação, qualquer caminho serve”

Nesta categoria foram agrupadas respostas dos (as) agentes públicos (as) com 50 evidências que sinalizam como barreiras estruturais a *ausência de cursos, atividades formativas e educativas, qualificações técnicas [24], documentos e normativas específicas* sobre o preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero (ou seja, porque perguntar/preencher e como perguntar/preencher) [26].

Estas barreiras estruturais identificadas corroboram com o que já foi citado na categoria de aspectos históricos, as (os) respondentes em sua maioria ressaltam a ausência de qualificações e normativas específicas, assim, conforme ilustrado pela respondente GMC 2 no trecho a seguir: “*Na verdade, existe, assim, as equipes foram treinadas para o preenchimento do SIGPS, né? Eu já fiz três treinamentos, eu não lembro de nenhuma orientação nesse sentido do campo orientação sexual*”. Nesta mesma linha, (a) respondente GMC3 ressalta:

*[...] desde o tempo que eu estou aqui, nenhuma, até hoje nunca teve uma conversa sobre os campos aí da orientação e da identidade de gênero né, da gente colocar esses dados aí não, nada, nada. Nenhuma orientação, nenhuma normativa de como perguntar isso. [...] e se não tem uma*

*orientação, qualquer caminho nos serve, mas qualquer caminho não vai nos servir porque a gente tem uma responsabilidade né muito grande com essas pessoas, com esses corpos vivos que né acessam aqui e que trazem todos os seus sonhos, todos os seus projetos e depositam aqui né, mas se não tem uma orientação, muita coisa fica pelo caminho né. [...] A gente não tem essas orientações, mas né, como eu te disse, a gente é muito fidedigno em relação a tudo isso né, da raça né, da orientação e as técnicas elas têm, os técnicos têm muito manejo em relação a isso.*

Usando de licença poética para parodiar Lewis Carroll no clássico livro “Alice no País das Maravilhas”, o respondente acima ressalta que “*não é qualquer caminho que serve*”, ou seja, não havendo um método orientador da prática de registro desses campos nos bancos de dados do SUAS-BH, cabe contar com o “manejo técnico” a decisão pela coleta ou não, bem como a metodologia a ser empregada. Assim, constatou-se que os agentes públicos atuando nos serviços do SUAS-BH têm buscando fazer os registros dentro do que julgam ser o correto, em sua ordem prática, conforme destaca Garfinkel (2015), de acordo com o que é o “normal, natural” de cada rotina institucional. O trecho da respondente TMC 2 ilustra isso:

*O fazer ele às vezes, é, segue um, um, um percurso diferente sabe e, e às vezes eu, por exemplo, às vezes eu prefiro deixar em branco do que preencher algo que não é algo que eu tenho informação concreta, informação correta, entende? Mas assim, eu, eu procuro preencher, mas eu percebo também que tem muitas, muitas questões, muitos campos, que deixa a gente assim, é, meio que na dúvida sabe, assim: “Mas por que cês tão perguntando isso?”*

A (o) respondente GMC 1 acrescenta sua percepção comparando gestores e trabalhadores, considerando que a experiência empírica cotidiana qualifica mais os “trabalhadores da ponta” do que os gestores a dar atenção aos aspectos estruturais que dizem da orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH, já que convivem mais com o público LGBT:

*Eu acho que os trabalhadores que estão na ponta, que estão no provimento são os mais preparados, porque a rotina e a experiência vai qualificando e eles mesmos procuram também se qualificar quando, acabam encontrando com esse público com muita frequência. Então, os trabalhadores do provimento eu acho que tem mais facilidade, tem mais experiência e mais conhecimento, inclusive...mas os gestores, assim, alguns gestores ainda tem muita dificuldade.... Não sabe nem....Outro dia a gente conversava assim na gerência, não sabe nem o que significa a sigla LGBTQIA+, e as pessoas não conseguiam nem dizer o que era cada letrinha dessas, e... são gestores de serviços da assistência social. Então, assim, eu acho que aí é onde a gente tem mais dificuldade e pouco conhecimento sobre o tema e pouca experiência mesmo para dizer quais são as ofertas que esse grupo precisa.*

Por consequência deste cenário, os respondentes trouxeram 22 evidências que sinalizam a *ausência de alinhamento entre os serviços e entre as práticas dos (as) agentes públicos do SUAS-BH* ao desenvolver (ou não) esse registro de dados e informações, não havendo padronização no modo de fazer. Assim, geralmente depende da leitura que o(a) agente público tem da população LGBT e da relevância da coleta de dados, da experiência profissional ou do modo de funcionamento específico de algum serviço. Conforme ilustra a (o) respondente TMC1:

*Existem outros entraves na condução do trabalho que a gente fica assim: “E aí pergunta pra quem? Fala com quem?” Aí cê fala com a coordenadora do CREAS, ela tem uma ideia, aí cê fala com a diretora, ela tem uma outra ideia, mas a pessoa da abordagem, que deve supervisionar, que conhece metodologia afimco e tal... A gente tem o supervisor da instituição, que é um supervisor mais tipo RH né, dá esse suporte, mas não é aquela coisa que a gente precisa mesmo, aquela parte teoria com prática, de supervisionar, não tem uma metodologia né.. Às vezes dentro da equipe a gente tem um outro embate que é assim... dificuldade de entender o quê que é espaço público, o quê que não é, o quê que é uma maloca, o quê que não é. Então se tem essa coisa de categorizar até quem que é pop rua, imagina..., quem dirá a identidade de gênero e orientação sexual. Sua pesquisa vai mostrar outras brechas da política, que não é só com o público LGBT, mas com a pop rua também. Aí fica difícil né [...]*

A respondente TMC 8 acrescenta:

*Quando eu trabalhava no CRAS eu sempre perguntava porque lá quando o usuário chegava a gente sempre perguntava né: Cor? Como você se autodefine? Mulher ou homem? Então sempre era tudo no papelzinho mesmo né. Então assim, mas aqui já é diferente porque aqui a gente praticamente quase não faz isso, muito raramente, sabe.*

Ainda, o (a) respondente TMC 6 acrescenta que para ele a questão do preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero é importante e faz parte da sua prática cotidiana, mas que sabe que tem colegas que não realizam:

*[...] mas assim tem casos, por exemplo, a gente já teve e é possível saber qual trabalhador foi. Os diversos meses acompanhando assim, aconteceu casos que o usuário foi abordado pela primeira vez, então aí é preciso que haja um cadastro dele no SIGPS, mas aí o trabalhador, quando preenche, não preenche essa questão do gênero. Não diz se o sexo é masculino, deixa sem preencher para mim, diz do trabalhador, obviamente. Mas de repente possa ter questões outras, que faça com que esse trabalhador não preenche, porque para mim, ao cadastrar alguém no SIGPS é elementar, preencher a questão de gênero. Assim, eu fico me perguntando, “como assim não preencher a questão de gênero no SIGPS?”*

Por sua vez, o respondente TMC 5 destaca como diferencial na sua prática a experiência profissional na política de Saúde:



*[...] eu geralmente eu preencho de todo mundo independente da pessoa ser LGBT, porque quando eu já vou abordar, a própria pessoa, se ela não quiser dizer, não é obrigado mas se eu falar que “a gente precisa preencher alguns dados, você se importa?” “Não, não me importo, outras pessoas também não se importam...” [...] Eu pergunto, porque como eu venho da saúde, e a gente tem essa questão da saúde, acho que é uma coisa, não sei, a saúde tem essa preocupação maior. Eu acho que a saúde tem uma preocupação maior que a assistência do ponto de vista da identificação de gênero, então eu pergunto de todo mundo, e eu coloco inclusive que são homens cis, então eu marco lá.*

Ainda, vale ressaltar o contraponto de alguns respondentes que sinalizaram que não costumam preencher os campos de orientação sexual e identidade de gênero, salvo em situações que há alguma demanda que envolve a necessidade do preenchimento destas informações, conforme ilustrado pela TMC 9:

*[...] as situações que eu preenchia era quando isso era uma questão que produzia o encaminhamento da pessoa ou durante o atendimento assim. Então, eu já atendi pessoas que foram encaminhadas por violência de gênero ou porque foram expulsos de casa porque era uma pessoa, que era um adolescente gay. Então quando era uma situação que já chegava com essa marca, com esse tema, aí eu preenchia. Mas quando a família chegava assim, era uma criança vítima de abuso sexual. Acabava que no atendimento eu ficava tão focada nisso que não, essa parte do cadastro ficava para trás, tanto de cor, identidade de gênero e orientação sexual [...] (Grifos meus).*

Apesar das evidências trazidas nesta subcategoria por meio dos (as) respondentes, destaca-se que já existem normativas municipais e federais que estabelecem que os dados de orientação sexual e identidade de gênero devem ser coletados no SUAS-BH, a exemplo da Resolução CMAS/BH N° 30/2017 e a Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT N° 01/2018, já citadas neste texto. Ou seja, contraditoriamente ao que foi trazido no discurso dos (as) agentes públicos, existe sim uma padronização normativa para tal, bem como parâmetros para o atendimento da população LGBT em que ambas ressaltam a coleta dos dados como um dever público. Uma interpretação possível para este aspecto contraditório é que as normativas e orientações técnicas produzidas são pouco divulgadas, não chegam ao conhecimento da totalidade dos agentes públicos como deveriam chegar. Deste modo, percebe-se que de fato há pouca oferta de espaços e ações de qualificação e formação para os agentes públicos, pois estes seriam momentos de fazer estas normativas circularem.

Por sua vez, constata-se que de fato não existe um documento orientador específico ou uma metodologia de como fazer essa coleta de dados no SUAS-BH. Conforme citado já nos aspectos históricos, fazer esta orientação técnica específica está no radar da gestão do SUAS-BH, que havia etapas a serem desenvolvidas em conjunto, mas não aconteceram. A fala da TGS 1 ilustra isso:

*[...] A ideia era que fosse produzida a orientação técnica etivesse ampla divulgação, que fossem realizadas capacitações [...] Porque a gente entendia que a simples divulgação da orientação técnica não ia ser suficiente para as pessoas compreenderem essa importância desse dado. E aí ainda estava previsto que a [gerência] realizasse o monitoramento, depois você divulga a orientação técnica, você faz a capacitação, depois você verifica se o dado efetivamente começou a ser mais preenchido. E aí sim, não é só uma questão de preencher o dado, ele tem que estar preenchido para a gente poder realizar estudos. Só que parou aí, uma coisa que foi feita foi realizar a orientação técnica do quesito raça/cor. Então, é a mesma coisa no que se refere à futura orientação técnica para preenchimento dos campos de identidade de gênero e orientação sexual. Não basta também, nem chegamos nesse ponto de realizar a orientação técnica. Tem que realizar todas as etapas, fazer a orientação técnica, divulgar, possivelmente capacitar as pessoas, os trabalhadores, capacitar, verificar se houve de fato a melhora no preenchimento do campo, se não tiver, se precisa de outras ações para sensibilizar os trabalhadores, as trabalhadoras para o preenchimento. E aí sim, a gente consegue fazer produtos com base no SIGPS para verificar uma série de situações ligadas a risco e vulnerabilidade da população LGBT.*

Ainda, corrobora a respondente GGS1 sobre a necessidade das (os) agentes públicos serem sensibilizados para compreender a relevância do registro dos campos de orientação sexual e identidade de gênero:

*Então, a rotina de trabalho é muito intensa, então qual que é a priorização? Se você não tem a compreensão de qual é o significado de um registro dados você não vai priorizar ele nunca, você tem outras coisas para fazer, você tem que atender demandas espontâneas, tem um monte de coisa...(GGS1)*

Com base nas evidências trazidas até aqui, percebe-se que o registro dos dados de orientação sexual e identidade de gênero não é uma pauta institucional prioritária, o que se configura como contraditório, pois é a única forma de saber quem é a população LGBT no SUAS-BH, que foi eleita como público prioritário. A (o) respondente TGS 1 contrapõe o discurso das dificuldades estruturais trazidas pelos agentes públicos com sua percepção de que há interesse em manutenção da invisibilidade do público LGBT:

*É, pois é, não é tão prioritário, né? [...] Então, eu acho que é a questão da invisibilidade. As pessoas possivelmente na gestão vão dizer que são muitas demandas, o SIGPS tem alguns problemas de ordem técnica também, que são muitas demandas, mas política para a população LGBT ou para a população negra também nunca entra nas prioridades. Então, tem outras demandas, mas por que essa não entra? [...]eu acho que há uma invisibilidade da pauta nos SUAS, pelo menos aqui em BH, tanto a pauta LGBT como da igualdade racial, acho que há uma invisibilidade no SUAS, esse é um assunto pouquíssimo tratado, acho que do ponto de vista da [gerência], o mínimo que a gente poderia fazer, reconhecendo essa invisibilidade, fazer adequação dos campos, produzir orientação técnica, verificar o preenchimento, como eu te falei, a partir daí ter produtos, né? Era o mínimo que a gente poderia fazer e isso não foi realizado. Você perguntou como é que é essa relação, inclusive, na produção de informação*

*que oriente a política de assistência para a população LGBT, né? Acho que isso fica prejudicado também por conta da própria relação de distanciamento assim da [gerência] com a ponta, né? Ou com as diretorias regionais, mas de todo modo, eu acho que isso não explica a falta de produção de dados sobre essa temática. Haja visto aquilo mesmo que a [gerência] poderia ter feito e não foi realizado (GGS1)*

Ainda, a respondente TAC 6 acrescenta:

*[...] é como se não fosse uma pauta relevante, fica como se fosse para debaixo do tapete, porque é mais importante, a gente falar do bolsa família, é mais importante falar do CadÚnico é mais importante falar da violência doméstica.... É mais importante falar de um monte de coisas, e o LGBT não é importante e precisa ser uma pauta importante. Então precisa tirar o LGBTQIA+ [ a pauta] do armário! A política pública precisa da visibilidade [...] que isso chegue ao conhecimento de todos, da alta da média básica e por aí vai.*

Conforme ressaltado acima, existem aspectos estruturais que impactam na produção de dados, mas que não podem ser a única argumentação possível para explicar a escassez de dados sobre o público LGBT. Este paralelo que a respondente TGS1 sinaliza entre aspectos estruturais e simbólicos serão melhor alinhavados mais adiante, mas evidencia-se no discurso de grande parte das (os) respondentes um uso argumentativo de barreiras estruturais (materiais, físicas, institucionais) para mascarar escolhas que são na maioria vezes políticas, culturais e ideológicas<sup>77</sup>.

#### 5.4.3- Relação entre o Estado e Terceiro Setor

Nesta categoria foram agrupadas respostas dos (as) agentes públicos (as) com 33 evidências que sinalizam *dificuldades na relação entre o Estado e o Terceiro Setor*, organizadas em três subcategorias de respostas, sendo: *dificuldades dos serviços serem executados indiretamente* [16]; *questões relacionadas ao vínculo trabalhista* [13] e a *vertente religiosa de algumas instituições parceiras do SUAS-BH* [4].

Deste modo, as dificuldades trazidas pelos (as) respondentes que apontam a execução indireta de alguns serviços como uma barreira estrutural, em geral destacam o fato de ter que prestar contas a duas gestões ( OSC e PBH). Também observaram a existência de conflitos de missão/cultura institucional, falta de alinhamento de gestão, problemas de comunicação interna e dificuldades na relação entre os (as) agentes

---

<sup>77</sup> Gusfield (1981); Capella (2006); Silva e Melo (2000); Souza (2003); Loverman (2014)

públicos que são efetivos e os terceirizados. Para ilustrar estas barreiras estruturais identificadas, destaca-se o trecho da respondente GMC1:

*[...]a gente não pode deixar de enxergar, é que alguns serviços da população de rua são executados por entidades, e aí, assim, a gente tem algumas entidades que construíram uma cultura organizacional de produção de dados, porque é essa a forma que a entidade sobrevive e vende outros projetos, [...] as entidades que usam o SIGPS, assim, acho que construíram uma cultura de produção de dados mais rígida mesmo, do que entre os serviços que são executados diretamente pelo PBH assim, porque isso de uma certa forma é o resultado da entidade, ela precisa, pra manter os projetos dela, a parceria com a prefeitura, ela precisa demonstrar o resultado do trabalho. Então, eu acho que tem uma cultura que é mais rígida, por exemplo, com os trabalhadores dos SEAS, de preenchimento do sistema, assim, da entidade cobrar, de fazer treinamento e de ser uma coisa que vai passando de trabalhador pra trabalhador, entra o trabalhador, sai, como a cultura já tá ali, de preenchimento. O SEAS eu acho que deve ser o serviço dos SUAS, pelo que eu já conversei com a GVISIO, que mais preenche o SIGPS, assim, todos os campos, que é o melhor, assim, de robustez dos dados. [...] E eu acho que também, assim, o direcionamento da ADRA, sabe, porque a ADRA usa também esses dados pra fazer demonstrativo do resultado deles, então, olha quantas abordagens que os serviços fez, quantas pessoas diferentes que foram atendidas, então, tem um incentivo também que vem da entidade. Eu acho que quando os serviços são executados diretamente, isso é muito mais solto, então, nos Creas, o PAEFI, que também atende População de rua, já coisa é muito mais, assim, cada um faz, se não fizer também, não tem tanto uma cobrança, os técnicos têm uma resistência, porque o sistema é chato, dá problema, então fica mais solto, assim, então tem algo de cultura organizacional também, assim, que influencia.*

A respondente GAC 2 acrescenta:

*[...] Tem entidades que tem uma questão dos registros muito, muito clara e que faz questão disso; outras a gente custa, a gente tem que ficar ali tipo pedindo: Por favor, me mande os dados... Acho que o Darcy Ribeiro é onde a gente tem a melhor produção de dados, eles tem um sistema próprio que é ótimo também, então eles têm o sistema deles, que você pode conversar com essas unidades depois, eles nos mandam também as informações nos registros que a gente criou, mas eles discutem, eles têm unidades em outras cidades na grande BH, eles utilizem esses dados em todas as unidades, eles descobrem, por exemplo: Ah, que uma pessoa teve em Contagem, teve em outra unidade deles.[...]*

Já a respondente TAC 6 avalia que existe uma “autonomia negativa” dada ao terceiro setor no aspecto da produção de dados, conforme ilustra o trecho a seguir:

*É, eu acho que é mais uma questão política, sabe? Mas eu acho que não há um desejo de tornar isso de uma forma linear, de uma forma única. É. Eu acho que talvez seja um receio da prefeitura, ter essa responsabilidade e acaba dando para as OSCs uma autonomia que dificulta para todos os técnicos, para todos os serviços, esse acesso às informações, né?*

Ainda, emergiu do material empírico também *questões relacionadas ao vínculo trabalhista* dos (as) agentes públicos que são terceirizados em contraponto ao vínculo

dos servidores efetivos que impacta na produção e registro de dados no SUAS-BH. Assim, as (os) respondentes consideraram: a fragilidade de contrato dos terceirizados; baixa autonomia técnica e de tomada de decisões; insegurança empregatícia e alta rotatividade dos profissionais contratados. A fala da respondente TMC1 ilustra isso:

*Nossa, eu fico imaginando você apresentando esse trabalho pra cúpula [risos]. Eu acho que é ótimo porque é a visibilidade que a gente tanto quer, mas não tem coragem de falar, não tem voz. Terceiro setor, que voz? CLT, que vozes? Não tem. É uma relação ainda..., e tem esse ponto, que é uma relação de diferentes né. Como a gente é um prestador serviço, às vezes fica parecendo que a gente é só um corpo ali prestando um serviço né, e é um corpo pra serviço, mas é um corpo que é pensante, que deveria pensar né. Então aí tem uma... [...] E aí a gente percebe que há uma..., claro a gente, os analistas é diferente? Sim, teve concurso, carga-horária e tudo mais, mas poxa vida, a gente faz um trabalho..., tem psicólogos aqui, técnicos também como eu, que faz um trabalho técnico, por quê que a gente é tão longe um do outro? Tão longe assim do outro, até a forma de tratar, das hierarquias tratar a gente, fala que a gente é igual, mas não é, não trata igual. A gente não consegue conversar, tem uma fragmentação muito grande entre os serviços, de um serviço não compreender o quê que é o SEAS um PAEFI, não compreender o quê que é o SEAS e demandar coisas nossas que não é nossa, que é do..., a gente atende até demanda que não é nossa, que é do PAEFI e a gente ter que... problematizar, assim.*

A (o) respondente TMC 6 acrescenta:

*Eu acho que há uma cobrança maior de nós terceirizados, eu acho que é percepção minha.... Existe uma parceria firmada entre a entidade e o município para a execução de um serviço, então eu acho que a Entidade ela sente na obrigação, de fornecer as informações que são cobradas, enfim, que ela que ela precisa dar para com o município, para a política, né? Então, por isso eu acho que a cobrança é maior para nós, pensando nos trabalhadores do terceiro setor ou terceirizados mesmo. Essa cobrança é maior. Não consigo perceber, não sei se vou estar sendo leviano ou não, mas eu não consigo perceber que essa cobrança, o nível de cobrança seja o mesmo para o servidor. [...] aí eu acho que assim, que quando você você traz, você levanta essa questão, eu acho que você não levanta só a partir da fala do trabalhador [TMC6], eu acho que isso já apareceu, porque é geral, em que os trabalhadores primeiro essa fragilização do vínculo trabalhista assim, né? Eu acho que quando há um questionamento do trabalhador que é CLT é, e o questionamento de quem não é ser CLT é diferente, é recebido, é escutado de forma diferente, é visto de forma diferente. É inegável a distinção, desses lugares sempre desfavorável a quem é vindo CLT e, no meu entendimento, isso tem desdobramentos óbvios na execução do serviço, seja pelo trabalhador CLT, seja o trabalhador servidor de execução, é direto. Além disso, existem questões políticas que ficam no meio desses 2 desses 2 tipos de vínculos dos trabalhadores. Então, assim, pensando politicamente, é, um servidor, ele é muito mais forte politicamente do que um trabalhador CLT. Isso fragiliza, infelizmente, as relações, [...] tem isso, tem isso e tem a questão política no sentido que, se no trabalho um servidor fala assim, olha isso não é competência nossa e isso a gente não vai fazer não, não, não, não, não, não, OK. Isso parte de quem é CLT é completamente diferente, é inevitável. E pra mim, isso vai ter desdobramento nos números, nos dados.*

Diante destas questões trazidas pelos respondentes, percebe-se que uma explicação possível para o SEAS ter se destacado na produção de dados da população LGBT é o fato de que aparentemente existe uma cultura institucional da entidade ADRA que faz uma gestão da qualidade da produção de dados. O SEAS é um dos poucos serviços do SUAS-BH que tem uma equipe de supervisão técnica e administrativa da própria entidade que dá suporte aos trabalhadores *in loco*.

Por sua vez, a última subcategoria que compõe esta seção por ter sido sinalizada por quatro respondentes como barreiras estruturais é a “*vertente religiosa de algumas instituições parceiras do SUAS-BH*”, que influenciam diretamente na conduta em relação ao público LGBT. Conforme pode ser observado no trecho a seguir:

*[...] a execução dum serviço que é influenciado por concepções e missões da filantropia, que são unidades né que conservam os seus valores e missões religiosas. Por mais que, que a legislação garanta o direito desses usuários à, à sua livre manifestação de orientação sexual e de religião, a gente vê que a influência religiosa ela tá presente né, que há algumas ideias que, que perpassam alguns tipos de preconceitos...Esse, esse é um exemplo de um atravessamento de como que essas unidades às vezes operam então como tem muitas execuções com organizações da sociedade civil que tem um viés religioso, a gente sabe que essa interferência ela acaba se manifestando no exercício do serviço e aí compete ao poder público trazer o ponto normativo da legislação, sempre priorizando pelos direitos humanos, pela condição de cidadania que qualquer usuário venha demandar inclusive nas questões de racialização, de identidade de gênero, de liberdade religiosa GAC 1)*

Ainda, contribui com esta análise o respondente GAC3 no trecho a seguir:

*Porque aqui é uma instituição religiosa e eu fico no, vamos dizer assim, no meio do tiroteio, sabe, com essas questões, porque pela orientação da instituição, tinha que estar tudo, porque o pessoal tem uma dificuldade ainda de enxergar, né, essa diversidade, né. Então, é muito tenso, é uma tensão que existe aí, sabe, entre uma concepção, uma ideologia religiosa e aquilo que a política pública prega, né. Eu tentei da melhor forma possível manejar isso, sabe, e até então tem funcionado, sabe. Mas tem dirigentes que às vezes chegam aqui e perguntam, mas como é que é esse povo estar aqui, junto? [...] Mas é sempre uma tensão quando vem um dirigente para conhecer a instituição, né, e a gente explica que está lá, que está por ali, aí... Alguns não vêm com bons olhos. [...] Isso é uma coisa muito importante para ser colocada, principalmente quando a gente lida com questões aí que abalam todo um sistema religioso aí, né, desde a igreja católica até as evangélicas e tudo. Mas existe uma dificuldade de separar isso mesmo, né, está muito claro, eu acho, que todo lugar que você for, que tiver uma, que for uma instituição com algum vínculo, né, com uma instituição religiosa, você vai se deparar com isso mesmo.*

Por conseguinte, outro (a) respondente corrobora com a análise da relação entre Estado e terceiro setor, fortemente representado pelas instituições religiosas no SUAS-BH e que cada uma tem uma cultura institucional diferente de acordo com seus

princípios e missões religiosas e de filantropia:

*Toda entidade ela tem o seu perfil, é muito impressionante e a gente tem muita rotatividade, então a gente tem profissionais que estavam já totalmente com a cultura da entidade, vão para outro e mudam, porque tem uma cultura institucional, então tem diferença, nós temos, por exemplo, São Vicente estava ligado muito à Igreja Católica, à uma coisa mais assistencialista, nós temos a Cáritas que ela tem um movimento no Brasil de muita militância, então a militância tá muito ligada em todos os processos, o Darcy Ribeiro vem de uma casa espírita, começou com..., então tem um viés também do humanitário, misturado com a caridade, então todos têm, assim, tem muitas diferenças, eu não vou dizer aqui qual a diferença de cada uma, mas a ADRA também né nasceu com uma questão da Igreja Protestante também, então tem também um viés aí e todas têm uma cultura institucional que é diferente. Mas a gente tem uma facilidade na discussão, na compreensão da política; outras a gente tem uma dificuldade. Uma tem a questão dos registros muito, muito claros e que faz questão disso; outras a gente custa, a gente tem que ficar ali tipo pedindo: Por favor, me mande os dados... [...] GAC2*

Com base nas evidências apresentadas acima, observa-se que a relação entre o Estado e o Terceiro Setor possui barreiras estruturais construídas historicamente no SUAS- BH sob a configuração de diferentes culturas institucionais e práticas religiosas nas mais diferentes vertentes e que resultam na ausência de padronização na forma de coletar dados e informações sobre o público LGBT.

#### *5.4.4- Contradições entre a instrumentalização estatística existente e a função da vigilância socioassistencial*

Nesta categoria foram agrupadas respostas dos (as) agentes públicos (as) com 48 evidências. Deste movimento de categorização, dividiram-se as respostas em duas subcategorias, sendo: a primeira “os números importam” e a segunda “Dificuldades em relação a execução da vigilância socioassistencial”, ambas serão explicitadas ao longo do texto. A primeira intitulada de “Os números importam”, com 28 evidências que avaliaram a importância da instrumentalização estatística para a eficiência e eficácia das políticas públicas, bem como os impactos da ausência de dados na captação de recursos públicos. Assim, as respostas reunidas nesta subcategoria dizem das dificuldades observadas nesta relação entre a instrumentalização estatística já sinalizada ao longo deste texto e a mensuração de impactos, avaliação e monitoramento do SUAS-BH. Demonstra-se que a maioria dos (as) agentes públicos tem ciência de que “os números importam” e conseguem identificar os problemas advindos desta ausência de dados. O trecho a seguir da respondente TMC 5 ilustra isso:

[...] até mesmo pra poder criar mais políticas públicas destinadas, se a gente não fizer dados se a gente não tiver quantificado isso a gente não tem argumento, então, pra gente ter argumento, a gente tem que ter dados, infelizmente, dados quantitativos, a gente diz, de tantas abordagens, o Francisco faz, nosso supervisor, o dado, que fica ali com a gente Ele faz, todo final de mês, quantas abordagens que cada equipe, cada CS fez e aí, uma das abordagens poderia ser, “quantas cada equipe CS abordou de LGBT?” quantos foram homens cis, mulheres...Porque isso ajudava a gente a entender um pouco porque ele faz um gráfico, por exemplo, foram, sei lá, 7 mil atendimentos esse mês, porque isso é um número, e se a gente fala assim, de 7 mil, mil são de LGBTs Olha, o Centro Sul tem uma concentração maior que talvez outra regional se fizesse a mesma coisa... [...] ele consegue, se ele certificar, assim, dos que eu lanço, talvez.... Mas se é uma orientação geral, a gente consegue tirar, por exemplo, a sua pesquisa ia ajudar Porque aí ia falar assim “olha, no mês de dezembro foram LGBTQIA+ abordagens, o Centro Sul teve 3 mil 3 mil abordagens efetivadas”, porque isso é um número, pra dizer sabe, olha, então tem uma população, assim, e aí, dessas abordagens, porque se ele filtra por isso, ele consegue ver geralmente mais do que ele demandou, se é acesso à saúde, né, ou de teste rápido e outras coisas, se é abrigo, que agora abriu, eles estão demandando muito disso, certidão, orientação de incluir o nome social, né, assim, da troca da certidão de nascimento, então, assim, pra gente saber o que mais demanda, assim O que que tá pegando mais nesse público, assim, né Acho que é uma forma de certificar, assim... É igual no início, quando a gente colocava masculino e feminino, né, que eu acho que se conseguia meio que dividir agora, que tem mais mulheres, tem mais homens... Eu acho que isso faz número, e aí a gente consegue mais políticas públicas, assim, né... De dizer, por exemplo, por que que não tem CREAS, sabe, igual tem o Centro Pop, porque não tem um Centro Pop LGBT... Porque é isso, sabe Porque se a gente levantar numero, a gente consegue ....Sabe, de ter um específico, assim Que tenha atendimento específico, acho que é, não é segregar, eu acho que é ampliar, assim, nada permite que a outra pessoa não participe, mas eu acho que ela sente mais a vontade, se identificar com o outro[...].

Conforme a (o) respondente GMC 4, o trabalho do SUAS-BH precisa ser aprimorado e sair do “varejão”:

[...] seria muito importante que a gente tivesse um sistema de informação que realmente subsidiasse as nossas ações, sabe? A gente age muito no varejão. E no varejão, assim...você chega aqui com o seu problema e eu tento resolver o seu problema. Eu não olho o território de onde você tá vindo. Eu não te pergunto qual é a cor com a qual você se identifica. Eu não te pergunto qual é a sua orientação sexual. Eu não te pergunto qual é o gênero com o qual você se identifica. Então, assim, eu fico trabalhando no escuro. Entendeu? É muito escuro. E assim, essa coisa dessa falta de informação... E não é que a gente não faça os atendimentos. A gente faz, mas... É uma situação muito grave. Eu acho que o principal desafio hoje é a gente ter um sistema de informação que permita a gente trabalhar de forma mais assertiva, sabe? É muito intuitivo esse trabalho. “Eu acho que tem muita mulher trans na Lagoinha e vamos fazer uma atividade para as mulheres trans. Vamos conversar com o Cresans para oferecer um curso específico para as mulheres trans. Que elas não estão tendo oportunidade.” Entendeu? Só que é tudo na base de intuitivo. Falta diagnóstico. Falta número, dados. De repente, não tem nenhuma mulher trans. Outro dia, nós encaminhamos uma para fazer um curso lá no Cresans. Aí ela ficou dois dias, ela estava no Maria Maria. “Falou assim, gente, pelo amor de Deus, onde é que vocês me enfiaram...eu odeio cozinhar?” Entendeu? Então, assim, a gente não conhece o público, entendeu? A gente está muito no



*escuro e muito longe. É porque é mudança cultural, né? Tem que entrar no protocolo do serviço, tem que ser obrigatório o preenchimento. E tem que ter tipo, tipo assim, consequências para o não fornecimento da informação. Entendeu? É muito assim, o técnico consciente fornece informação. O que não está nem aí, não preenche.*

Logo, a (o) respondente GMC 5 acrescenta:

*Na verdade, eu acho que é urgente a produção desses dados. A gente tem visto cada vez mais o público principalmente trans, em situação de rua. E uma vez que a gente não tem esses dados, o município, a política de modo geral também não consegue fazer o planejamento de projetos e de ofertas para esse público. Porque eles estão sim na rua, cada vez mais. E continuando naquela mesma linha da escória da sociedade, caminhando somente para a prostituição, sem muita perspectiva do mercado de trabalho. E eu vejo que enquanto a gente não conseguir identificar, ter esse quantitativo de quantos temos, onde estão, de que estão vivendo, a gente não vai conseguir ofertar nada para poder mudar essa realidade deles. [...] E eu acho que a base principal que me faz realmente questionar muito é isso. Se a gente não sabe quantos tem, onde estão, como vivem, o que a gente vai ofertar? Nós não vamos ter serviço para eles. E aí as situações vão se repetindo. Mais violência, mais prostituição, enfim, aquele ciclo de preconceito, de violação de direitos que nunca vai ser interrompido, enquanto a política realmente não é conseguir fazer nada de forma assertiva para poder mudar essa realidade. Então, é realmente urgente fazer produção de dados para a gente conseguir avançar na política.*

Por sua vez, a segunda subcategoria de análise desta secção reuniu respostas que dizem das “*Dificuldades em relação à execução da vigilância socioassistencial*”, com 20 evidências encontradas que considera problemas relacionados ao ciclo da informação no SUAS-BH, em geral, ocasionados pela histórica centralização desta função em uma única gerência, a GVISO e não como uma responsabilidade de todos(as) os (as) agentes públicos. O trecho da respondente GMC 4 ilustra essa dificuldade:

*Há uns 6 meses atrás chegou uma técnica aqui porque ela ia cuidar dessa... Quer dizer, a vigilância está pra nós todos, eu sei disso. Não tem que ter uma equipe específica pra tratar da vigilância mas todos nós temos que tratar da questão da vigilância. Só que eu acho que essa técnica ia ser tipo um apoio pra todos nós pra poder tratar a questão da vigilância, né? Só que até o momento... Aí tá esperando, o nível central ainda vai organizar isso pra poder dar as atribuições específicas e tal. Então, assim, ela chegou mas ela não tá fazendo vigilância, não. Ela tá, tipo, apoio a DRAS, entendeu? Para as demandas cotidianas, assim. Porque vigilância ainda parece que vai ter um grande momento inicial pra fazer. O negócio que a gente tem que fazer no nosso cotidiano, já era para estar sendo feito, porque a vigilância é uma responsabilidade de todos.[...] Quando eu lanço um SIGPS de forma fidedigna eu tô fazendo vigilância, né? Porque o dado que vai sair dali é um dado que vai orientar a minha ação, né? Só que as pessoas não encaram... Não existe a cultura da vigilância, entendeu? De compreender os territórios, de entender os fenômenos que estão acontecendo nos territórios. Por exemplo, a gente sabe, por exemplo... Eu sei instintivamente que a maior concentração de atendimento à população LGBTQIA+ é no território do Lagoinha. Mas isso é porque é uma percepção que eu tenho. Eu não tenho dado. É porque eu vou lá e eu vejo muita gente, eu vejo o pessoal atendendo,*

*eu vejo os encaminhamentos que são feitos. Mas eu tenho uma... É só pela observação que eu consigo ver que acontece mais... Pela observação do cotidiano. E existe essa coisa de que a vigilância... A Gviso têm que dar o pontapé inicial. Acho que nem deveria ter vigilância de assistência. Tinha que ter vigilância de SIGPS. A vigilância tinha que estar espalhada por todo lugar, entendeu? Porque esse negócio de ser concentrado lá... Se eles não derem o pontapé inicial lá, a gente fica assim... Eu até faço umas planilhas, tento identificar o que a gente atende mais. Se é idoso, se é criança, se é mulher vítima de violência... Qual é o nosso maior público e tal... Mas quais são os territórios onde tem maior incidência de que tipo de violência, entendeu? Mas aí já é uma coisa bem caseira. Solução caseira. Só pra gente ter alguma noção, entendeu? De não ficar completamente no escuro. Mas nunca tinha incluído a população LGBT no meu levantamento. No levantamento que eu faço, eu coloco idoso, criança e adolescente, mulheres vítimas de violência. A gente tenta fazer uma vigilânciazinha, assim... Tenta colher os dados a partir das informações que a gente tem... Mas não é nada, assim, que você pode chamar de vigilância, entendeu? São ensaios muito amadores, assim, sabe?... Outro dia o juiz Sarahb perguntou quantos adolescentes negros a gente acompanhava e eu não soube dizer. Apareceu 4 pra mim, gente, 4, adolescentes pretos. Normalmente é a imensa maioria. 90%, 80% deve ser adolescente preto. Apareceu 4, e aí falei “como assim? Vocês não estão preenchendo esse campo?” Não tavam preenchendo. “Ah, bobagem”. Então, existe uma cultura dentro dos SUAS que eu não sei se é algo que eu enfrento aqui que eu não consegui enfrentar de fato. Assim, realmente a vigilância que a gente tá devendo muito ou se é uma realidade do município todo, entendeu? Eu sei que aqui é muito ruim a produção de dados e uma produção de dados ruim é muito ruim pra você conseguir construir uma política pública efetiva. Você fala assim, tem 4 adolescentes pretos nas medidas socioeducativas, e você falar que tem 100 é diferente [...].*

Percebe-se pelos relatos dos respondentes que os desafios postos para a realização da vigilância socioassistencial são comuns para a maioria dos públicos, pois não há uma cultura institucional de que esta é uma responsabilidade de todos. A situação se agrava quando se trata do público LGBT, pois é reconhecido como prioritário somente muito recentemente. Apesar da maioria dos (as) respondentes terem ciência da relevância da produção e gestão dos dados, esta dialética carece de maior implicação nas mais diversas esferas.

Pelo que foi sinalizado até o momento nas evidências, alguns avanços podem ocorrer se houver melhorias na qualificação técnica e na infra-estrutura que permita condições de trabalho de acordo com as normativas e com a era digital e tecnológica que vem se apresentando cada vez mais. Para tanto, a vigilância socioassistencial é considerada fundamental para aprimorar a governabilidade digital do SUAS-BH e perpassa pela descentralização da responsabilidade desta função para todos (as) agentes públicos, bem como pelo aprimoramento da curadoria dos dados.

### 5.5) Aspectos simbólicos ou culturais da invisibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH

Neste terceiro e último aspecto analisado, consta o agrupamento de respostas das (os) agentes públicos (as) entrevistadas (os) que consideram pontos de conflitos que criam barreiras para a visibilidade estatística do público LGBT no SUAS-BH. Desta forma, o Quadro 8 mostra as evidências para cada categoria, acompanhada da quantidade de subcategorias (nas linhas) e do total de respondentes que as mencionaram (em colchetes), seguindo o mesmo padrão anteriormente apresentado.

**Quadro 8 - Aspectos simbólicos ou culturais da (in)visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH**

<b>Categorias de Aspectos simbólicos e nº de evidências</b>	<b>Subcategorias e números de evidências</b>	<b>G</b>	<b>T</b>
<b>I- Postura individual em relação a obrigatoriedade da coleta de dados sobre Orientação Sexual e Identidade de gênero [27]</b>	<i>I.1 -Totalmente favorável a coleta e realiza sempre [15]</i>	6	9
	<i>I-2-Favorável e realiza quando possível ou conforme demanda, mas acha constrangedor ou invasivo [10]</i>	4	6
	<i>I-3-Desfavorável, mas coleta ou orienta a coletar eventualmente a depender da situação [2]</i>	1	1
<b>J - Dificuldades em relação aos princípios que norteiam a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH [43]</b>	<i>J.1- Falta de alinhamento sobre auto-declaração [22]</i>	6	16
	<i>J.2- Desrespeito à auto-declaração [5]</i>	2	3
	<i>J.3- Condições do (a) usuário em responder [16]</i>	7	9
<b>K- Barreiras relacionadas ao preconceito e discriminação ao LGBT na postura dos (as) agentes públicos [29]</b>	<i>K.1- Reconhece na própria postura individual [7]</i>	1	6
	<i>K.2- Reconhece na postura de outros (as) agente públicos [22]</i>	8	14

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Deste movimento, coletou-se 99 evidências que sinalizaram os aspectos simbólicos ou culturais como: posturas individuais, opiniões, percepções, estigmas, questões religiosas, valores éticos, morais, concepções políticas, ideológicas, modos de vida, regionalismos, questões geracionais, de gênero, classe, raça, etnia, etc. Ou seja, como que cada entrevistado (a) percebe (ou não) e reconhece (ou não) o LGBT como público do SUAS-BH e lida com a coleta (ou não) de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero.

### 5.5.1 - Postura individual em relação à obrigatoriedade da coleta de dados sobre Orientação Sexual e Identidade de gênero

Nesta categoria foram agrupadas respostas dos (as) agentes públicos (as) com 27 evidências. Deste movimento de categorização, dividiram-se as respostas em três subcategorias, sendo a primeira intitulada de “*Totalmente favorável a coleta e realiza sempre*”, com 15 evidências de agentes públicos que sinalizam sempre coletarem dados sobre orientação sexual e identidade de gênero, mesmo que não seja no primeiro atendimento realizado com o (a) usuário (a) do SUAS-BH. De modo geral, as (os) respondentes desta subcategoria sinalizaram ter um cuidado em fazer as perguntas, cada um realiza uma estratégia diferente, de modo a não parecer um questionário mecânico de perguntas e respostas, compondo assim, um processo de conhecimento daquele ser humano e das suas particularidades ofertando um espaço acolhedor para realizar a entrevista social. O trecho a seguir da (o) respondente TAC6 5 ilustra isso:

*Eu na verdade trabalho com eles/elas muito assim, é da escuta, e quando eu eu abordo isso, eu abordo mais de uma forma sem ser muito essa coisa do questionário, sabe? Assim é como se fosse uma conversa informal aqui com eles, entendeu? É perguntando assim, quando chega [usuários/as] às vezes ai eu pergunto assim, “qual que é a sua orientação?” “aí, o que é isso?” Ai eu falo... Ah... se você se considera hetero ou se você se considera homo.. e ai eu vou explicar. “Hétero é, por exemplo, se é uma mulher que gosta de homens, homossexual é...” ai eu eu trago isso para uma linguagem mais simples, aí tem uns que assustam e fala assim, “não eu gosto de [tal gênero] e aí eu desconstruo isso... mas e se você gostasse de [tal gênero], qual o problema?” Eu sempre trago essa problematização e eu vejo que ainda tem uma dificuldade de compreensão. Do que que é identidade de gênero e do que que é orientação sexual, tem muita dificuldade ainda.*

Interessante perceber que a respondente acima sinaliza que ao tempo que é uma forma de coletar um dado e conhecer as particularidades dos sujeitos, também é uma oportunidade de fazer um exercício pedagógico e desmistificar estigmas durante a prática profissional. A(o) respondente TMC 10 acrescenta sobre propiciar este espaço de acolhida para que a pessoa se sinta a vontade para falar sobre sua vida, pois se declarar LGBT é um ato de coragem<sup>78</sup> e que é preciso refletir qual espaço está sendo ofertado para que os (as) usuários falem sobre isso com os(as) agentes públicos:

*Para que elas também se sintam acolhidas, assim, acho que a visibilidade vem disso também, né? Eu só me permito ser visível se eu me sinto pertencente, né? Se eu me sinto pertencente, quando eu me aproprio desse*

<sup>78</sup> Conforme citado por Carvalho e Barreto (2021) e Spirizi *et al* (2022) no capítulo anterior.

*lugar. Isso precisa ser consentido, né? Precisa ser permitido, para que eu me perceba naquilo ali, né? Para que eu tenha clareza, isso mesmo, né? Porque os posicionamentos, a gente se posicionar exige uma coragem muito grande. E eu fico pensando nessa questão da responsabilidade, você se responsabilizar é você se expor. E que retaguarda a gente está propiciando para essas pessoas para que elas se exponham? Então, eu fico pensando na nossa responsabilidade nisso, assim. A classificação é muito importante para fins de identificação, né? É muito, muito importante. Mas é a nossa responsabilidade mesmo. [...] Eu acho que a gente está falando de identidade, da forma como eu me percebo como sujeito. Isso é muito sério, isso é muito potente. Então, isso diz de quem eu sou e das resistências, das estratégias de enfrentamento que a pessoa tem vivenciado durante toda a sua vida. Essas questões são muito fortes de orientação, de gênero, são muito fortes, porque dizem de muitas coisas, né? Então, eu fico pensando nesse cuidado que a gente tem que ter mesmo. Então, ao fazer essas perguntas para que a gente propicie um ambiente minimamente acolhedor e seguro para que a pessoa possa verbalizar isso (TMC10).*

O respondente TMC 5 contribui com esta perspectiva sinalizando que a obrigatoriedade do preenchimento dos campos implicaria os(as) agentes públicos a desenvolver estratégias de coleta de dados e buscar internamente sanar dificuldades individuais em desenvolver esta ação:

*Porque eu acho que isso faz parte de conhecer, sabe? Faz parte da história dos sujeitos, eu pergunto de todo mundo.[...] É, porque eu já tenho uma coisa de... De entender o sujeito como um todo, né? Assim, isso faz parte dele, né? faz parte daquilo que ele constrói, né? De sujeito...É, trajetórias de vida, de tudo.. [...] Eu acho que deveria ser obrigatório [perguntar], do ponto de vista, justamente pra gente conseguir ter um, porque eu acho que quando é obrigatório o sistema de trava, ou seja, ele te trava e te obriga a ir lá na caixinha e marcar, se você não souber te obriga na próxima vez a criar estratégias de abordagem com aquele usuário, porque pra tirar esse tabu, eu não sei qual é esse tabu de, no meu entendimento, mas eu falo assim, se você já tem um vínculo com aquele usuário qual é a sua dificuldade de perguntar a orientação sexual deles? O que te impede? Acho que esse profissional tem que dizer o que impede, porque se é um dado que ele precisa pra certificar ele o que impede ele de abordar e perguntar?[...] Tem uma relação de não perguntar, desse ponto da pessoa achar que você está julgando ela, né pela aparência, ou pelo jeito de falar, o jeito de gesticular, né acho que tem muito disso, assim que eu acho que alguns técnicos ficam receosos nisso, de julgar. Mas aí eu falo assim, gente, não é no primeiro atendimento, acho assim, quando você cria um vínculo, você consegue inserir, a pergunta da orientação sexual, de uma maneira leve, com a pessoa respondendo, o nome, mas é normal, porque isso não é de outro mundo [...].*

O questionamento realizado no trecho do respondente citado acima introduz a segunda subcategoria encontrada, intitulada de “Favorável e realiza quando possível ou conforme demanda, mas acha constrangedor ou invasivo” com 10 evidências coletas. De modo geral, os (as) respondentes desta subcategoria sinalizaram que compreendem a relevância em coletar dados sobre orientação sexual e identidade de gênero e são favoráveis, mas nem sempre fazem, pois se sentem constrangidos ou acham as

perguntas invasivas. Assim, a maioria das (os) respondentes afirmaram que aguardam os (as) usuários falarem deste assunto, ou ter alguma demanda que justifique a pergunta, pois então ficarão mais a vontade. O trecho do respondente TMC6 ilustra isso:

*[...] Eu particularmente espero a fala do usuário. Porque eu, particularmente, fico com receio de ser invasivo. Com a sinalização, com a pergunta é, como que esse usuário vai receber se de alguma maneira eu inferi, fazer alguma inferência em relação à questão de gênero, então eu sempre fico é que ele diga direto ou indiretamente. A respeito da questão de gênero pra ele. [...] Eu sempre espero verbalizar. Porque eu sempre vou achar que por mais que já tem vínculo estabelecido um laço estabelecido com o usuário, se partir do trabalhador, da minha parte, algo nesse sentido, eu acho que é invasivo. É tudo bem que eu tenho um sistema planilha que eu preciso preencher, mas se for partir de mim, a pergunta, indagação, eu sempre vou achar que eu estou no campo da invasão. De invadir o usuário, aí quando ele diz por ele mesmo, aí eu fico à vontade para poder preencher.*

Ainda, destaca-se que a maioria das (os) respondentes sinalizaram que para coletar dados sobre orientação sexual e identidade de gênero precisam estabelecer vínculo, ter intimidade e tempo de acompanhamento. Assim, percebe-se que existe dificuldade em abordar a orientação sexual e a identidade de gênero com os (as) usuários (as), na medida em que demonstra que (as) os agentes públicos instituem uma espécie de norma para falar sobre estes assuntos. A autora Guimarães (2018, pg. 113) chama essas dificuldades de “efeito de interdição de fala”, em que muitos agentes públicos falam abertamente sobre os mais diversos assuntos, que também podem gerar constrangimentos dos mais diversos por serem “íntimos”, mas quando se trata de sexualidade é tratado como um tabu. Insta salientar que o entrevistado TMC6 citado acima que inicialmente afirma ser invasivo abordar a sexualidade e identidade de gênero, num segundo momento faz um contraponto:

*De repente a gente volta lá no começo da entrevista, de pensar uma sociedade conservadora que reflete nessa conduta de não perguntar sobre a questão de gênero. E eu tô dizendo isso porque, por exemplo, é, a gente fica mais à vontade para perguntar, por exemplo, o grau de instrução, do usuário? Então é uma pergunta, OK? Não, não, não, em tese, não traz nenhum tipo de constrangimento nem do trabalhador e nem para estar sendo perguntado para o usuário. E que aí já é diferente para perguntar algo em relação à questão de gênero? (TMC 6).*

Destaca-se que também foram identificadas duas pessoas que se posicionaram “Desfavorável, mas coleta ou orienta a coletar eventualmente a depender da situação”, ou seja, dependendo da situação a coleta dos dados sobre identidade de gênero ou orientação sexual são necessárias para realizar algum encaminhamento, mas que não são favoráveis a ter isso como regra. O trecho a seguir da respondente TAC 3 ilustra isso:

*Se eu padronizar isso, como que eu técnica de psicologia abordo isso? Se colocar numa caixinha eu estou rotulando, principalmente com essa população que já é rotulada, pode criar uma barreira técnica, então é preciso ter um entendimento maior sobre isso e não colocar o adolescente numa caixinha, é preciso ter manejo para abordar estas questões com adolescentes que têm muitas feridas [...] alguns adolescentes tem aversão ao próprio corpo porque passou por situações de abuso sexual e muitas vezes não se trata de uma questão de identidade de gênero, mas porque foi abusado pelo pai e assim a identidade de gênero ou sexualidade pode estar fragilizada, mas pelas violações que vivenciou e que se forem cuidadas podem mudar de ideia, então será que seria favorável tabular? É lindo para estatística, mas para o meu trabalho não [...] eu vejo que tabular seja positivo com adultos, mas com adolescentes não [...].*

Observa-se no trecho sinalizado acima que a respondente demonstra ter “receio em rotular” os (as) adolescentes ao coletar dados sobre orientação sexual e identidade de gênero, negando a estes sujeitos a próprio auto-declaração de identidade de gênero e orientação sexual, com o argumento associativo de trauma de abuso sexual com expressões de identidade de gênero e sexual.

Ao se omitir, ter medo, receio e constrangimento de falar sobre "sexualidade" do usuário, aqui lógico não a de qualquer usuário, mas este inserido na população LGBT, o profissional pode estar negando a este sujeito a afirmação de sua identidade, que inclui sim a sua sexualidade, mas também aspectos psicológicos e sociais imprescindíveis no entendimento do humano, os quais nortearam e coordenaram os cuidados integrais e equânimes a esta população (GUIMARÃES,2018, pg. 116).

Aparentemente na fala da (o) respondente TMC 3 supracitada há indícios de patologização sobre a população LGBT adolescente e de crença na possibilidade de “cura-gay” a partir do “cuidado” e tratamento do trauma, prática proibida pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1999, conforme já sinalizado neste texto.

#### *5.5.2 - Dificuldades em relação aos princípios que norteiam a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH*

Nesta categoria foram agrupadas respostas dos (as) agentes públicos (as) com 43 evidências. Deste movimento de categorização, dividiram-se as respostas em quatro subcategorias, sendo a primeira intitulada de “Falta de alinhamento sobre autodeclaração”, com 22 evidências coletadas que demonstram diversas percepções sobre o princípio da autodeclaração na coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero. De modo geral, a maioria dos respondentes sinalizaram que coletam os dados conforme os (as) usuários (as) declaram. No entanto, há dois

entendimentos sobre isso, de um lado sete (7) respondentes entendem que pelo fato de ser informação autodeclarada, não devem perguntar e sim aguardar o momento do (a) usuário (a) abordar o assunto, o que justifica tantos cadastros com dados em branco. Por outro lado, 15 respondentes sinalizaram que é necessário perguntar a orientação sexual e identidade de gênero a todos (as) os usuários (as) do SUAS-BH e preencher os dados conforme ele (a) se autodeclarou. O trecho a seguir ilustra a fala da maioria:

*[...] é o que eu digo, o técnico precisa fazer essa pergunta, eu sempre reforço, você tem que perguntar, não é achismo, porque não é assim que a gente trabalha, a gente precisa realmente saber como aquelas pessoas, elas se enxergam, como elas querem ser chamadas, então é importante que isso seja tratado. Então, realmente é auto declarado(GMC5).*

No entanto, coletou-se cinco evidências de respondentes que reconhecem que desrespeitam o princípio da auto-declaração e preenchem os dados nos cadastros sem perguntar, especialmente das pessoas cisgeneras, conforme ilustrado no trecho a seguir:

*[...] Mais nessa questão de ser LGBT, porque quando é, cis e trans, principalmente quando é cis, a gente meio que preenche já automaticamente: É cis homem, cis mulher, sem perguntar. Agora quando é público LGBT aí há uma lacuna porque aí eu pref...porque o público LGBT ele são vários né, não é homem ou mulher. Então assim, é, eu busco é me qualificar melhor pra preencher e quando eu não tenho essa, essa resposta fidedigna. (TMC 2)*

*No entanto a respondente GMC 4 destaca que não é realizada entrevista com ninguém e são as equipes que preenchem os dados.*

*Na realidade, a gente não faz entrevista com os usuários, isso não é só o LGBT. A gente não faz entrevista com usuário nenhum. Então, tudo somos nós que preenchemos. Eu não te pergunto, tipo Censo, entendeu? Eu pergunto pra ele. Igual você me perguntou aqui, qual é a cor com a qual eu me identifico, qual é o gênero com o qual eu me identifico, eu não pergunto isso pra ele. Sou eu que preencho. Eu não, no caso, são os técnicos, né? São os técnicos que preenchem. Então, isso aí pode ser um fator de fragilização dos dados, né? Porque é o técnico que tá dizendo se ele é LGBT ou não, é o técnico que tá dizendo se ele é mulher cis, mulher trans, homem cis, homem trans. É o técnico que diz, porque não é uma entrevista. A gente vai no campo, faz abordagem, a gente faz o atendimento aqui na demanda espontânea e a gente colhe. Eu não pergunto pra ele com qual cor você se identifica. Eu preencho com qual cor eu o identifico.*

Com base nas evidências citadas há um descompasso entre a norma e a realidade quando se trata deste princípio fundamental para a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero, podendo ser considerado uma violação de direito dos (as) usuários do SUAS-BH. Conforme sinalizado por Resadori e Rio (2018, pg 10), a não garantia da autodeclaração em instrumentos de coleta de dados fere um



direito individual em que os sujeitos podem se reconhecer em determinados grupos sem ser questionados ou invalidados.

Com relevância, ainda nesta categoria, os (as) respondentes sinalizaram que consideram sempre as “*Condições do (a) usuário em responder*”, com 16 evidências, pois muitos não entendem as nomenclaturas, podem ficar incomodados com as perguntas, ou por serem públicos específicos com dificuldades em responder como, por exemplo, crianças e ou adolescentes. Também foi sinalizado que alguns casos, especialmente para os serviços que atendem a população em situação de rua, que se os usuários estão alcoolizados ou sob efeito de alguma outra substância é só realizado o atendimento, mas o cadastro não é preenchido naquele momento. Assim, a depender da situação, justificam-se os cadastros de alguns usuários ficarem incompletos.

### *5.5.3 Barreiras relacionadas ao preconceito e discriminação ao LGBT na postura dos (as) agentes públicos*

Por fim, na última categoria analisada neste texto, agruparam-se as respostas dos (as) agentes públicos (as) com 22 evidências que sinalizam barreiras simbólicas ou culturais identificados na postura dos (as) agentes públicos (em si próprios ou outros) que se refletem em práticas discriminatórias ou preconceituosas. Deste movimento de categorização, dividiram-se as respostas em duas subcategorias que reconhecem barreiras religiosas, morais, ideológicas ou geracionais na própria prática profissional ou nas dos seus pares. Desta forma, mesmo que não tenha sido objetivo da pesquisa e que não tenham sido perguntadas diretamente para nenhum dos entrevistados sobre práticas discriminatórias ou preconceituosas aos LGBT no SUAS-BH, estas barreiras emergiram na fala da maioria das (os) respondentes.

Percebeu-se ao longo da maioria das entrevistas que muitas vezes as palavras pareciam ser escolhidas cuidadosamente nas respostas, com certo receio de errar as terminologias ou conceituações sobre o público LGBT. Uma possível interpretação para essa questão é que em alguma medida a figura da entrevistadora, ocupando duplo papel de pesquisadora da temática LGBT e atuando diretamente em um serviço especializado ao público LGBT, pode ser mais do que um cuidado com a fala, mas talvez uma imposição do “politicamente correto”<sup>79</sup> no momento de expressão de opinião.

---

<sup>79</sup> Ver Devah Pager (2006).

No entanto, sete (7) evidências foram coletadas de respondentes que realizaram um processo reflexivo durante a entrevista e que *reconheceram em si mesmos (as)* a existência de dificuldades em compreender as especificidades da população LGBT e eventualmente reproduzirem práticas discriminatórias ou preconceituosas, tanto pela fala como pelo silenciamento. O trecho a seguir da (o) respondente TMC 2 ilustra esta primeira subcategoria:

*Então, mas a gente, é, hesita em falar sabe, assim, porque a gente tem ferramentas pra trabalhar melhor isso sabe, eu entendo que eu como profissional eu posso trabalhar isso de uma forma, posso melhorar esse trabalho nesse sentido sabe [...] mas que algo que talvez, é, traga o porquê disso, essa questão mesmo cultural de orientação que já te leva né pra uma resposta já pronta: É e não é, pronto e acabou. [...] a sociedade tem essa questão: é homem/mulher, e a questão do LGBT ainda ela perpassa por muitas questões de preconceito, de rejeições e tudo, ela tem que ser melhor apresentada no sentido assim de desconstrução dessa, dessa questão cultural. [...] Olha, essa questão do cultural ela vem com, com o profissional, assim, nem sempre o profissional, eu tô falando eu, tá? [...] Assim eu, por exemplo, eu trago uma, eu respeito assim, eu não tenho problema nenhum de conversar, mas eu trago, é, na minha essência uma orientação né, é, homem/mulher, eu tenho que às vezes ouvir coisas assim, é, no meu vínculo pessoal, assim, que me machuca no sentido, assim: Mas o que é que tem a pessoa ser diferente e gostar...? E às vezes eu preciso me calar porque eu não vou ter é, é, pernas pra debater ou eu vou criar outros problemas que, que vai me prejudicar pessoalmente, entende? [...] assim, a gente tem que entender que as coisas, elas não podem ser impostas: “Olha, é assim, assado”, porque assim como o público LGBT tem suas escolhas, tem suas orientações, o público que não é tem também né. Então assim, eu acho um tema muito, muito, é, delicado se discutir sabe. Eu não consigo, é como eu disse, mesmo trabalhando, mesmo tendo as capacitações, eu, tirando o profissional, eu não tenho, eu não consigo discutir esse assunto assim, por exemplo, com, com minha mãe que tem 82 anos né, que me criou, teve uma criação totalmente diferente, mas tem horas que ela fala umas coisas assim que já me incomoda: Mas não é assim né. Então tenho que, é, ter um manejo, ter um modo de apresentar isso pra ela sem ferir também as escolhas dela. É um tema assim bem, bem delicado [...].*

Ainda, a respondente TMC1 acrescenta a questão da LGBTfobia estrutural que está intrínseca a toda a sociedade e que exige um movimento individual também dos (as) agentes públicos em buscar desconstruir em si mesmo(a)s:

*Ainda tenho dificuldade também como qualquer outro porque, assim, é uma questão estrutural né, a gente foi estruturado de uma forma, assim, com um viés de ideologia de religião, então pra você fazer esse movimento pra você passar a olhar o mundo de uma forma diferente, começa por dentro da gente. Então eu percebo assim que..., eu também tenho às vezes dificuldade, mas eu aos poucos..., porque pra mim, eu penso assim, é um ser humano que tá ali, independente de orientação, de gênero, o que for, é um ser humano e dali que eu começo a perceber que tem uma alma ali feminina, trabalho com essa alma feminina, converso com essa alma feminina. “Tá, não, é uma alma masculina”, então eu trabalho..., eu falo homem no sentido mais de psique mesmo, sabe, de estrutura e dali eu vou conduzindo, eu levo isso pra minha parte, levo isso pra abordagem, mas quando eu tenho dúvida eu pergunto,*

*sabe, eu tenho..., como é uma relação humana assim muito..., eu tenho abertura, eu falo: “E aí, como é? Como é que eu posso te chamar?” entendeu? com jeito, mas eu percebo que esse tato, essa delicadeza, essa sutileza ela não tá muito aqui dentro...Então não adianta, se você não compreender que existe um outro universo, que as pessoas se identificam de outras formas daquelas que a gente não nasceu introjetada naquilo, que é multiverso, é múltiplo. E aí se você não concebe isso, você não consegue nem se abrir pra aprender, cê tem que pelo menos abrir. Se abrindo pra aprender, aí você já consegue racionalizar né, interagir com os colegas, trocar ideias, daí você vai pra prática, pra ponta né. Às vezes vai errar, vai. Vai fazer umas perguntas, vai comparar, vai começar, pode ser..., e a gente ia, eu já fiz, eu já errei muito assim [...].*

Por último, 22 evidências foram coletadas de respondentes que *reconheceram na postura de outros (as) agentes públicos* a existência de dificuldades em compreender as especificidades da população LGBT e eventualmente reproduzirem práticas discriminatórias ou preconceituosas, também tanto pela fala ou pelo silenciamento, tratando a sexualidade e a identidade de gênero como tabu. O trecho a seguir da (o) respondente TAC 6 ilustra esta segunda subcategoria:

*[...] eu acho que é uma pauta que ainda existe um tabu né de ser dialogada, porque ainda no universo generalista muitas pessoas ainda têm dificuldade de entender o que que é o homem trans, o que é mulher trans, o que que é o travesti. Então, orientação, por exemplo, o que é pansexual, assexual. Então isso ainda dá uma divergência, né? E, concomitante a isso ainda, a gente tem um público aqui de moradores e também de monitores, que são evangélicos né? E aí tem essa questão muito cerceada, sabe? É de não querer às vezes compreender, porque acredita piamente que Deus fez só o homem e a mulher, sabe? Mas como a gente está num estado laico, né? E assim é são abertos a isso, mas tem uma dificuldade ainda de apropriar-se disso. E até mesmo levar isso pra casa, né? Porque eu acho que nós somos mini formadores, sabe? Porque eu acho que é importante a gente não só como técnico, mas como pessoa humana. É ser pequenos formadores, multiplicadores de informações, sabe? .Porque a gente precisa é enquanto, eu falo como um ato político mesmo, sabe? É tomar esse espaço, sabe de democrático de discussão. Porque nos últimos anos a gente teve uma política, é muito voltada pra pra família, composta de pai, mãe, filho, sabe e ficou como uma aberração, né? É isso, munido com um governo que aprovava isso, né? [...] tem alguns que falam “isso é modismo, todo mundo agora quer que ser gay todo mundo quer ser lésbica, que o mundo é bi...” sabe? Então assim, essas desconstruções que a gente precisa, nesse breve tempo que as [pessoas] ficam aqui, de trazer isso também, do sentir até mesmo para convivência aqui, né, porque infelizmente ainda a gente tem uma sociedade que é muito machista, né? [...] a mulher ainda muito objetificada e aí nesse contexto, gays, lésbicas e travestis, trans, a invisibilidade ainda é muito grande...preconceito, é muito maior, né? Então, assim, é de piadinhas, então assim a gente sempre trabalha aqui nesse contexto da piada também, sabe da denotação pejorativa. Sabe... viadinho, florzinha, gayzinho, sapatão, sabe? A gente traz isso nos atendimentos, assim é de uma não punitiva, mas mais educativa, de sensibilização, de conhecimento mesmo, sabe?*

Ainda, a fala da respondente TAC 2 contribuiu com esta subcategoria, dizendo desse processo educativo realizado cotidianamente com seus pares quando percebem práticas LGBTfóbicas na instituição:

*Então acho que algumas pessoas têm dificuldades sabe, até mesmo na tratativa, de às vezes se refere é ela, se refere ele, é ele, se refere ela né. Então às vezes eu falo: Oh, se tiver dificuldade cê pergunta pra pessoa como é que ela quer ser chamada: “Como é que você gostaria de ser tratada [o]?” Porque a pessoa vai te falar né. Então assim, às vezes você cometeu uma gafe, pede desculpa né [...] “Oh, cê me desculpa”. Sabe, eu acho que essas coisas são construídas né com a experiência das pessoas. Então assim, ainda mais né os educadores que tão diretamente com os adolescentes sabe e de não julgar né e não fazer julgamento de valor, “Oh, cê tá aqui pra trabalhar, cê não tá aqui pra passar pro adolescente sua religião, o que cê acredita, se é pecado, se não é, não. Cê tá aqui pra fazer o seu trabalho e respeitar o que o adolescente tá vivendo. Uma coisa é você fazer uma intervenção, outra coisa ficar dando conselho e fazendo julgamento de valor”. Então a gente também acompanha o trabalho dos educadores, eu sempre pontuo isso, acredito que às vezes a dificuldade das pessoas, separar o lado profissional do pessoal, principalmente quando a pessoa tem uma determinada religião sabe: “Ah, é pecado!” eu digo, “Não, é pecado pra você, pra sua religião, mas nem todo mundo..”. [...] mas assim, eu observo que às vezes vem dessa questão mais moral por causa da religião sabe [...].*

Ainda, a respondente acrescenta sobre sua percepção sobre uma associação entre preguiça de se qualificar e práticas preconceituosas em relação ao público LGBT nos discursos de outros gestores do SUAS-BH:

*[...] eu escuto as pessoas falando, assim, de uma certa preguiça de se formar, de compreender isso, mas que na verdade, eu acho que é um preconceito mesmo, sabe? É uma desqualificação da existência dessas pessoas. Então, por exemplo, o fato da sigla passar com mudanças, né, de LGBTQIA+ então, assim, eu já vi várias pessoas falando assim, ah, todo dia muda, isso, assim, todo dia muda, não sei o quê, assim, e assim, isso é super violento, assim, né, isso é desqualificar a existência, a luta política de várias pessoas, assim, então, e ainda dentro de um campo que seria um campo de proteção, assim, que é uma maluquice, assim, eu fico imaginando, se dentro da assistência social a gente ainda tem esse tipo de fala, a gente tem as pessoas muito passivas em relação a se formar e entender isso imagina em outros espaços [...] eu acho que os gestores ficam um pouco mais passivos ainda por ter um distanciamento desse público (GMC1).*

A respondente TMC 1 contribui com esta análise ao sinalizar que o preconceito e a discriminação se escondem em práticas discursivas de “ausência de qualificação ou de não saber” e que percebe essa postura em muitos colegas ao delegar o atendimento da população LGBT a “quem tem mais preparo” conforme ilustra o trecho a seguir.

*[...] eu percebo que alguns colegas tem essa dificuldade, então na hora da condução não conseguem, não conseguem conversar, perguntar, ainda fica preso, tem questões pessoais, preconceitos né, assim, religiosidades. Então a pessoa não consegue sair desse caixote. [...] Eu acho que tem que começar a discutir, porque fica um tabu de não falar, tem um silêncio e aí na hora que vai falar todo mundo dá uma agarrada, aí quem tem mais domínio assim,*

*que traz uma informação, no mais agarra. Então começar conversando, capacitando, orientando dando um suporte, e daí, se não funcionar, mas se você tiver um suporte, uma capacitação, uma orientação, se na prática não funcionar, aí não é falta de apoio, apoio técnico, não, aí é da própria pessoa, é um preconceito [...] eu já vi destratar, de não conseguir, não tratar, ou então: “Vai lá, vai lá você, cê que gosta de falar, vai lá, é, vai você que entende?” Então eu acho que as pessoas que são preconceituosas, elas podem se esconder nisso, na falta de preparo, isso pode ser até uma desculpa, até um discurso assim: “Não, eu não tenho preparo”, beleza, tá não tem, mas e quando começar a se preparar, a se capacitar? Se ficar, é porque é da pessoa, é da lógica da pessoa, é do preconceito da pessoa, entendeu?*

Com base nas evidências coletadas, percebe-se que os (as) agentes públicos agem em seus espaços de trabalho sob forte influência de suas subjetividades, adquiridas com suas experiências, valores, histórias de vida, bem como também pela conexão que estabelece com determinados grupos vulneráveis, a exemplo do grupo LGBT. Contudo, apesar de todos estes aspectos simbólicos e/ou culturais atrelados as subjetividades individuais que fazem parte de um processo de formação humana, existem ferramentas institucionais (sinalizadas ao longo deste texto) que permitem conduzir o trabalho dos (as) agentes públicos e dar o tratamento adequado para a condução do trabalho técnico respeitando os direitos de reconhecimento, autodeclaração e atendimento da população LGBT.

Diante de tantos avanços observados na visibilidade LGBT expostos neste trabalho até o momento, e com intuito de concluir este trabalho, salienta-se aqui o paradoxo exposto pelos autores Mello, Avelar e Brito (2014) na conclusão da sua pesquisa sobre as políticas LGBTs no Brasil “Nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada” (p. 315). Ou seja, indica-se que todas as conquistas e iniciativas são importantes e necessárias, mas ainda insuficientes, pois o Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas LGBT no mundo. Pondera-se que, talvez, a questão das violências dirigidas à população LGBT (e, assim, de seu enfrentamento) extrapole as possibilidades de atuação governamental em seus marcos jurídicos, uma vez que há dimensões do preconceito e da discriminação culturalmente arraigados, produzidos e reproduzidos no cotidiano

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se mostrar o modo como a população LGBT conseguiu, em alguma medida, sair do “Estado de Armário” para se tornar um “problema público” no curso de um longo processo histórico de aquisição de visibilidade no SUAS-BH. Destaca-se que a análise sobre o processo de visibilidade ou a invisibilidade da população LGBT em banco de dados públicos implicou necessariamente compreender os processos históricos de constituição de agenda pública e institucional inerente a cultura de problemas públicos no Brasil.

Para tanto, a mobilização de autores como Gusfield (1981) Capella (2006), Silva e Melo (2000) e Souza (2003), dentre outros, foram importantes para compreender como este processo de saída de um estado de “coisas” não se materializa rapidamente, tampouco sem obstáculos, pois mesmo após um problema se tornar público e entrar para a agenda política, os campos de forças seguem em constante disputa, são cíclicos e a depender da conjuntura podem ter momentos de avanços e retrocessos. Assim, observou-se que por muitos anos os problemas da população LGBT foram discutidos em diversas esferas, mas permaneceram somente no “estado de coisas” sem conseguir avançar para entrar na agenda governamental e se traduzir em políticas públicas.

Deste modo, procurou-se nesta pesquisa destacar: I) Quais são as políticas, órgãos e serviços (governamentais e não governamentais) em nível federal e municipal que estiveram ou estão envolvidos neste processo de aquisição de visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH; II) O papel do ativismo LGBT desenvolvido ao longo deste processo histórico de constituição de agenda LGBT no SUAS-BH; III) Como todos (as) os (as) envolvidos neste processo se relacionam, quais são os focos potenciais de conflitos, como as tensões aparecem e são (ou não) resolvidas.

Com base nisso, percebe-se que o objetivo proposto nesta pesquisa foi alcançado, pois a pesquisadora coletou, organizou e analisou uma diversidade de dados e informações sobre o processo de aquisição de visibilidade estatística LGBT no SUAS-BH, nunca antes documentados. Insta salientar que os resultados da pesquisa indicaram que este processo se expressa em três aspectos gerais, sendo: 1) Aspectos históricos, 2) Aspectos estruturais e 3) Aspectos simbólicos ou culturais.

Destarte, sobre o primeiro aspecto, demonstrou-se este processo histórico de constituição de agenda LGBT e como se interseccionou tardiamente no SUAS-BH se

comparado às demais políticas públicas a exemplo da saúde que foi pioneira em desenvolver ações a este segmento. Constataram-se avanços ao longo do tempo e que hoje este segmento já se expressa como público-prioritário em normativas do SUAS-BH. Ainda, esta imersão histórica realizada permitiu observar que o ativismo LGBT desempenhou papel importante no campo da produção estatística e vem conquistando respostas estatais em relação ao reconhecimento em bancos de dados públicos e o SIGPS é um exemplo disso, pois se destaca simplesmente por já ter os campos de orientação sexual e identidade de gênero para preenchimento, mesmo que ainda sejam subnotificados.

No entanto, foram encontradas clivagens e pontos de conflitos que se constituem como barreiras estruturais e simbólicas para que a visibilidade LGBT seja uma realidade nos bancos de dados do SUAS-BH. Assim, no segundo aspecto, sinalizou-se barreiras e dificuldades estruturais em relação a operacionalização dos bancos de dados, especialmente porque existem diversos bancos de dados extra-oficiais, além do SIGPS, que se quer permitem qualificar a população LGBT pela ausência dos campos ou de orientação sexual ou de identidade de gênero. Também se pontuaram dificuldades em relação à qualificação técnica e normativas específicas, relações entre o Estado e o terceiro setor, instrumentalização estatística e a vigilância socioassistencial. Sinalizou-se também que a dinâmica estatal revela sobrecarga de trabalho, ausência de condições físicas, materiais e de recursos humanos. Com tudo isso, muitas vezes se criam entraves para que haja governabilidade digital e vigilância socioassistencial de forma a possibilitar que a visibilidade do público LGBT nos bancos de dados do SUAS-BH seja uma realidade.

Por último, o terceiro aspecto analisado tratou de barreiras simbólicas ou culturais percebidas pelos (as) agentes públicos em relação ao público LGBT considerando posturas individuais, opiniões, estigmas, questões religiosas, valores éticos, morais, concepções políticas, ideológicas, modos de vida, questões geracionais, etc. em si mesmos (as) ou em seus pares. Percebeu-se que os (as) agentes públicos conseguem ponderar que as suas subjetividades influenciam no exercício da prática profissional e pode afetar tanto a forma como lidam com o grupo LGBT, bem como, a forma com que coletam (ou não) os dados e informações sobre este segmento.

Conclui-se esta pesquisa afirmando que a visibilidade estatística da população LGBT existente no SUAS-BH hoje resulta de um processo histórico de constituição de

agenda pública e institucional inerente a cultura de problemas públicos no Brasil e que se expressa em Belo Horizonte. Observou-se que houve avanços a partir da pressão do ativismo social LGBT ao longo destes mais de 50 anos, passando de “estado de coisas” para um problema público, mas que ainda tem esbarrado em aspectos estruturais e simbólicos da dinâmica estatal que sinalizam que a visibilidade estatística LGBT é um campo em disputa de poder na arena política.



## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wagner L. BRETAS, Nayara L. MAZETTO, Walkíria G. O Serviço Social no Centro de Referência LGBT – CRLGBT de Belo Horizonte (Mg): Reflexões sobre a Prática Profissional. **Anais do v. 16 n. 1 (2019): Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Disponível em: <http://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1168/1146>. Acesso em 05/06/2022.

ANTRA. IBTE. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag. 2022.

ANDRADE, Mariana Dionísio de; PINTO, Eduardo Régis Girão de Castro. Políticas públicas para a articulação de gênero e raça: meios para garantir a representatividade política e jurídica da mulher negra no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 10, n. 2 p.287-308, 2020

BACHARACH, P; BARATZ, M. Poder e Decisão. In Políticas e Sociedade. São Paulo: Cia Ed. Nacional, vol 1, 1979.

BEHRING, Elaine. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. IN: BEHRING, Elaine; ALMEIDA, Maria Helena T. **Trabalho e seguridade social – percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 152-74.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 2016.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de. **Plano Municipal de Assistência Social (PMAS-2022-2025)**. Disponível em:<pmas-2022-2025-versao-25-04-2022.pdf.>. Acesso em 23/04/23.

\_\_\_\_\_. **Plano de Trabalho Coordenadoria dos Direitos da População LGBT**. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. COORDENADORIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBT. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Avaliação da Formação em Direitos Humanos e Cidadania de LGBT: construindo estratégias de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte** [circulação interna]. Belo Horizonte: SMAAS, SMADC. 2015

\_\_\_\_\_: Centro de Referência em Direitos Humanos e Cidadania de LGBT, SMADC. **Programa BH sem Homofobia: ações de enfrentamento ao preconceito e à discriminação em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. (2015). Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=direitosdecidadania&lang=pt\\_BR&pg=5569&tax=48192](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=direitosdecidadania&lang=pt_BR&pg=5569&tax=48192). Acesso em 23 de novembro de 2022.

BENTO, Berenice. (2008). O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense. BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Provimento nº 73 de 28 de junho 2018. **Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais**. 2018. Disponível em: < <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>>. Acesso em 22/06/2022.

\_\_\_\_\_. Lei 7.716 de 05 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor**. 1989. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm)> . Acesso 20/06/2022

\_\_\_\_\_. **Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde. 2010.

\_\_\_\_\_. Supremo Tribunal Federal. **ADO/26. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26**, DF. Relator: Ministro Celso de Mello. Brasília, Distrito Federal, 13 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 8742/1993. LOAS. **Lei Orgânica de Assistência Social**. 1993

\_\_\_\_\_. Lei 8080/90. SUS. **Lei que institui o Sistema Único de Saúde**. 1990.

\_\_\_\_\_. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH**, 2006

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social- PNAS**, 2004

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde. 2010.

BORRILO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Edição Bellaterra, 2001.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo, subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. (2003).

CHAVES, L. G. Mendes. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 149-168, 1977

CARVALHO, AA, BARRETO, R. C. V.. A INVISIBILIDADE DAS PESSOAS LGBTQIA+ NAS BASES DE DADOS: NOVAS POSSIBILIDADES NA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE 2019?. **Cien Saude Colet [periódico na internet]** (2021/Jun). Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/a-invisibilidade-das-pessoas-lgbtqia-nas-bases-de-dados-novas-possibilidades-na-pesquisa-nacional-de-saude-2019/18108?id=18108&id=18108&id=18108> . acesso em Junho/2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília (DF), 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf)>. Acesso em: 19 mar. 2023.

DINIZ, E. H.; FALEIROS, S. M.; PORTO, L. C. Sistemas de informação em políticas sociais descentralizadas: uma análise sobre a coordenação federativa e práticas de gestão. **Revista de Administração Pública**, vol.49, n.1, 2015.

PASSOS, Aléxia Dutra B. **As políticas para mulheres e LGBT na Prefeitura de Belo Horizonte: um estudo comparativo**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Belo Horizonte, 2010. 291f.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, v.3, Universidade Federal do Rio Grande do Norte - CCHLA, n.4, jan./jul. 2009, p. 131-158. Disponível em: . Acesso em: 28 dez. 2009.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990** / Regina Facchini. – Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FRANCO. Lucas, Nascimento. **Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. Disponível em : <<http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39169/COMFOR-GDE-Mod3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 11/11/2022

FARAH, M.F.S. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev. 2001.

FARIAS, L. DE. **O Cadastro Único: uma infraestrutura para programas sociais**. 170 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GGB. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil : relatório 2021 / José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (organizadores).-- 1. ed. -- Salvador : Editora Grupo G a y d a B a h i a , 2022. -- (Relatórios do Grupo Gay da Bahia ; 1)

GREEN, James Naylor. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, n.15, 2000b, p. 271-295.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo, Editora UNESP, 2000a, 541 p.

GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)**. RJ: José Olympio, 2006, 192 p

GUIMARÃES, Rita de Cássia Passos. **Estigma e Diversidade Sexual nos Discursos dos (as) profissionais do SUS Desafios para a saúde da população LGBT**. Tese de

Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. UNB (2018)

GARFINKEL, Harold. **Estudos de Etnometodologia**. 2. ed. London: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2015 [1967].

GUSFIELD. **La Culture des problèmes publics**. Tradução de Daniel Cefai. Paris: Économica, 2009.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

IBGE. **Censo Demográfico (2010)**. Disponível em: <  
<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em 28/08/2020.

IPEA. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em:  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em 01/06/2020.

JANNUZZI, P. M. **Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas: Alínea, 2016.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas: estudos gays – gêneros e sexualidades**, vol. 1, nº 1. 2007.

JUBILUT, Liliana. Itinerário para a proteção das minorias e dos grupos vulneráveis: os desafios conceituais e de estratégias de abordagem. In **Direito à Diferença**. São Paulo: Saraiva, 2013.

KINGDON, J. W. Agendas, alternatives, and public policies. New York: Harper Collins, 1995. Lafer, C. Novas dimensões da política externa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n. 3., fevereiro de 1987

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Renato; TRINDADE, Arthur. **Estatísticas oficiais, violência e crime no Brasil**. BIB, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), pp. 81-106.

LIMA, R.; SINHORETTO, J; BUENO, S. **A gestão da vida e da segurança pública no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Proteção constitucional dos direitos fundamentais culturais das minorias sob a perspectiva do Multiculturalismo. In: **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF: Senado Federal, v. 45, n. 177, p. 19-29, jan./ mar. 2008. Disponível em:  
[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/160330/Prote%C3%A7%C3%A3o\\_constitucional\\_direitos\\_177.pdf?sequence=2](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/160330/Prote%C3%A7%C3%A3o_constitucional_direitos_177.pdf?sequence=2). Acesso em: 2 mai. 2023

LOVEMAN, Mara. National colors: racial classification and the state in Latin America. Oxford: Oxford University Press, 2014

MAZETTO, Walkiria G. “NUNCA SE TEVE TANTO, E O QUE HÁ É PRATICAMENTE NADA”: Inventário sobre a produção de dados e estatísticas da população LGBT em Belo Horizonte-MG. Monografia apresentada ao Curso de Projetos Sociais: Elaboração e Monitoramento da FAFICH-UFMG. 88f. 2020

MELLO, L., AVELAR, R., & BRITO, W. (2014). Políticas públicas de segurança para a população LGBT no Brasil. *Estudos Feministas*, 22(1), 297-320. 2014.

MELLO, Luiz; BRITO, Walderes; MAROJA, Daniela. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cad. Pagu*, Campinas.2012.

MELLO L; Avelar RB; MAROJA D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Soc. Estado*. 2012; 27(2): 289-312.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. Das lógicas do Estado às lógicas da sociedade civil: Estado e terceiro setor em questão. In: *Revista Serviço Social e Sociedade no 59*. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. A funcionalidade do “terceiro setor” no novo trato à “questão social”. **3o Congresso de Assistência e 1o Congresso de Seguridade Social da Amazônia**. Belém: p. 1-38, 2001

MENDES, Lindalva G., JORGE, Alzira Oliveira; Pilecco, Flávia Bulegon. Proteção social e produção do cuidado a travestis e a mulheres trans em situação de rua no município de Belo Horizonte (MG). Em: *SAÚDE DEBATE* | RIO DE JANEIRO, V. 43, N. ESPECIAL 8, P. 107-119, (2019) . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CxwhB3Gr5ZQfV3CySb3CFwg/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22/07/2022

NASEM- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine; Division of Behavioral and Social Sciences and Education; Committee on National Statistics; Committee on Measuring Sex, Gender Identity, and Sexual Orientation. **Measuring Sex, Gender Identity, and Sexual Orientation**. Becker T, Chin M, Bates N, editors. Washington (DC): National Academies Press (US); 2022

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Da Cartografia da Resistência ao Observatório da Violência contra Pessoas Trans no Brasil. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 9, n. 1, p. 220-225, 2018. ISSN 2177-2886

PEDRA, Caio Benevides. **Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro** Curitiba: Appris, 2019.

PEREIRA, P. A. P. (2007); A assistência social prevista na constituição de 1988 e a operacionalização pela PNAS e pelo SUAS. *Revista: Ser Social*, 20, 63-83. Disponível em< <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6982>>. Acesso em 23/04/23

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Ed. Autêntica (2022)

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas:** Conceitos Básicos. 2009.

SANTOS, Ricardo V., & TEIXEIRA, P. O" indígena" que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, 27, 1048-1049. 2011.

SCOTT, JOAN. Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica. In: **Educação e Realidade**, 16(2). Porto Alegre, FAGED, UFRGS, 1986

OARES, L. E. O drama da invisibilidade. In: GUARESCHI, Neusa. org. **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social do contemporâneo** [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p.197-207

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. 2006, n.16, pp.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 01/07/2022.

SOUZA, Jessé. Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, (65), 2005, p.43-69.

SOUZA, Camila Cristina de Castro. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: do estado de coisas ao problema político. Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais**. Universidade Federal do Maranhão.(2015). Disponível em: [políticas-publicas-para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf](#) (ufma.br). Acesso em 23/04/23.

SILVA, L. A. Da discriminação à diversidade: possibilidades e limites das políticas de ação afirmativa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, no. 53, p. 55-69, 2003.

SPIZZIRRI, G., EUFRÁSIO, R.Á., ABDO, C.H.N. *et al.* **Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence.** *Sci Rep* 12, 11176 (2022). Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>>. Acesso em 22/11/22.

SPOZATI, A. **A Menina LOAS**. São Paulo: Cortez. 2002

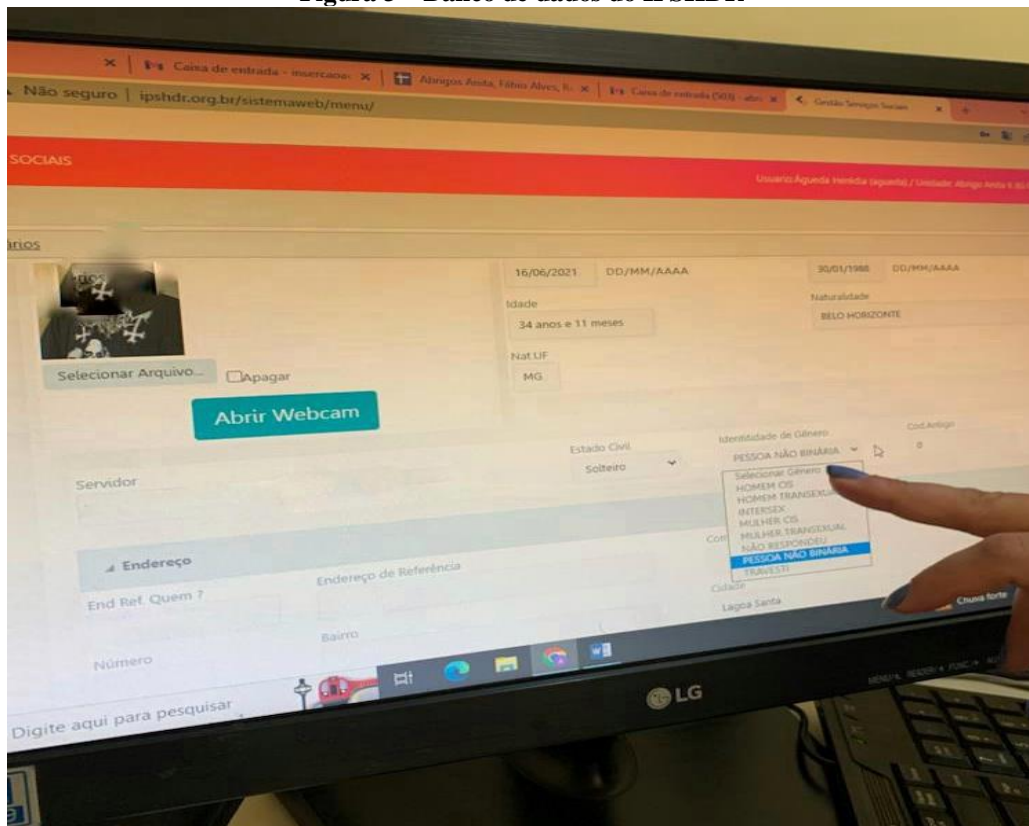
YOGOKARTA. **Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007. Disponível em: <<http://www.yogyakartaprinciples.org>>. Acesso em 01/07/2022.

WUCHER, G. **Minorias: proteção internacional em prol da democracia**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000

**APÊNDICES**

APÊNDICE A - BANCOS DE DADOS EXTRA-OFICIAIS DO SUAS-BH

Figura 3 – Banco de dados do IPSHDR



Fonte: Arquivo pessoal – Imagem coletada em campo

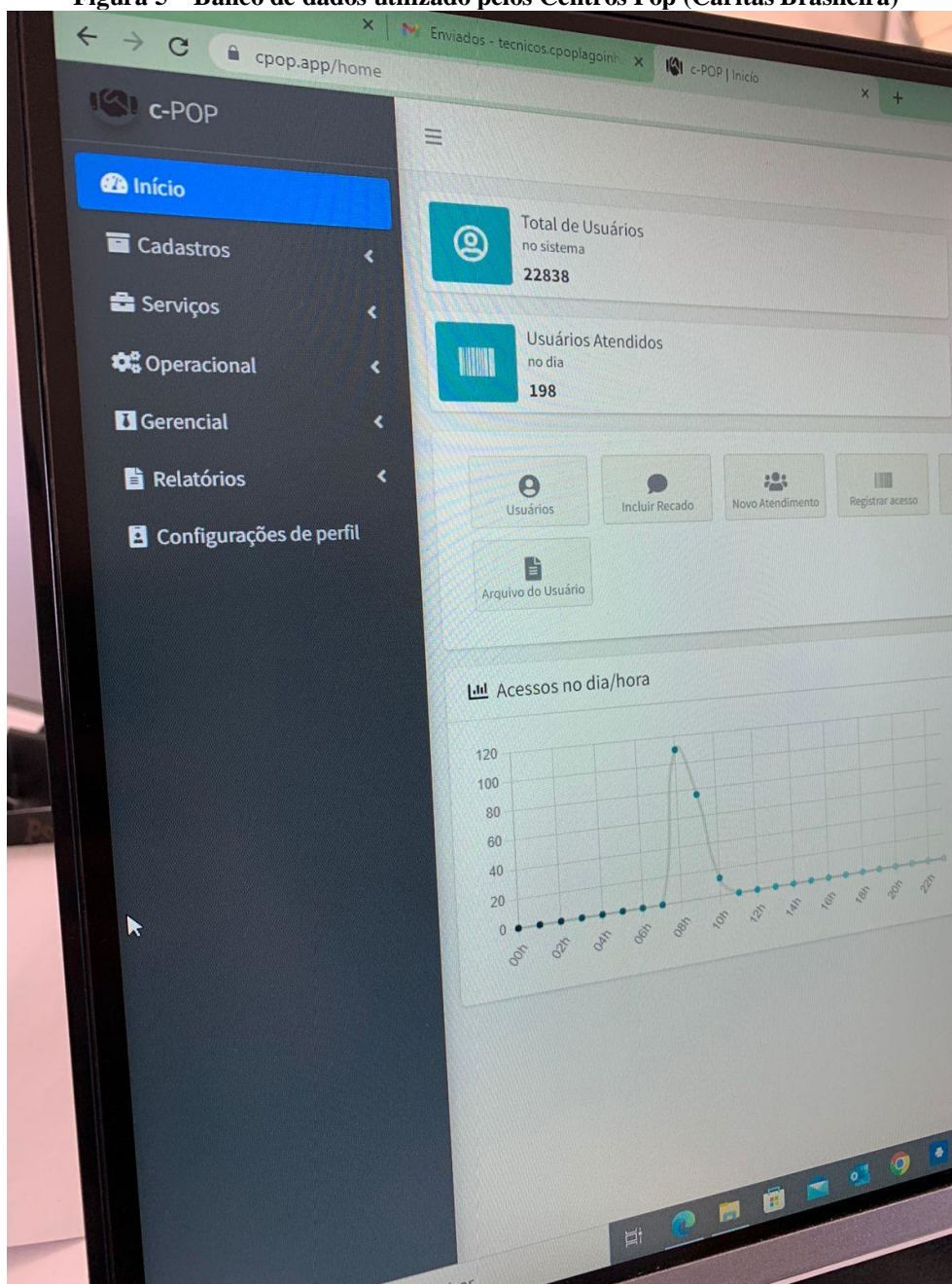
Figura 4- Planilha de qualificação do SEAS (Google Drive)- ADRA

The image shows a Google Sheets spreadsheet titled 'QUALIFICAÇÃO DO PÚBLICO ATENDIMENTO SEAS'. The spreadsheet is organized into columns for data entry. The first column is 'Data de Nascimento', with sub-columns for 'Dia', 'Mês', and 'Ano'. The second column is 'Identificação', with sub-columns for 'CPF', 'RG', and 'Mês (MÊS O PRECISEMOS)'. The third column is 'Documentação', with sub-columns for 'Renda', 'Tempo de voz', 'Inscrição no CAD-Único', 'CERTIDÃO (NASCIDAS)', 'RG', 'CPF', 'TÍTULO DE ELEITOR', and 'RESERVISTA'. The spreadsheet contains several rows of data, with some cells highlighted in green and others in purple. The spreadsheet is viewed on a tablet or laptop screen.

Fonte: Arquivo pessoal – Imagem coletada em campo



Figura 5 – Banco de dados utilizado pelos Centros Pop (Cáritas Brasileira)



Fonte: Arquivo pessoal – Imagem coletada em campo

## APÊNDICE B- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

**Título do Projeto:** A CONSTRUÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: Análise da invisibilidade estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Minas Gerais

REGISTRO CEP/CONEP: 65233022.3.0000.5149

Numeração da (o) entrevistada (o):

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA - Agentes Públicos – Trabalhadores- SUAS-BH**

#### **Bloco 1 - Perfil : Informações pessoais das (os) entrevistadas (os)**

**Nome Social:** \_\_\_\_\_

**Nome de Registro:** \_\_\_\_\_

**Idade:**

**Estado Civil:** ( ) solteira/o ( ) casada/o ( ) viúva/o ( ) divorciada/o ( ) união estável

( ) Não respondeu

**Orientação sexual:** ( ) heterossexual ( ) homossexual masculino ( ) homossexual feminino ( ) bissexual ( ) outra \_\_\_\_\_ ( ) não sabe ( ) não respondeu

**Identidade de Gênero:** ( ) homem cis ( ) homem trans ( ) mulher cis ( ) mulher trans ( ) travesti ( ) pessoa nb ( ) intersex ( ) outra \_\_\_\_\_ ( ) não sabe ( ) não respondeu

**Cor/Raça:** ( ) preta ( ) parda ( ) branca ( ) amarela ( ) indígena ( ) outras etnias ou pertence a comunidades tradicionais ( ) não sabe ( ) não respondeu

**Possui religião? Se sim, qual?** \_\_\_\_\_

**Grau de Instrução:** ( ) Analfabeta/o ( ) Fundamental inc. ( ) Fundamental completo ( ) Médio incompleto ( ) Médio completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo ( ) pós-graduação: Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Phd ( )

**Qual sua área de formação?** \_\_\_\_\_

**Qual o seu vínculo Institucional?** ( ) servidor efetivo ( ) técnico contratado pela PBH ( ) contrato terceiro setor da instituição \_\_\_\_\_

**Qual a função atual que você desenvolve?**

( ) cargo técnico ou assessoramento ( ) cargo de chefia e/ou gestão ( ) outro: \_\_\_\_\_

**Há quanto tempo atua no funcionalismo público? (nesta função, neste Órgão ou em outros):** \_\_\_\_\_

**Bloco 2 - Sobre a Pauta LGBT no Órgão público pesquisado:**

- 1 – Qual é a sua opinião sobre o atendimento da população LGBT neste serviço?
- 2- Você se lembra quando começou a ser discutidas questões sobre a população LGBT no serviço que você atua? Como foi esse processo?
- 3- Percebe algum desafio ou potencialidade no atendimento à população LGBT neste serviço?

**Bloco 3 - Sobre a produção de dados da População LGBT nos Órgãos Públicos:**

4. Como é o processo de registro e produção de dados no serviço que você atua?
5. Você costuma preencher os campos sobre orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS e ou em outros cadastros?
6. Como você decide se irá preencher (ou não) os dados sobre orientação sexual e identidade de gênero?
7. Existe algum tipo de orientação, instrução, normativa ou formação para o preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no SUAS?
8. Você acha que estes dados sobre OS e IG tem relação com a formulação e oferta de políticas pública para a população LGBT?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA - Agentes Públicos –Gestores- SUAS-BH**

**Bloco 1 - Perfil : Informações pessoais das (os) entrevistadas (os)**

**Nome Social:** \_\_\_\_\_

**Nome de Registro:** \_\_\_\_\_

**Idade:**

**Estado Civil:** ( ) solteira/o ( ) casada/o ( ) viúva/o ( ) divorciada/o ( ) união estável  
( ) Não respondeu

**Orientação sexual:** ( ) heterossexual ( ) homossexual masculino ( ) homossexual feminino ( ) bissexual ( ) outra \_\_\_\_\_ ( ) não sabe ( ) não respondeu

**Identidade de Gênero:** ( ) homem cis ( ) homem trans ( ) mulher cis ( ) mulher trans ( ) travesti ( ) pessoa nb ( ) intersex ( ) outra \_\_\_\_\_ ( ) não sabe ( ) não respondeu

**Cor/Raça:** ( ) preta ( ) parda ( ) branca ( ) amarela ( ) indígena ( ) outras etnias ou pertence a comunidades tradicionais ( ) não sabe ( ) não respondeu

**Possui religião? Se sim, qual?** \_\_\_\_\_

**Grau de Instrução:** ( ) Analfabeta/o ( ) Fundamental inc. ( ) Fundamental completo ( ) Médio incompleto ( ) Médio completo ( ) Superior incompleto ( ) Superior completo ( ) pós-graduação: Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Phd ( )

**Qual sua área de formação?** \_\_\_\_\_

**Qual o seu vínculo Institucional?** ( ) servidor efetivo ( ) técnico contratado pela PBH ( ) contrato terceiro setor da instituição \_\_\_\_\_

**Qual a função atual que você desenvolve?**

( ) cargo técnico ou assessoramento ( ) cargo de chefia e/ou gestão ( ) outro: \_\_\_\_\_

**Há quanto tempo atua no funcionalismo público? (nesta função, neste Órgão ou em outros):** \_\_\_\_\_

### **Bloco 2 - Sobre a Pauta LGBT no Órgão público pesquisado:**

1 – Qual é a sua opinião sobre o atendimento da população LGBT no (s) serviço (s) que você gerencia?

2- Você se lembra quando começou a ser discutidas questões sobre a população LGBT no serviço (s) que você gerencia? Como foi esse processo?

3- Percebe algum desafio ou potencialidade no atendimento à população LGBT nestes serviços?

### **Bloco 3 - Sobre a produção de dados da População LGBT nos Órgãos Públicos:**

4. Como é o processo de registro e produção de dados no (s) serviço (s) que você gerencia?

5. Você costuma orientar os trabalhadores sobre o preenchimento dos campos sobre orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS/Cadastros? Justifique.

6. Existe algum tipo de orientação, instrução, normativa ou formação para o preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no SUAS?

7. Em sua opinião, o que leva os trabalhadores decidirem se irão preencher (ou não) os dados sobre orientação sexual e identidade de gênero?

8. Você acha que estes dados sobre OS e IG tem relação com a formulação e oferta de políticas pública para a população LGBT?

**APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do Projeto:** A CONSTRUÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: Análise da invisibilidade estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte – MG.

REGISTRO CEP/CONEP: 65233022.3.0000.5149

**Prezado (a) Sr.(a) Agente Público,**

Você está sendo convidado (a) para participar, de forma voluntária, da pesquisa intitulada “A CONSTRUÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: Análise da invisibilidade estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Minas Gerais”. A pesquisa será realizada pela pesquisadora Walkiria Glanert Mazetto e tem o objetivo de analisar as razões e sentidos atribuídos por agentes públicos do SUAS-BH no preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS e a relação disso com a invisibilidade estatística da população LGBT apresentada nesta política pública.

Inicialmente será realizada a coleta de dados, através de documentos/registros disponíveis e entrevistas como base sólida para decomposição do tema estudo nesta pesquisa. A entrevista terá duração média de 1h00min, registrada em um caderno de anotações e também, caso seja autorizado, será utilizado um gravador. Com o objetivo de deixar o (a) entrevistado (a) mais confortável o local da entrevista está sendo negociado com cada pessoa. Os registros das observações e entrevistas serão digitados e o/ou transcritos e armazenados no computador da pesquisadora Walkiria Glanert Mazetto, ficando sob seu cuidado no prazo de 5 anos a partir da conclusão da pesquisa. Todas as anotações do caderno físico e gravações serão destruídas logo após a transcrição.

O (a) Sr(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar e não receberá remuneração por sua participação. Caso ocorra algum dano resultante de sua participação na pesquisa o(a) Sr(a) receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal, sendo inclusive indenizado(a) por esses eventuais danos

causados<sup>80</sup>. Durante a entrevista se você se sentir desconfortável com alguma pergunta o (a) Sr.(a) poderá pausar a conversa, pular a questão ou até desistir de participar sem qualquer penalidade. Também pode haver prejuízo no relacionamento dos agentes públicos após a divulgação da pesquisa. Para evitar esse risco será garantido o sigilo absoluto da identidade dos participantes, ou seja, serão utilizados nomes fictícios e o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

Além disso, os resultados serão apresentados de forma conjunta e não haverá detalhamento de qualquer informação que possa levar à identificação dos participantes. O principal benefício em participar da pesquisa é a oportunidade de o(a) Sr(a) se expressar e expor seu ponto de vista sobre a construção dos dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SUAS-BH, bem como sobre a invisibilidade estatística da população LGBT nesta política pública. Outros benefícios são a possibilidade da Prefeitura de Belo Horizonte fazer uso das conclusões da pesquisa na elaboração de suas ações.

Por fim, após ler e receber explicações sobre a pesquisa, você tem o direito de:

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. Retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. Não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações e privacidade.
4. Em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos, procurar esclarecimentos com Walkiria Glanert Mazetto, por meio do número de telefone (31) 975745373 ou no endereço de e-mail: [walgmazetto@gmail.com](mailto:walgmazetto@gmail.com)
5. Em caso de dúvidas de aspecto ético, procurar esclarecimentos na Comissão de Ética em Pesquisa da UFMG (CEP-UFMG) no endereço: Av. Antônio Carlos, 6627. Unidade Administrativa II - 2º andar - Sala 2005. E-mail: [coep@prpq.ufmg.br](mailto:coep@prpq.ufmg.br). Tel: 34094592.

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos, métodos, riscos e benefícios da pesquisa: “A CONSTRUÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: Análise da invisibilidade

---

<sup>80</sup> As indenizações serão feitas com conforme o disposto pela Resolução CNS n° 466 de 2012.

estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - MG”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim desejar. Declaro que concordo em participar desta pesquisa voluntariamente. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador.

Autorizo a gravação em áudio e a transcrição da entrevista ( ) SIM ( ) NÃO

---

Assinatura do Participante

Data\_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

Eu, *WALKIRIA GLANERT MAZETTO*, autora da pesquisa intitulada “A CONSTRUÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: Análise da invisibilidade estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Minas Gerais” declaro que forneci todas as informações referentes à pesquisa ao participante de forma apropriada e voluntária.

**Pesquisadores:** Walkiria Glanert Mazetto

Telefone: 31 975745373 – e-mail: [walgmazetto@gmail.com](mailto:walgmazetto@gmail.com)

Renan Springer de Freitas:

Telefone: 31 8883-2409/ e-mail: [renanweil@gmail.com](mailto:renanweil@gmail.com)

---

Assinatura do pesquisador responsável

Data\_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

**ANEXOS**



## ANEXO A - CARTA DE ANUÊNCIA DA SUASS-PBH



Subsecretaria de Assistência Social  
Diretoria de Gestão do SUAS-DGAS  
Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente -GGTEP

## CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos, para os devidos fins, que a Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) autoriza Walkiria Glanert Mazetto a desenvolver, em seu âmbito institucional, o projeto de pesquisa “A construção dos dados oficiais sobre orientação sexual e identidade de gênero: análise da representação social da (in) visibilidade estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Minas Gerais”.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento, por parte da pesquisadora, dos requisitos da Resolução nº 510, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e suas complementares, comprometendo-se a utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a pesquisa de campo e a coleta de dados prevista no projeto, a pesquisadora deverá apresentar à Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente, da Diretoria de Gestão do SUAS, o parecer consubstanciado – devidamente aprovado – emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos credenciado pelo Sistema CEP/CONEP. O envio das informações sobre a aprovação do projeto no Comitê de Ética será de responsabilidade da pesquisadora interessada.

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2022

---

**Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente**

Maria Aline Gomes Barboza – BM 105.896-5

**Portal da Assinatura - PBH**

2 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em Segunda-feira, 29 de Agosto de 2022 às 08:49

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

## Carta de Anuência Walkiria Mazetto.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Segunda-feira, 29 de Agosto de 2022 às 09:25  
Assinante: MARIA ALINE GOMES BARBOZA Matrícula: PR105896  
Hash da assinatura: 979D1562DB53FBB4D4487B277AF1661775926643 Para validar utilize o QR Code ao lado.



## ANEXO B- PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP- UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS

## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** A CONSTRUÇÃO DOS DADOS OFICIAIS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: Análise da (in)visibilidade estatística da População LGBT na Política Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - Minas Gerais

**Pesquisador:** RENAN SPRINGER DE FREITAS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 65233022.3.0000.5149

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.824.889

**Apresentação do Projeto:**

Projeto de pesquisa que terá como método de análise a pesquisa qualitativa, em duas estratégias de pesquisa: Pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, estas com perguntas abertas do tipo temáticas para que as (os) entrevistadas (os) possam desenvolver livremente seu discurso. Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa e de acordo com os dados apresentados do Sistema de Informação e Gestão de Programas

Sociais (SIGPS) o público que será entrevistado serão os agentes públicos (trabalhadores e gestores) que atuam nos serviços de atendimento à população de rua, bem como os que atuam nos serviços de acolhimento institucional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (SUAS-BH). Já em relação à amostra, destaca-se que não há um número pré-determinado de documentos a serem coletados e entrevistas a serem realizadas, considera-se razoável a perspectiva da saturação teórica.

Hipótese: a invisibilidade estatística da população LGBT no SUAS-BH pode ser vista como estando vinculada à cultura dos problemas públicos no escopo da arena política. Assim, infere-se que por ainda não ser visto como um problema público, a coleta de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS é facultada ou dispensável na ótica dos agentes públicos.

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 e 2º. Andar e Sala 2005 e Campus Pampulha

**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE

**Telefone:** (31)3409-4592

**E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.824.889

**Objetivo da Pesquisa:**

analisar as razões e sentidos atribuídos por agentes públicos do SUAS-BH no preenchimento dos campos de orientação sexual e identidade de gênero no SIGPS e a relação disso com a invisibilidade estatística da população LGBT apresentada nesta política pública.

Objetivo Secundário: Comparar os serviços socioassistenciais que apresentam maior visibilidade da população LGBT com os que apresentam menor visibilidade em suas especificidades, similitudes e diferenças.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos e benefícios descritos de modo claro nas Informações Básicas do projeto mas não no TCLE. Os riscos são descritos como o “desconforto com alguma pergunta, caso ocorra o participante poderá pausar a conversa, pular a questão ou até desistir de participar sem qualquer penalidade. Pode haver prejuízo no relacionamento dos agentes públicos após a divulgação da pesquisa”. Como mecanismos para mitigação, a proponente sugere “Para evitar esse risco será garantido o sigilo absoluto da identidade dos participantes, ou seja, serão utilizados nomes fictícios e o nome dos participantes não aparecerá na publicação dos resultados. Além disso, os resultados serão apresentados de forma conjunta e não haverá detalhamento de qualquer informação que possa levar à identificação dos participantes. Destaca-se que a confidencialidade e anonimato da pesquisa será garantida em todos os documentos apresentados: TCLE, projeto e documento de informações básicas” As indenizações estão previstas nos termos da Res. CONAS 466/12.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto apresenta como coparticipante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte cujo termos de anuência encontram-se anexos ao projeto.

O projeto está vinculado ao Projeto de Dissertação de Mestrado da estudante Walkiria Glanert Mazetto, do programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPGS da UFMG.

O mesmo apresenta parecer favorável da Camara Departamental do Departamento de Sociologia acerca da relevância do Projeto para a área da sociologia das desigualdades e da estratificação. O prazo para conclusão é factível e não compromete a avaliação ética.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

- 1) Folha de rosto preenchida e assinada.
- 2) Aprovação de parecer pelo chefe do Departamento de Sociologia em 09 de novembro de 2022.

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

Continuação do Parecer: 5.824.889

- 3) Projeto completo
- 4) TCLE redigido como carta convite, resguardando a confidencialidade dos dados, o anonimato, o direito à recusa, e desistir do projeto a qualquer momento sem qualquer prejuízo. Esclarece que não haverá qualquer forma de pagamento. Dados do pesquisador e do COEP são relatados. É informado sobre a metodologia (sem detalhamento), o objetivo. Menciona o armazenamento de 05 anos dos dados, salvaguardando a sua consulta, mas não menciona a resolução 466/12.
- 5) São apresentados os instrumentos de coleta de dados no projeto básico e completo.
- 8) Foi apresentada a carta de Anuência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.
- 9) Foram apresentados o roteiro da entrevista semiestruturada que será utilizado.
- 10) Consta o termo de responsabilidade do pesquisador.
- 11) TCLE, o qual necessita de ajustes.

**Recomendações:**

Destacar no TCLE que as indenizações serão feitas com conforme o disposto pela Resolução CNS nº 466 de 2012

**Pendências:**

1. Acrescentar no TCLE uma opção para marcação permitindo ao respondente selecionar se o mesmo autoriza a gravação e utilização de sua entrevista para fins acadêmicos,
  2. Destacar no TCLE os riscos ao participante, tal como descrito nas informações básicas do projeto, pois, de acordo com a Res. 466/12 não existe pesquisa sem risco e quais os procedimentos para minimizá-los. Descrever possíveis riscos de desconforto ou constrangimentos ao responder ao questionário.
- Na condição de se atender as pendências supracitadas, sou, S.M.J. favorável à aprovação do projeto.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

N/A

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar 2 Sala 2005 2 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 5.824.889

notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2047425.pdf	17/11/2022 15:20:19		Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	parecerdoorientadorassinado.pdf	17/11/2022 15:19:01	WALKIRIA GLANERT MAZETTO	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRostoassinada.pdf	17/11/2022 15:15:27	WALKIRIA GLANERT	Aceito
Declaração de concordância	parecerdepartamentodesociologia.pdf	10/11/2022 12:13:50	WALKIRIA GLANERT	Aceito
Outros	roteirodaentrevista.docx	09/11/2022 10:48:31	WALKIRIA GLANERT	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTEDEANUENCIAPBH.pdf	09/11/2022 10:47:20	WALKIRIA GLANERT MAZETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	09/11/2022 10:42:12	WALKIRIA GLANERT MAZETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetopesquisaWalkiriaMazetto.docx	09/11/2022 10:41:40	WALKIRIA GLANERT MAZETTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BELO HORIZONTE, 18 de Dezembro de 2022

Assinado por:  
**Corinne Davis Rodrigues**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha  
**Bairro:** Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901  
**UF:** MG **Município:** BELO HORIZONTE  
**Telefone:** (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br